

**AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA
E REGIONAL DA PREVIDÊNCIA
SOCIAL RURAL REGIÃO SUL**

RELATÓRIO FINAL

**CURITIBA
JULHO 2002**

I59a Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Avaliação sócio-econômica e regional da Previdência Social
Rural Região Sul : relatório final / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2002.
137 p.

1.Previdência social rural. 2.População rural. 3.Situação social.
4.Sul do Brasil. I.Título.

CDU 36:63(816)

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

PAULO MELLO GARCIAS - *Diretor-Presidente*

ANTONIO CARLOS POMPERMAYER - *Diretor Administrativo-Financeiro*

SIEGLINDE KINDL DA CUNHA - *Diretoria do Centro de Pesquisa*

ARION CÉSAR FOERSTER - *Diretor do Centro Estadual de Estatística*

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Normélia Maria do Rocio de Souza - *Coordenadora*

EQUIPE TÉCNICA

Marisa Sugamoto - *Coordenador - (socióloga)*

Neda Mohtadi Doustdar - *(socióloga)*

PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO MATERIAL DE CAMPO E TREINAMENTO DOS ENTREVISTADORES

Darli Machado Sant'Ana *(socióloga)* - IPARDES

Amadeu Bonato *(filósofo)* - *Deser*

PARTICIPAÇÃO NA SUPERVISÃO E CHECAGEM DA APLICAÇÃO DOS FORMULÁRIOS

Denise Moura

Rosilda Leopoldino

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

Juilson Previdi - *Coordenador*

APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL

Eliane Maria Dolata Mandu *(normalização de tabelas)*

Maria Cristina Ferreira *(revisão de texto)*

Ana Rita Barzick Nogueira, Norma Consuelo dos Santos *(editoração de texto e tabelas)*

Maria Dirce Botelho Marés de Souza *(normalização bibliográfica)*

INTRODUÇÃO

A análise dos impactos do sistema previdenciário rural na Região Sul apresentada neste relatório deriva do projeto *Avaliação Sócio-Econômica e Regional da Previdência Social Rural*, desenvolvido mediante parceria entre o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

Para entender a Previdência Social na área rural vale retomar um pouco de sua história. A existência de um sistema de amparo previdenciário no Brasil data de 1923, com a criação da CAP - Caixa de Auxílios e Pensões dos Ferroviários (Lei Eloy Chaves). Aos poucos foram criadas outras CAPs, que eram organizadas e gerenciadas por representantes dos trabalhadores e da empresa. Na década de 30, o presidente Getúlio Vargas instituiu os IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões, organizados por grandes categorias econômicas (Industriários - IAPI; Marítimos - IAPM; Bancários - IAPB; Servidores Públicos - IPASE e outros). Os IAPs eram gerenciados por um conselho tripartite, com representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo. Em 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) unificou o funcionamento de todos os institutos, especialmente no que se referia aos benefícios, embora cada um deles continuasse funcionando de forma autônoma. Em 1965, o regime militar, sem que houvesse nenhuma discussão com os trabalhadores, unificou todos os institutos num único, o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), ficando excluídos apenas os funcionários públicos. A gestão passou a ser exclusiva do governo. Entretanto, em todo esse processo, os trabalhadores rurais estiveram totalmente excluídos. Em 1963, o governo editou uma lei criando o Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural), que não saiu do papel. Foi somente em 1971 que os trabalhadores rurais passaram a ter acesso a determinados benefícios, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural), financiado com recursos do Funrural (2,5% da comercialização agrícola e 2,4% da folha de

salários das empresas urbanas). O Pró-Rural/Funrural beneficiava apenas o arrimo da família com a aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e auxílio doença, no valor de meio salário mínimo. Às mulheres, consideradas dependentes do marido, restava o benefício da pensão por morte, do auxílio funeral e do auxílio reclusão, também no valor de meio salário mínimo.

As conquistas advindas da Constituição de 1988, regulamentadas em lei em 1991, possibilitaram importantes avanços nos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais. Agricultores familiares e assalariados rurais, tanto homens quanto mulheres, passaram a integrar o Regime Geral da Previdência Social, com igualdade de direitos em relação aos trabalhadores urbanos. A idade para a aposentadoria foi reduzida em cinco anos e o valor dos benefícios rurais passou para 1 salário mínimo.

Em maio de 1996, o IPEA e o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) estabeleceram um convênio de Cooperação Técnico-Científica que previa a elaboração de estudos e pesquisas para a avaliação econômico-financeira e socioeconômica do subsistema de Previdência Social Rural, para o período entre 1991 e 1995, em que se dá a implantação das regras constitucionais de universalização da previdência social no meio rural (DELGADO, 1997).

A primeira fase do trabalho foi desenvolvida inteiramente com base em dados secundários – PNAD de 1993, Censo Demográfico de 1991, Anuário Estatístico do Brasil de 1993 e 1994 e Anuário Estatístico da Previdência Social de 1992 a 1995 –, cujo produto foi o relatório elaborado pelo IPEA em 1997, que identificou aumento no número de beneficiários do sistema; identificou, também, mudanças significativas na renda familiar dos novos beneficiários e na economia dos pequenos domicílios; mostrou que houve uma melhora nas condições de sobrevivência das famílias no meio rural e nos pequenos núcleos urbanos; e apontou, ainda, para um desequilíbrio das contas da União provocado pela mudança nas regras orçamentárias, o qual poderia ser revertido se fossem observadas determinadas providências fiscais e tendências demográficas.

A partir dessa análise, constatou-se que a previdência rural assumiu uma importância social quantitativamente expressiva no Brasil, constituindo-se em um subsistema de seguro social de maior cobertura relativa.

De acordo com o relatório do IPEA, “a evolução do sistema de previdência rural, desde a sua criação, em 1971, e posterior fusão ao sistema INPS/INAMPS, em 1983, até o momento de sua universalização às regras de seguridade social da Constituição de 1988, apresenta crescimento muito intenso da população beneficiária. Esse processo de incorporação teve um subperíodo de intensa aceleração (1992-1994), refletindo a redução do limite de idade e a relativa melhoria das condições de pagamento dos benefícios que a regulamentação do dispositivo constitucional propiciou (Lei de Custeio de Previdência nº 8.212, de 1991)” (DELGADO, 1997, p.9).

Segundo o mesmo relatório, em 1995 a população que recebia benefícios permanentes era de 6,3 milhões de aposentados e pensionistas, distribuídos por zonas rurais e microurbanas de cerca de cinco mil municípios brasileiros. Nesse sentido, verifica-se que o sistema tem implicações em termos de política social, regional e setorial agrária, demandando, por isso, uma avaliação empiricamente fundamentada do seu alcance.

Ainda nessa primeira fase do projeto, identificou-se um aumento significativo da cobertura demográfica dos benefícios previdenciários (aproximadamente 55,8%), os quais incidiram de forma diferenciada nas distintas regiões do país. Nesse sentido, observou-se que os estados da Região Nordeste apresentaram os maiores índices de cobertura da população de idosos e inválidos recebendo aposentadorias, que, somadas às pensões por morte de titulares dos benefícios, correspondem a um componente de renda domiciliar de fundamental importância, principalmente junto à agricultura familiar.

Na primeira fase da pesquisa, constatou-se também que a Previdência Social Rural desempenha um duplo papel, como seguro social e como meio de sustentação da renda rural, favorecendo, especialmente, as pessoas residentes em pequenos municípios, os idosos do gênero feminino, as regiões ou estados economicamente mais pobres e as economias agrícolas relativamente mais débeis.

Revelou-se, também, que os benefícios rurais concentraram-se, principalmente, entre municípios com população de até 50 mil habitantes, nos quais residem mais de dois terços dos aposentados e pensionistas rurais da maioria dos estados brasileiros, corroborando a hipótese de que tais benefícios contribuíram para a não-migração da população para os grandes centros urbanos.

Os resultados da primeira fase fundamentaram o desenvolvimento do trabalho de campo da segunda fase do projeto, cujo problema central da pesquisa foi “o papel que desempenha o seguro universal da previdência rural na reprodução da economia familiar de distintas regiões do país”.

Foram elaboradas, também, quatro hipóteses que expressam as várias dimensões do problema central levantado e que nortearam o desenvolvimento da pesquisa de campo, núcleo do trabalho da segunda fase do projeto, nas Regiões Sul e Nordeste do Brasil.

As hipóteses relacionadas na segunda fase são as seguintes: os benefícios previdenciários rurais de caráter permanente asseguram e contribuem para a reprodução econômica da unidade familiar beneficiária; os princípios constitucionais e práticas institucionais correspondentes contemplam o seguro social universal para idosos e inválidos, de ambos os gêneros; as diferenças regionais múltiplas codeterminam a reprodução da unidade familiar; as relações intra e interfamiliares de cooperação e auto-ajuda proporcionam condições não mercantis de reprodução da economia familiar.

Na busca pela confirmação dessas hipóteses, optou-se pela realização de uma pesquisa de campo junto aos beneficiários da previdência rural das Regiões Nordeste e Sul do país. A análise dos resultados desse levantamento referente à Região Sul, e apresentada neste relatório, está dividida em quatro partes.

O primeiro capítulo traz os objetivos e definições da pesquisa, a amostra e a organização da pesquisa de campo, sugerindo um referencial metodológico para orientar a compreensão dos caminhos seguidos.

O segundo capítulo traça o perfil socioeconômico da população beneficiária, segundo o gênero, a escolaridade, a ocupação e as relações de trabalho, focalizando a questão rural e urbana e a economia regional.

O terceiro capítulo aborda dois temas relevantes para a avaliação de efetividade e eficiência de uma política social. O primeiro levanta os aspectos referentes à universalização da previdência rural, e o segundo refere-se à avaliação dos indicadores de efetividade da previdência rural.

O quarto capítulo avalia a importância do seguro previdenciário rural na manutenção da economia familiar, focalizando o impacto do seguro previdenciário na renda domiciliar, as despesas familiares, as relações com a agricultura familiar, a situação ocupacional das famílias dos beneficiários, as relações familiares de cooperação e ajuda mútua, a importância do benefício previdenciário no fluxo migratório das famílias dos beneficiários e o acesso a bens de consumo e infra-estrutura.

A análise macrossocial dos resultados da pesquisa revela a formação de um setor de aposentados e pensionistas da Previdência Rural em todo o país, composto por cerca de 4 milhões de domicílios, sendo que na Região Sul este setor representa 702 mil, constituindo um conjunto de famílias amparadas pelo seguro social, condição esta que afeta marcadamente as estratégias de sobrevivência dessas famílias no meio rural e o próprio conceito de espaço rural tradicional, objeto de ampla revisão teórica. A dimensão socioeconômica desse setor e o impacto desse seguro de renda sobre o meio rural, principalmente sobre o seu segmento familiar, representa uma novidade histórica que mereceu ser melhor conhecida.

A análise desenvolvida neste relatório procura demonstrar o quanto o novo sistema previdenciário representa para os trabalhadores rurais, resgatando uma dívida social histórica, principalmente no que se refere à cobertura de benefícios rurais para a população feminina determinada pela aposentadoria por idade, apesar de deficiências institucionais e legais que ainda possam determinar a exclusão de parcela da população com direito ao seguro beneficiário.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1 OBJETIVOS E DEFINIÇÕES

O projeto *Avaliação Sócio-Econômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II* buscou conhecer as condições de residência, trabalho, rendimento e subsistência dos beneficiários da Previdência Rural e de suas famílias, avaliando, sobretudo, o papel dos benefícios previdenciários sobre as condições econômicas e sociais de reprodução das unidades familiares do meio rural.

Buscando conhecer os diferentes impactos causados pelo seguro previdenciário rural sobre as distintas economias familiares e a possibilidade de este servir como “seguro de renda mínima”, foram selecionadas as Regiões Nordeste e Sul do Brasil para a realização do projeto.

A escolha de duas unidades macrorregionais (Nordeste e Sul) como parâmetro principal do objeto da pesquisa apresenta dupla justificção. A primeira delas se refere à representação do público-alvo beneficiário, que é de 65%, isto é, as duas regiões, juntas, somam aproximadamente dois terços do total de beneficiários da Previdência Social Rural. A segunda justificativa leva em conta as diferenças regionais, de natureza socioeconômica e edafoclimática, as quais afetam significativamente as condições de vida dessa população beneficiária. Nesse sentido, procurou-se introduzir, com essa regionalização, os atributos que formam o próprio conceito de economia familiar para explicar as estratégias de sobrevivência e reprodução das unidades familiares dos beneficiários da Previdência Social Rural. Com isso, fez-se necessária a construção de um mapa que caracterizasse as regiões de pesquisa onde os conceitos de economia familiar estivessem referidos no espaço rural, identificando a zona de origem do público-alvo da pesquisa.

Dessa forma, a expressão “economia familiar rural”, referente ao conjunto das funções econômicas e não econômicas que dão suporte e conferem condições de sustentação e reprodução às unidades familiares ocupadas, inativas ou residentes

no espaço rural é suficientemente ampla para demarcar a regionalização. É importante observar, também, que não se reduziu o conceito de economia familiar aos limites da agricultura familiar, pelo fato de essa última restringir-se ao exercício de funções produtivas e ocupacionais da família no interior de um estabelecimento agropecuário. "Já o conceito de economia familiar proposto no projeto supera simultaneamente os critérios espaciais de residência rural ou a função produtiva ocupacional agrícola, considerados isoladamente, dado que o público-alvo da pesquisa é, formalmente, parte do setor inativo da economia rural e reside indistintamente na zona rural ou na zona urbana de cada município" (IPEA, 1999, p.17).

Para as duas regiões, optou-se pela pesquisa de campo domiciliar, mediante a aplicação de formulários, dirigida às famílias dos beneficiários da Previdência Social Rural. As questões buscaram embasar um estudo comparativo entre as duas regiões, considerando-se sempre os objetivos gerais do trabalho. Na Região Sul, o trabalho de campo foi desenvolvido pelo IPARDES e DESER.

Dentro da perspectiva de análise proposta no projeto e tendo em vista a opção por um plano amostral que indicou a aplicação de 3.000 formulários por região (IPEA, 1999), fez-se necessária uma regionalização e tipificação de cada uma das áreas de pesquisa, de forma que fosse possível identificar o tipo de atividade agrícola desenvolvida pelos beneficiários, seja relacionado ao trabalho familiar, vinculado ou não ao mercado, seja relacionado ao trabalho assalariado.

Para o trabalho de tipificação da Região Sul foram utilizadas as informações do Censo Agropecuário de 1985,¹ uma vez que os dados referentes ao Censo de 1996 não estavam disponíveis para todos os estados. Considerou-se, ainda, nesse processo, a importância de realizar uma separação em classes simples e claramente reconhecíveis dos grupos de estabelecimentos agrícolas, e de caracterizar cada uma das classes visando a reconhecer e entender sua lógica enquanto sistema de produção.

¹Outra fonte de consulta foi um trabalho desenvolvido pelo DESER em 1997, que realizou uma tipificação da Região Sul também com dados do Censo Agropecuário de 1985. (DESER, 1997).

Trabalhou-se, também, com o pressuposto de que somente as variáveis classificatórias interferem no processo de separação dos grupos. As variáveis descritivas são utilizadas apenas para a caracterização dos perfis dos grupos identificados. Com esses parâmetros, foram selecionadas, como classificatórias, as variáveis: relação de trabalho, principais produtos cultivados e renda.

A variável relação de trabalho serviu para distinguir, na Região, duas grandes categorias de organização da produção, a familiar e a capitalista, dadas pelas relações de trabalho existentes na organização do processo produtivo: familiar e de assalariamento. Os dados trabalhados na determinação dessa variável se referem à mão-de-obra total ocupada, mão-de-obra familiar e mão-de-obra contratada. Foram considerados como agricultura familiar os estabelecimentos que utilizavam 75% e mais de mão-de-obra familiar.

A variável **produtos cultivados** foi fundamental para caracterizar o produtor como especializado ou diversificado. O produto cultivado é componente necessário para compreender como o produtor se articula dentro e fora da propriedade, inclusive integrado com o mercado. A identificação dos principais produtos se deu mediante o valor da produção. Os valores que excedessem a 30% do valor total da produção foram considerados integrantes do sistema.

A variável **renda** dos estabelecimentos constituiu um parâmetro para detectar a inserção das economias familiares no mercado. A renda foi obtida pela diferença entre despesas e receitas dos estabelecimentos. Em seguida, trabalhou-se em nível de microrregião homogênea, considerando o mesmo critério utilizado pela FAO (INCRA, 1996) para diferenciar internamente a agricultura familiar. Considerou-se como integrantes da *Agricultura Familiar de Subsistência* os produtores que auferiram renda bruta anual até R\$ 6.000,00, e como integrantes da *Agricultura Familiar Consolidada* aqueles que tiveram renda bruta anual superior a R\$ 6.000,00.

Com base no conceito de economia familiar, procedeu-se a uma tríplex classificação regional da população pesquisada, em conformidade com a predominância das relações de trabalho ou das formas de inserção econômica da produção familiar rural e de economia de subsistência. Disto resultou a seguinte tipologia:

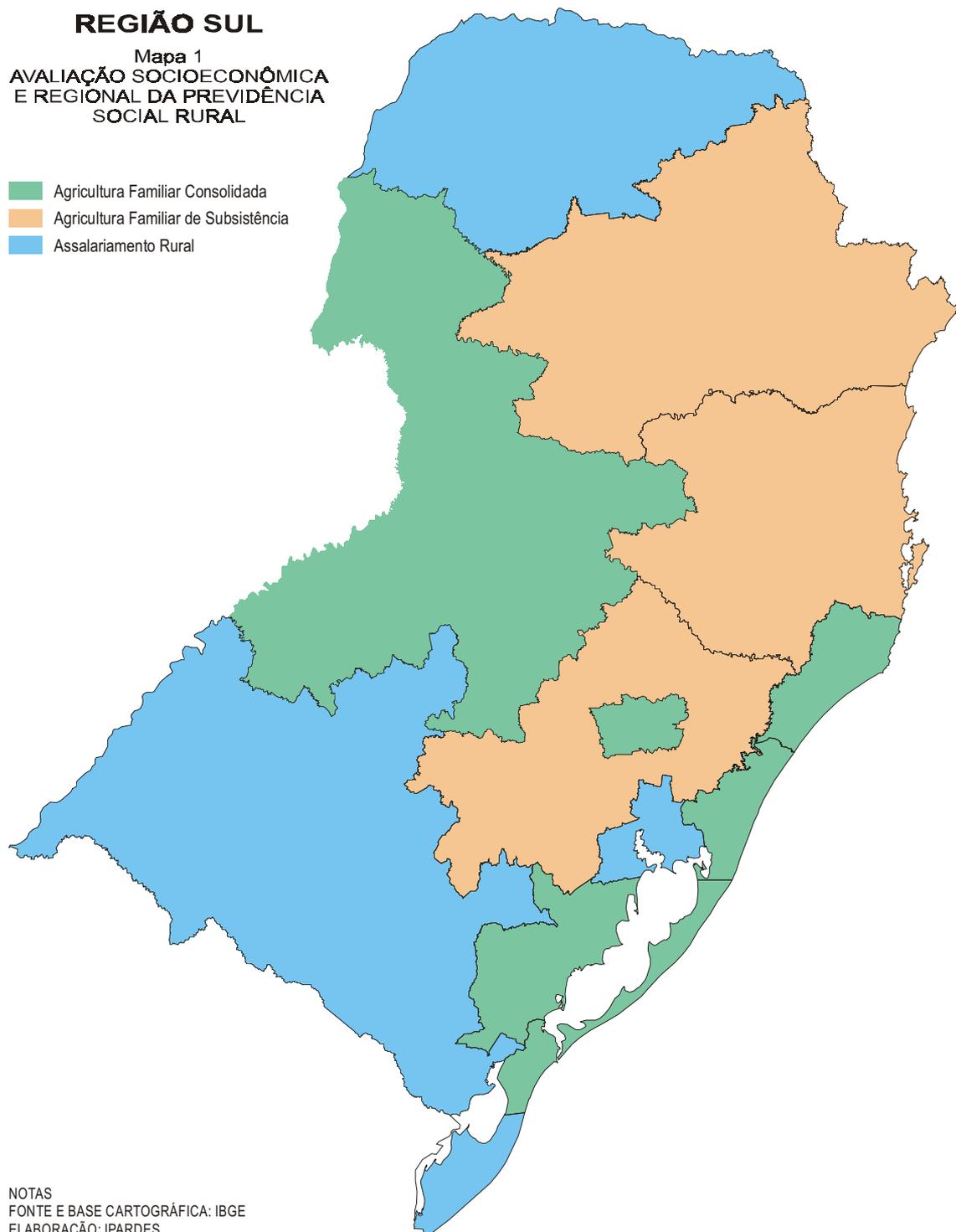
- a) produção rural familiar: corresponde àquela que utiliza predominantemente o trabalho familiar e se destina ao mercado, denominada *Agricultura Familiar Consolidada*;
- b) agricultura de subsistência: aquela em que as unidades familiares produzem para suprir o autoconsumo, podendo gerar pequeno excedente, sendo denominada *Agricultura Familiar de Subsistência*;
- c) trabalho rural assalariado: corresponde à unidade familiar assalariada cuja maior parcela da renda provém do assalariamento em atividades agrícolas, sendo denominado *Assalariamento Rural*.

As mesorregiões definidas apresentam características distintas quanto à unidade familiar, levando-se em conta fatores de espacialidade regional e de inserção da família na economia rural, sem considerar, contudo, que esta população possa estar residindo no espaço urbano no momento da pesquisa, o que mostra a complexidade das relações entre campo e cidade. Esse procedimento resultou na classificação das três mesorregiões identificadas no mapa 1 e no quadro 1, a seguir.

REGIÃO SUL

Mapa 1
AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA
E REGIONAL DA PREVIDÊNCIA
SOCIAL RURAL

- Agricultura Familiar Consolidada
- Agricultura Familiar de Subsistência
- Assalariamento Rural



NOTAS
FONTE E BASE CARTOGRÁFICA: IBGE
ELABORAÇÃO: IPARDES

QUADRO 1 - RESUMO DA CARACTERIZAÇÃO DAS MESORREGIÕES - REGIÃO SUL

MESORREGIÃO AGRICULTURA FAMILIAR DE SUBSISTÊNCIA				
RELAÇÕES DE TRABALHO	SISTEMAS DE PRODUÇÃO		CAPITALIZAÇÃO E RENDA	OBSERVAÇÕES
	Principais Produtos	Tecnologia		
Trabalho familiar	Milho, feijão, mandioca, suínos, aves, hortigranjeiros, frutas, leite, batata, cebola, erva-mate, fumo	Baixa e Média	Baixa ou limitada (Renda bruta inferior a R\$ 6.000,00 ao ano)	Uso extensivo da terra; baixa fertilidade do solo; diversidade da produção; venda da mão-de-obra por agricultores familiares pobres
MESORREGIÃO AGRICULTURA FAMILIAR CONSOLIDADA				
RELAÇÕES DE TRABALHO	SISTEMAS DE PRODUÇÃO		CAPITALIZAÇÃO E RENDA	OBSERVAÇÕES
	Principais Produtos	Tecnologia		
Trabalho Familiar com alguma contratação	Suínos, aves, maçã, alho, leite, fumo, uva, cebola (produção voltada para a agroindústria; integração)	Média e Alta	Média e Alta (Renda bruta superior a R\$ 6.000,00 ao ano)	Alto grau de diversificação; forte relação com a agroindústria; existência de pequenas cooperativas; alguns casos de especialização da produção (uva)
MESORREGIÃO ASSALARIAMENTO RURAL				
RELAÇÕES DE TRABALHO	SISTEMAS DE PRODUÇÃO		CAPITALIZAÇÃO E RENDA	OBSERVAÇÕES
	Principais Produtos	Tecnologia		
Contratação de mão-de-obra	Algodão, bovinos de corte, soja, café, cana-de-açúcar, laranja, arroz, cebola	Alta	Alta	O setor patronal tecnificado é o mais forte; concentração de terras; altas taxas de urbanização no Norte do Paraná

FONTE: IPARDES

1.2 A AMOSTRA

No modelo de amostragem proposto – desenvolvido na primeira fase do projeto – (IPEA,1999) estabeleceu-se o número de 1.000 domicílios a serem entrevistados em cada mesorregião, sendo distribuídos por 50 zonas de pesquisa selecionadas ou agrupamentos municipais homogêneos, sendo que cada zona de pesquisa comportaria municípios com características semelhantes.

Posteriormente, dividiu-se o número total de beneficiários da previdência rural por mesorregião (1.000) pelo número de zonas de pesquisa (50), obtendo-se o número de 20 domicílios por zona de pesquisa (equivalendo a 20 formulários, aplicando-se 1 por domicílio).

Dessa forma, selecionou-se, aleatoriamente, em cada uma das zonas mesorregionais, um município ao qual foi conferida a condição de município-base do inquérito de campo, totalizando, assim, 150 municípios, distribuídos da seguinte forma (quadro 2 e mapa 2):

- Paraná: 64 municípios;
- Santa Catarina: 26 municípios;
- Rio Grande do Sul: 60 municípios.

QUADRO 2 - MUNICÍPIOS AMOSTRADOS SEGUNDO A TIPOLOGIA ESTABELECIDADA

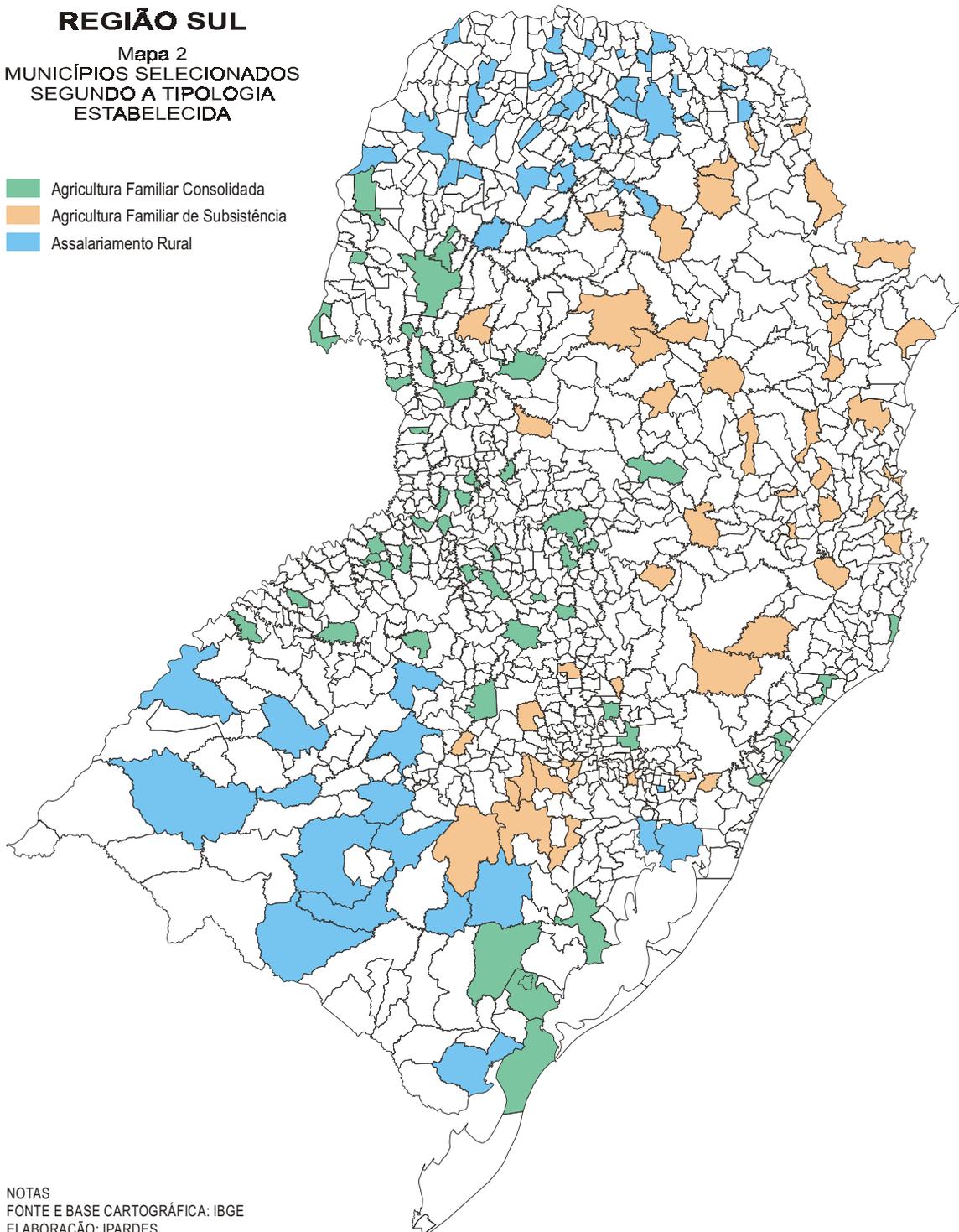
TIPO 1 AGRICULTURA FAMILIAR CONSOLIDADA	TIPO 2 AGRICULTURA FAMILIAR DE SUBSISTÊNCIA	TIPO 3 ASSALARIAMENTO RURAL
Paraná Terra Roxa Cascavel Corbélia Nova Santa Rosa Pranchita São José das Palmeiras Santa Isabel do Oeste Foz do Iguaçu Chopinzinho Francisco Beltrão Capitão Leônidas Marques Santa Catarina Concórdia Pinhalzinho Guarujá do Sul Marema Caçador São Carlos Nova Erechim Piratuba São João do Sul Maracajá Imbituba Criciúma Rio Grande do Sul Veranópolis Farroupilha Tapejara Viadutos Campo Novo Caibi Caiçara Passo Fundo Espumoso São Nicolau Santo Ângelo Panambi Entre Rios do Sul Estação Três Passos Humaita Cândido Godói Constantina Ronda Alta Irai Torres Terra de Areia Camaquã Rio Grande Canguçu Pelotas Redentora	Paraná Paranaguá Rio Branco do Sul Almirante Tamandaré Mandirituba Telêmaco Borba Sengés São Mateus do Sul Adrianópolis Irati União da Vitória Clevelândia Manoel Ribas Salto do Itararé Japira Curiúva Guarapuava Reserva Quedas do Iguaçu Inácio Martins Curitiba Santa Catarina Papanduva Curitibanos Anita Garibaldi São Joaquim Navegantes Brusque Biguaçu Alfredo Wagner Apiuna Agronômica Dona Emma Benedito Novo Joinville Rio Negrinho Rio Grande do Sul São Sebastião do Caí Butiá Cachoeira do Sul Arroio do Tigre Rio Pardo Bom Jesus Potássio Alves Fontoura Xavier Vera Cruz Venâncio Aires Lajeado Estrela Rolante Igrejinha Casca Santa Cruz do Sul	Paraná Londrina Maringá Umuarama Campo Mourão Jundiá do Sul Cambará Santa Amélia Santa Cecília do Pavão Jataizinho Primeiro de Maio Bela Vista do Paraíso Miraselva Rolândia Nossa Senhora das Graças Arapongas Paranacity Nova Esperança Paçandu São Pedro do Ivaí Cambira Grandes Rios Rosário do Ivaí Amaporã São Pedro do Paraná Cidade Gaúcha Terra Boa Tapejara Barbosa Ferraz Roncador Caampina da Lagoa Moreira Sales Mariluz Altônia Rio Grande do Sul Alegrete Santa Maria Campo Bom Viamão Porto Alegre Arroio Grande Encruzilhada do Sul Santana da Boa Vista São Sepe Lavras do Sul Dom Pedrito São Borja São Gabriel São Vicente do Sul Júlio de Castilhos Cruz Alta Santiago

FONTE: IPARDES

REGIÃO SUL

Mapa 2
MUNICÍPIOS SELECIONADOS
SEGUNDO A TIPOLOGIA
ESTABELECIDADA

- Agricultura Familiar Consolidada
- Agricultura Familiar de Subsistência
- Assalariamento Rural



NOTAS
FONTE E BASE CARTOGRÁFICA: IBGE
ELABORAÇÃO: IPARDES

1.3 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Na organização da pesquisa de campo, optou-se pela constituição de 17 núcleos de pesquisa, cada qual sob a responsabilidade de um supervisor selecionado e treinado em Curitiba. Os núcleos foram previamente estruturados por critérios de proximidade e facilidade de acesso entre os municípios. Assim, cada núcleo comportava de 6 a 11 municípios, organizados da seguinte forma:

- **Paraná** (7 núcleos): Curitiba, Telêmaco Borba, Londrina, Maringá, Umuarama, Cascavel e Francisco Beltrão;
- **Santa Catarina** (3 núcleos): Florianópolis, Lages e Chapecó;
- **Rio Grande do Sul** (7 núcleos): Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria, Santo Angelo, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul.

Os supervisores tinham como função organizar, orientar, acompanhar e controlar os entrevistadores sob sua responsabilidade, os quais foram previamente qualificados para a aplicação dos formulários de pesquisa. Os formulários foram direcionados a beneficiários selecionados por meio de uma amostra que, por sua vez, obedecia também aos critérios de substituição, quando estes se faziam necessários, zelando, assim, pela qualidade e cumprimento do cronograma da pesquisa de campo.

Para o bom desempenho das atividades do supervisor, priorizou-se, no treinamento, uma explicação detalhada dos fundamentos metodológicos, considerando os critérios, os procedimentos e, principalmente, os conceitos que nortearam a pesquisa. Isto porque a função de supervisionar o campo exigiria do supervisor um conhecimento que lhe possibilitasse buscar soluções adequadas aos possíveis questionamentos por parte dos entrevistadores, dando, assim, andamento aos trabalhos com o devido rigor, além de capacidade de organização e facilidade de relacionamento, necessários ao papel que desempenhava.

No que se refere ao controle de campo, o supervisor encontrava-se munido de uma Ficha de Controle de Campo para cada município (Apêndice 1). Nessa ficha,

registrava a data de entrega e a data de recebimento do material de campo, obedecendo aos prazos estabelecidos; verificava se as substituições realizadas estavam de acordo com os critérios estabelecidos; fazia a primeira crítica dos formulários e observava se eles tinham sido totalmente preenchidos e devidamente codificados; e, por fim, fazia a checagem de 20% dos formulários aplicados. Caso fossem encontrados problemas de difícil solução, orientava-se as pessoas para que retornassem ao campo, ou, ainda, para que contatassem com a coordenação geral da pesquisa no IPARDES, que encaminhava a solução a ser dada.

Os supervisores foram orientados a organizar suas tarefas tendo por princípio a criação de um cronograma de viagens pelos municípios que estavam sob a sua responsabilidade. Assim, os supervisores podiam entrar em contato com os entrevistadores para dar a assistência necessária, monitorar o trabalho de campo, realizar a checagem e recolher o material devidamente preenchido, entregando-o à coordenação geral da pesquisa, no IPARDES. Ao mesmo tempo, mantinham contato com a coordenação, posicionando-a sobre o andamento da pesquisa em cada município.

Na seleção dos entrevistadores, optou-se por pessoas residentes no município sorteado, privilegiando aqueles que trabalhassem nos sindicatos que atuavam na área da Previdência Social Rural. Com esse critério, buscava-se uma melhor otimização dos recursos direcionados à pesquisa de campo, bem como um melhor conhecimento da área de pesquisa por parte dos entrevistadores.

Para isso, o DESER entrou em contato com os sindicatos rurais e conseguiu que 90% deles se comprometessem em participar da pesquisa de campo. Para os municípios que não dispunham de sindicatos ou não disponibilizavam uma pessoa para assumir o trabalho de campo, foram adotados dois novos critérios de seleção de entrevistadores. O primeiro foi oferecer novos municípios aos entrevistadores já selecionados para aplicar o formulário de pesquisa em outro município, privilegiando, neste caso, os entrevistadores que residiam nas proximidades do município. A segunda medida foi a contratação de novos entrevistadores em Curitiba, preferencialmente aqueles especializados em pesquisas desta natureza. A adoção desse

procedimento deveu-se ao prévio conhecimento e experiência que estes entrevistadores já acumulavam, reduzindo, com isso, o tempo de treinamento que teria que ser despendido para esses novos contratados.

O trabalho de campo contou, ainda, com a supervisão geral de duas pessoas qualificadas em gerenciamento e coordenação de pesquisa de campo, para realizar o trabalho de apoio ao campo e a contra-chechagem dos formulários, visando, com isso, ao controle do trabalho de campo dos supervisores e ao zelo pela qualidade das pesquisas.

A elaboração do Manual de Pesquisa de Campo (Apêndice 2) teve por princípio conter uma orientação geral sobre o desenvolvimento da pesquisa propriamente dita, como também servir como guia prático, de fácil acesso, dos procedimentos de campo a serem executados durante a aplicação dos formulários.

A preocupação com a elaboração de um material detalhado dos procedimentos de campo justificava-se pelo estreitamento dos prazos estipulados para o treinamento de supervisores e entrevistadores e aplicação dos formulários, bem como pelo número e complexidade das questões do formulário, pelo número de entrevistadores envolvidos e pela magnitude da área geográfica a ser coberta pela pesquisa.

Nesse sentido, uma vez que se desejava não somente a compreensão da pesquisa (pois ela se daria no espaço do treinamento), mas também o entendimento preciso de cada questão do formulário, o Manual de Pesquisa de Campo foi elaborado, passo a passo, seguindo a mesma divisão de blocos de questões. Para cada bloco foram definidos os conceitos norteadores e específicos relativos ao bloco, bem como o objetivo específico de cada uma das questões, a partir da explicação conceitual de cada alternativa, sempre que necessário. Ao mesmo tempo, foram descritos, detalhadamente, os procedimentos técnicos para o preenchimento do formulário, com o objetivo de explicar o processo de transcrição dos códigos correspondentes às informações obtidas em cada questão para os campos de codificação localizados ao lado direito de cada questão.

O entrevistador foi orientado a preencher uma ficha de controle de campo (Apêndice 3), onde era registrado o número de visitas, a condição da entrevista, bem como as substituições realizadas. Esta ficha foi a base para o preenchimento da ficha de controle de campo do supervisor.

O treinamento do pessoal de campo foi realizado em duas grandes etapas. Primeiramente houve o treinamento dos supervisores de campo e da supervisão geral, em Curitiba. O treinamento dos entrevistadores foi feito em sete etapas, nos municípios de Curitiba, Londrina, Cascavel, Porto Alegre, Santa Maria, Passo Fundo e Florianópolis.

A programação seguida em todos os treinamentos dividiu-se segundo os itens abaixo descritos e teve a duração de três dias para os supervisores e de dois dias para os entrevistadores:

- O projeto “Avaliação da Previdência Social Rural”;
- A Previdência Social na área rural;
- O trabalho de campo: manual de critérios e procedimentos (Apêndice 4);
- O Manual de Pesquisa de Campo e o Formulário: conceitos, questões e critérios (Apêndices 2 e 5);
- Trabalho em grupo: aplicação do formulário;
- Dúvidas e discussão geral do formulário;
- Reunião de trabalho entre entrevistadores e supervisores e entrega de material de campo.

O último item diz respeito ao treinamento dos entrevistadores. No caso dos supervisores, optou-se pela ida a campo e aplicação de formulários junto às famílias do município de Almirante Tamandaré (PR) e posterior discussão das dificuldades encontradas em campo.

A aplicação dos formulários teve início logo após o término de cada treinamento, sendo estipulado o prazo de 30 dias para a sua aplicação.

2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA

2.1 A QUESTÃO RURAL-URBANA E A ECONOMIA REGIONAL

Os dados da pesquisa de campo indicam que o número de beneficiários da Previdência Social Rural residentes na zona urbana é pouco superior ao número de beneficiários que residem na zona rural, respectivamente 51,1% e 48,9%. Entre os beneficiários residentes na zona urbana, 88,6% moram na cidade e o restante se divide entre a sede distrital e a área urbana isolada. Já, entre os beneficiários residentes na zona rural, 67,8% residem em moradia isolada, 29,3% em povoados ou aglomerados e 2,7% em núcleos rurais (tabelas 1 e 2).

Paralelamente, verifica-se que nas mesorregiões de Agricultura Familiar aproximadamente 60,0% dos beneficiários de cada uma delas moram no meio rural, enquanto na mesorregião de Assalariamento Rural 72,5% dos beneficiários residem na zona urbana, a maioria deles na cidade.

TABELA 1 - BENEFICIÁRIOS DA PSR SEGUNDO A ZONA DE RESIDÊNCIA E MESORREGIÃO - REGIÃO SUL - 1998

MESORREGIÃO	ZONA URBANA (%)					ZONA RURAL (%)					TOTAL GERAL (%)
	Cidade	Sede Distrital	Área Urbana Isolada	Não Declarado	Total	Povoado ou Aglom.	Núcleos Rurais	Moradia Isolada	Outros	Total	
Agric. Fam. Subsistência	36,10	1,70	4,00	0,10	41,90	21,20	1,50	35,20	0,20	58,10	100,00
Agric. Fam. Consolidada	34,20	2,00	2,60	-	38,80	15,30	1,00	44,90	-	61,20	100,00
Assalariamento Rural	65,50	5,30	1,70	-	72,50	6,50	1,40	19,50	0,10	27,50	100,00
REGIÃO SUL	45,27	3,00	2,77	0,03	51,07	14,33	1,30	33,20	0,10	48,93	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 2 - BENEFICIÁRIOS SEGUNDO A ZONA DE RESIDÊNCIA E MESORREGIÃO - REGIÃO SUL - 1998

MESORREGIÃO	ZONA URBANA (%)					ZONA RURAL (%)				
	Cidade	Sede Distrital	Área Urbana Isolada	Não Declarado	TOTAL	Povoado ou Aglom.	Núcleos Rurais	Moradia Isolada	Outros	TOTAL
Agric. Fam. Subsistência	86,16	4,06	9,55	0,23	100,00	36,49	2,58	60,59	0,34	100,00
Agric. Fam. Consolidada	88,14	5,15	6,70	-	100,00	25,00	1,63	73,37	-	100,00
Assalariamento Rural	90,34	7,32	2,34	-	100,00	23,64	5,09	70,91	0,36	100,00
REGIÃO SUL	88,64	5,87	5,42	0,07	100,00	29,29	2,66	67,85	0,20	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

A Região Sul evidencia um processo migratório em direção às áreas urbanas semelhante ao encontrado em todo o país. Os dados do recenseamento geral realizado pelo IBGE em 1960 já apontavam nessa direção e o Censo Demográfico de 1970 confirmou a migração rural-urbana, configurando um sério processo de desruralização no país.

O fenômeno urbano-rural está vinculado a duas ordens de questões. A primeira delas é o limite estabelecido pelo conceito de "rural", que se refere aos "domicílios", registrado no Censo Demográfico e na PNAD, ou aos "estabelecimentos", no Censo Agropecuário. "Estes conceitos são distintos entre si e não são compatíveis com o conceito de "beneficiário rural" do Anuário Estatístico da Previdência Social" (IPEA, 1999, p.9). Verifica-se, portanto, uma incompatibilidade de conceitos acerca do significado de rural. A outra questão é o próprio processo de esvaziamento do campo, que no recenseamento geral de 1960 indicava um processo migratório em direção às áreas urbanas e que, em 1970, já sinalizava a existência de um sério processo de desruralização. Essas questões envolvem correntes de pensamento que configuraram o debate sobre o "novo rural brasileiro", que traz importantes contribuições acerca das transformações recentes do setor rural, as quais delimitaram pelo menos três problemas inter-relacionados: a reconceituação do setor rural em face dos novos aspectos demográficos e socioeconômicos da ruralidade; as novas funções do setor agrícola no processo de desenvolvimento, enfatizadas por novos aspectos da teoria de desenvolvimento; e o enfoque no "território" e na "pluriatividade" como novas dimensões do setor rural (DELGADO; CARDOSO JÚNIOR, 1998). Essas questões permitiram uma melhor compreensão do espaço rural, a qual transcende a expressão restrita e calcada nos critérios de "estabelecimentos agropecuários" ou de "domicílios rurais".

Com base nos Censos Demográficos do IBGE, no período entre 1970 e 1991, observa-se que a população brasileira cresceu 57,7% e que a Região Sul tinha sua população aumentada em 34,1%, passando de 16.496.493 para 22.117.026 habitantes. A população urbana na Região Sul teve um aumento de 124,5%, passando de 7.303.427 para 16.392.710 habitantes entre 1970 e 1991. A

população rural brasileira sofreu uma redução de 14,2%, enquanto na Região Sul esta redução foi de 60,6%, a maior registrada no período, passando de 9.193.066 habitantes, em 1970, para 5.724.316 habitantes em 1991 (BREMAEKER, 1994).

Quando se analisam os dados no plano mesorregional, evidencia-se, mais uma vez, o fenômeno da desruralização na mesorregião Assalariamento Rural, especialmente nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, onde 72,5% da população beneficiária reside na zona urbana, contra 27,5% na zona rural (ver tabela 1). Um fator de destaque nessa mesorregião é a agricultura altamente tecnificada, havendo grande concentração fundiária, bem como a utilização, preferencialmente, de mão-de-obra contratada.

No Paraná, as microrregiões localizadas ao norte do Estado, que pertencem à mesorregião de Assalariamento Rural (Norte Velho de Jacarezinho, Norte Novo de Londrina, de Maringá e de Apucarana e Algodoeira do Assaí), foram as primeiras a reduzir intensamente a oferta de trabalho agrícola, respondendo por 72,0% do êxodo total do Estado na década de 70, e por 52% nos anos 80. Até o final da década de 80 as culturas de algodão e café foram as principais atividades geradoras de ocupação na região, mas a substituição destas culturas por grandes lavouras de cana e de soja levou a um desemprego significativo. Com exceção da cana-de-açúcar, todas as demais culturas de importância econômica na região perderam em área colhida, no período 1990-1995, destacando-se o café, com 32% a 56% de perda, e o algodão, com 46% a 81% de perda.

Paralelamente, houve, nessa mesma mesorregião, particularmente em municípios que não ofereciam condições naturais à produção em grande escala, um processo de seletividade de mão-de-obra, decorrente da apropriação de novas tecnologias, por parte da agricultura familiar, proporcionando um aumento de produtividade. Dessa forma, foi possível o fortalecimento e até o ressurgimento de agricultores familiares voltados à produção leiteira, criação de aves e à horticultura. Grande parte desses agricultores reside nos distritos urbanos e nas cidades próximas, o que contribui para que esta seja a região que apresenta uma das mais altas taxas de urbanização da Região Sul, chegando a 82,6%.

Por outro lado, a região norte do Paraná caracteriza-se, também, por ser o segundo pólo industrial do Estado, onde se destacam os ramos de alimentos, químicos e têxteis. No entanto, em razão da exigência de qualificação por parte dessas empresas, a população de desempregados proveniente da atividade rural acaba encontrando trabalho apenas na construção civil e no serviço doméstico.

No Estado do Rio Grande do Sul, as microrregiões Centro Ocidental Rio-grandense, Sudoeste Rio-grandense e Sudeste Rio-grandense são as que compõem a mesorregião de Assalariamento Rural, apresentando a maior concentração de terras da Região Sul e ocupando 56,0% da área disponível para a agricultura do Estado. Trata-se de uma região de grandes estabelecimentos, com característica predominantemente patronal, sendo o uso da terra, de mão-de-obra e de capital tipicamente extensivo. O nível de assalariamento agrícola mostra-se alto e a produtividade do trabalho, comparativamente, é a mais elevada da Região Sul. As principais atividades são a produção especializada de bovinos e de arroz e a produção da soja.

Até o ano de 1995, a região se manteve especializada na produção de arroz e pecuária de corte (atividades extensivas em mão-de-obra), com ampliação de 9,8% no rebanho bovino e de 38% a 73% nas áreas colhidas de arroz. A área de soja, que vinha crescendo na região Sudeste Rio-grandense, teve redução de 52% nos últimos cinco anos. Dado o quadro de crise, a produção de arroz vem, tenuamente, sustentando a renda da região (DESER, 1997).

A mesorregião Assalariamento Rural sofreu, nos últimos anos, um processo de declínio econômico no contexto da realidade da Região Sul, principalmente no Rio Grande do Sul. No entanto, segundo SILVA NETO (1994), apresenta potencial para se constituir numa nova fronteira agrícola, podendo promover expansão da agricultura familiar por meio de uma política de reforma agrária. O principal vetor de dinamização dessa economia regional está no fato de possuir condições naturais favoráveis, especialmente para a produção de leite.

As práticas atuais dos poucos agricultores familiares da região mostram que há possibilidades de promover sistemas de produção largamente eficientes para assegurar a viabilidade da agricultura familiar mediante política de reforma agrária. Para instalar 50 mil famílias na região, ocupando apenas 25,0% da área de pastagens naturais, seria necessário um investimento de US\$ 1,3 bilhão, incluindo o valor da terra. Isso resultaria num incremento de 600% na produção de riquezas na atividade primária (SILVA NETO, 1994).

Com relação ao local de moradia dos beneficiários das duas outras mesorregiões, constata-se que, na mesorregião Agricultura Familiar de Subsistência, 42% residem no meio urbano e 58% no meio rural e que, na mesorregião Agricultura Familiar Consolidada, 39% residem na área urbana e 61% na rural (ver tabela 1). Embora essas áreas também tenham sofrido com o surto do êxodo rural ocorrido em toda a Região Sul nos anos 70 e 80 – como resultado da decadência da cafeicultura e da mecanização agrícola estabelecida com a expansão do sistema soja-trigo, além da descapitalização dos agricultores familiares, provocada principalmente pela redução dos preços agrícolas e pelo aumento dos juros do crédito rural (DESER, 1997) –, essa população continua mantendo uma relação direta com a terra, estabelecendo-se como agricultura familiar por meio de estratégias de sobrevivência que possibilitam sua manutenção, de forma integrada ou não com o mercado.

No Paraná, os núcleos de agricultores familiares se especializaram nas culturas de hortaliças, fruticultura, e aumentaram, inclusive, a área colhida da erva-mate e do feijão. Entre 1992 e 1995, houve aumento de 37% nas áreas colhidas de feijão, levando a um crescimento de 35,0% no emprego formal. Nas regiões de Campos de Ponta Grossa e Campos de Jaguariaíva, onde se concentra a maior área média por estabelecimento (100 ha) e com predomínio de unidade de produção familiar, verifica-se que a capacidade produtiva está acima da média da Região Sul, indicando, também, um bom nível de tecnificação, principalmente na produção de bovinos de corte, suínos, soja, milho, feijão e leite. Na primeira metade da década de

90, os níveis de produtividade da produção de leite apresentaram crescimento de 51,0%, sobretudo devido ao grau de tecnificação.

No Estado de Santa Catarina, marcado predominantemente pela agricultura familiar, as regiões de Joinville, Blumenau e Itajaí apresentam elevado grau de especialização nas produções de arroz e fumo, responsáveis pela rentabilidade de parte da agricultura familiar. Outras atividades importantes da região são a banana, a criação de suínos, a bovinocultura de corte e de leite, a cana-de-açúcar e a cebola. A cultura do arroz responde, em média, por 88% do total da mão-de-obra ocupada, e a produção de cebola e a de banana por 96,0% e 94,0%, em média, respectivamente.

A combinação da agricultura familiar com um processo de industrialização descentralizada propiciou o emprego de agricultores, em tempo parcial, nas indústrias têxteis da região, o que contribuiu, decididamente, para a redução do êxodo rural e para a viabilização da agricultura familiar de subsistência.

Multiplicam-se exemplos de iniciativas que apontam para esta perspectiva entre os produtores familiares, resgatando uma dinâmica de cooperação que aumenta o poder de barganha, a capitalização e a intensificação do sistema de produção, bem como a racionalização no uso dos equipamentos e o conseqüente aumento da produtividade. Os resultados positivos dessa experiência são indícios de que é possível pensar um outro modo de fazer agricultura sem desestruturar radicalmente as identidades e as dinâmicas sociais locais (GEHLEN, 1998, p.56).

Essa afirmação se confirma quando são analisados os dados relativos à utilização do benefício na manutenção da atividade produtiva das famílias dos beneficiários entrevistados.

2.2 GÊNERO E DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS

Quanto à distribuição dos benefícios previdenciários rurais por gênero, verifica-se que, dos 3.000 domicílios entrevistados, 63,2% dos beneficiários são mulheres e 36,8% homens (tabela 3).

TABELA 3 - BENEFICIÁRIOS SEGUNDO GÊNERO - 1998

GÊNERO	Nº	%
Masculino	1 105	36,83
Feminino	1 895	63,17
TOTAL	3 000	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Com relação aos beneficiários homens, 79,5% concentram-se nas faixas etárias de 60 a 69 anos e 70 a 79 anos, com 42,7% e 36,8%, respectivamente, 11,7% têm 80 anos e mais, e 8,8% têm até 59 anos. Dentre eles, 72,9% são casados, a maioria com idade entre 60 e 79 anos. Os viúvos representam 18,2%, sendo que 7,5% têm idade inferior a 60 anos. Os solteiros somam 6,8%, com praticamente a metade deles com idade inferior a 60 anos.

Os viúvos têm, majoritariamente, idade superior a 60 anos (92,5%). Este segmento de beneficiários obteve o direito à pensão por morte somente a partir da Constituição de 1988, passando a assegurar esse tipo de benefício para a população do gênero masculino cujo cônjuge exercesse atividade produtiva (tabela 4).

TABELA 4 - BENEFICIÁRIOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E ESTADO CIVIL - REGIÃO SUL -1998

FAIXA ETÁRIA (Anos)	ESTADO CIVIL OU CONJUGAL										TOTAL	
	Casado/Junto		Solteiro		Viúvo		Divorciado/ Separado		Outros			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 10	-	-	2	1,30	-	-	-	-	-	-	2	0,07
De 11 a 15	-	-	1	0,65	-	-	-	-	-	-	1	0,03
De 16 a 29	1	0,06	7	4,55	3	0,25	-	-	-	-	11	0,37
De 30 a 39	14	0,90	11	7,14	18	1,50	2	2,47	-	-	45	1,50
De 40 a 49	27	1,73	16	10,39	47	3,91	2	2,47	-	-	92	3,07
De 50 a 54	17	1,09	8	5,19	45	3,75	1	1,23	-	-	71	2,37
De 55 a 59	207	13,27	19	12,34	88	7,33	8	9,88	-	-	322	10,73
De 60 a 69	737	47,24	47	30,52	376	31,31	41	50,62	3	75,00	1 204	40,13
De 70 a 79	463	29,68	31	20,13	406	33,81	22	27,16	1	25,00	923	30,77
Mais de 80	94	6,03	12	7,79	218	18,15	5	6,17	-	-	329	10,97
TOTAL	1560	100,00	154	100,00	1201	100,00	81	100,00	4	100,00	3 000	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 5 - BENEFICIÁRIOS DO GÊNERO FEMININO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E ESTADO CIVIL - REGIÃO SUL - 1998

FAIXA ETÁRIA (Anos)	ESTADO CIVIL OU CONJUGAL										TOTAL	
	Casado/Junto		Solteiro		Viúvo		Divorciado/ Separado		Outros			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 10	-	-	1	1,27	-	-	-	-	-	-	1	0,05
De 11 a 15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 16 a 29	1	0,13	2	2,53	3	0,30	-	-	-	-	6	0,32
De 30 a 39	10	1,33	4	5,06	17	1,70	1	1,69	-	-	32	1,69
De 40 a 49	14	1,86	8	10,13	43	4,30	1	1,69	-	-	66	3,48
De 50 a 54	11	1,46	3	3,80	41	4,10	-	-	-	-	55	2,90
De 55 a 59	185	24,54	12	15,19	82	8,20	8	13,56	-	-	287	15,15
De 60 a 69	357	47,35	22	27,85	323	32,30	27	45,76	3	100,00	732	38,63
De 70 a 79	152	20,16	18	22,78	327	32,70	19	32,20	-	-	516	27,23
Mais de 80	24	3,18	9	11,39	164	16,40	3	5,08	-	-	200	10,55
TOTAL	754	100,00	79	100,00	1000	100,00	59	100,00	3	100,00	1 895	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 6 - BENEFICIÁRIOS DO GÊNERO MASCULINO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E ESTADO CIVIL - REGIÃO SUL - 1998

FAIXA ETÁRIA (Anos)	ESTADO CIVIL OU CONJUGAL										TOTAL	
	Casado/Junto		Solteiro		Viúvo		Divorciado/ Separado		Outros			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 10	0	0,00	1	1,33	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,09
De 11 a 15	0	0,00	1	1,33	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,09
De 16 a 29	0	0,00	5	6,67	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	0,45
De 30 a 39	4	0,50	7	9,33	1	0,50	1	4,55	0	0,00	13	1,18
De 40 a 49	13	1,61	8	10,67	4	1,99	1	4,55	0	0,00	26	2,35
De 50 a 54	6	0,74	5	6,67	4	1,99	1	4,55	0	0,00	16	1,45
De 55 a 59	22	2,73	7	9,33	6	2,99	0	0,00	0	0,00	35	3,17
De 60 a 69	380	47,15	25	33,33	53	26,37	14	63,64	0	0,00	472	42,71
De 70 a 79	311	38,59	13	17,33	79	39,30	3	13,64	1	100,00	407	36,83
Mais de 80	70	8,68	3	4,00	54	26,87	2	9,09	0	0,00	129	11,67
TOTAL	806	100,00	75	100,00	201	100,00	22	100,00	1	100,00	1105	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

A concentração de benefícios rurais entre a população feminina pode ser explicada pelos indicadores demográficos registrados na Contagem da População de 1996 (IBGE, 1997), os quais indicam crescimento gradual da população feminina, principalmente a partir dos 55 anos, com maiores proporções nas faixas etárias de 75 a 79 anos (57,2%) e 80 anos e mais (61,4%). Contudo, é interessante observar que, no meio rural, a longevidade masculina nessas faixas etárias é relativamente superior à encontrada no meio urbano, estabelecendo uma relação de 51,4% de mulheres para 48,6% de homens na faixa de 75 a 79 anos e de 55,3% de mulheres para 44,7% de homens na faixa de 80 anos e mais (tabela 7).

TABELA 7 - POPULAÇÃO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, GÊNERO E ZONA DE RESIDÊNCIA - REGIÃO SUL - 1996

FAIXA ETÁRIA (Anos)	MASCULINO (%)			FEMININO (%)			TOTAL (%)		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Até 9	50,89	51,19	50,96	49,11	48,81	49,04	18,93	19,98	19,17
De 10 a 19	50,14	52,38	50,66	49,86	47,62	49,34	19,88	20,46	20,01
De 20 a 29	48,84	52,89	49,72	51,16	47,11	50,28	17,35	16,19	17,08
De 30 a 39	48,02	52,93	49,06	51,98	47,07	50,94	16,37	14,84	16,02
De 40 a 49	48,27	52,84	49,27	51,73	47,16	50,73	11,83	11,15	11,67
De 50 a 54	48,04	52,40	49,08	51,96	47,60	50,92	4,06	4,32	4,12
De 55 a 59	47,11	52,39	48,46	52,89	47,61	51,54	3,23	3,76	3,35
De 60 a 64	45,67	53,06	47,53	54,33	46,94	52,47	2,72	3,09	2,80
De 65 a 69	44,32	52,31	46,31	55,68	47,69	53,69	2,18	2,46	2,24
De 70 a 74	43,06	51,05	45,01	56,94	48,95	54,99	1,49	1,64	1,53
De 75 a 79	40,94	48,62	42,81	59,06	51,38	57,19	0,95	1,03	0,97
Mais de 80	36,75	44,72	38,58	63,25	55,28	61,42	0,88	0,89	0,88
Idade Ignorada	48,01	49,42	48,40	51,99	50,58	51,60	0,14	0,18	0,15
TOTAL	-	-	-	-	-	-	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE

A longevidade das mulheres, relacionada à maior expectativa de vida na população feminina, é um dos fatores que explica a maior proporção de mulheres beneficiárias da Previdência Social Rural. Outro fator importante nesta avaliação se refere ao processo de universalização dos benefícios previdenciários no meio rural, estabelecidos pela Constituição de 1988 e regulamentados em 1992, e que passaram a contemplar, também, as mulheres que exercem atividades rurais.

2.3 ESCOLARIDADE

Os dados da pesquisa de campo referentes à condição de alfabetização da população beneficiária demonstram que 40,4% dos beneficiários são analfabetos, dos quais 66% são mulheres e 34% são homens. O número de beneficiários analfabetos é elevado em todas as faixas etárias, principalmente entre aqueles com 80 anos e mais de idade, representando 55,9%, sendo 67,9% mulheres e 32,1% homens. Na faixa etária de 80 anos e mais encontra-se a maior proporção de mulheres beneficiárias analfabetas, representando 62,5%, e a menor proporção encontra-se entre as mulheres com idade inferior a 54 anos, correspondendo a 39,4%. Em contrapartida, a proporção de homens analfabetos com menos de 54 anos é bem superior à das mulheres, chegando a 48,4% (tabela 8).

TABELA 8 - BENEFICIÁRIOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, CONDIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E GÊNERO - REGIÃO SUL - 1998

FAIXA ETÁRIA (Anos)	SABE LER E ESCREVER						ANALFABETO						TOTAL	
	Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino		Total			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 10	-	-	-	-	-	-	1	0,24	1	0,13	2	0,17	2	0,07
De 11 a 15	1	0,14	-	-	1	0,06	-	0,00	-	-	-	-	1	0,03
De 16 a 29	2	0,29	4	0,37	6	0,34	3	0,73	2	0,25	5	0,41	11	0,37
De 30 a 39	8	1,15	19	1,74	27	1,51	5	1,21	13	1,63	18	1,49	45	1,50
De 40 a 49	14	2,02	37	3,38	51	2,85	12	2,91	29	3,63	41	3,38	92	3,07
De 50 a 54	7	1,01	37	3,38	44	2,46	9	2,18	18	2,25	27	2,23	71	2,37
De 55 a 59	19	2,74	199	18,17	218	12,19	16	3,88	88	11,00	104	8,58	322	10,73
De 60 a 69	343	49,49	451	41,19	794	44,41	129	31,31	281	35,13	410	33,83	1204	40,13
De 70 a 79	229	33,04	273	24,93	502	28,08	178	43,20	243	30,38	421	34,74	923	30,77
Mais de 80	70	10,10	75	6,85	145	8,11	59	14,32	125	15,63	184	15,18	329	10,97
TOTAL	693	100,00	1095	100,00	1788	100,00	412	100,00	800	100,00	1212	100,00	3000	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Os beneficiários analfabetos com idade entre 60 e 69 anos representam aproximadamente 34%, sendo 68,5% mulheres e 31,5% homens, e na faixa etária entre 55 a 59 anos representam 8,6%, sendo 84,6% mulheres e 15,4% homens. Entre a população beneficiária com menos de 55 anos (7,4%), os analfabetos representam 41,9% (67,7% de mulheres e 32,3% de homens). Esses indicadores revelam não apenas o elevado grau de analfabetismo existente entre os beneficiários da Previdência Social Rural (40,4%), como também a maior incidência de mulheres nessa categoria em praticamente todas as faixas etárias. Pode-se afirmar que a pobreza, nessas famílias, está fortemente associada ao baixo nível educacional dos chefes de família, particularmente as mulheres, que no passado tinham menor oportunidade de acesso ao ensino fundamental.

Considerando-se que 92,6% da população beneficiária da Previdência Social Rural tem mais de 55 anos e que quase a metade é analfabeta (40,3%), percebe-se o quanto os trabalhadores rurais foram alijados de um de seus direitos fundamentais de aquisição de cidadania ao longo dos anos, principalmente levando-se em conta que a educação básica é o instrumento necessário para o desenvolvimento de uma consciência social e de classe. Essa condição impossibilitou-lhes, inclusive, o acesso aos equipamentos sociais mínimos para instrumentalizá-los a requerer seus direitos trabalhistas (ver tabela 8).

Verifica-se, no Brasil, que uma das principais fontes de desigualdade de oportunidades educacionais está na disparidade existente entre o meio rural e o urbano, indicando que o fortalecimento da agricultura familiar passa, necessariamente, por uma profunda transformação do ensino no meio rural, acompanhado de um novo ambiente educacional, atento às mudanças provocadas pela globalização e, também, aos problemas ambientais. Essa transformação exige a implementação do ensino regular básico, que deveria estar sendo oferecido nas escolas rurais, além de uma necessária formação profissional vinculada às redes de ciência, tecnologia e extensão. Segundo VEIGA (2000, p.29), estima-se que cada ano de escolaridade adicional tende a elevar o nível de renda de um trabalhador brasileiro em aproximadamente 15%.

Os beneficiários da Previdência Rural que sabem ler e escrever representam 59,6%, sendo 61,2% mulheres e 38,8% homens. Ao se considerar a relação entre homens e mulheres nas duas condições, verifica-se que há uma proporção quase que semelhante entre a população beneficiária com idade até 54 anos, onde se encontram 58,1% de beneficiários que sabem ler e escrever e 41,9% de analfabetos, e os beneficiários com 55 anos e mais, dos quais 59,7% sabem ler e escrever e 40,3% são analfabetos. Entretanto, observando-se essas condições em cada uma das faixas etárias, verifica-se, entre os homens com até 54 anos, que a proporção daqueles que sabem ler e escrever é de 51,6% contra 48,4% de analfabetos, e entre os homens com 55 anos e mais a proporção dos que sabem ler é de 63,4% contra 36,6% de analfabetos. Em contrapartida, 60,6% das mulheres com idade até 54 anos sabem ler e escrever e 33,7% são analfabetas, e para aquelas com mais de 55 anos 57,5% sabem ler e escrever e 42,5% são analfabetas.

Esses dados mostram, portanto, que entre os beneficiários com até 54 anos a maior incidência de analfabetismo ocorre entre os homens (48,4%), comparativamente à proporção de homens analfabetos com mais de 55 anos (36,6%). Ao contrário, o analfabetismo atinge mais as mulheres com mais de 55 anos (42,5%)

comparativamente com aquelas que têm até 54 anos (33,7%). Observa-se, também, que entre a população beneficiária com até 54 anos de idade a proporção de mulheres que sabem ler e escrever (60,6%) é superior à de homens (51,6%), e no segmento com idade de 55 anos e mais a proporção de homens que sabem ler e escrever é de 63,4% e das mulheres é de 57,5% (ver tabela 8).

A partir das informações obtidas na pesquisa de campo, constata-se que 60,2% dos beneficiários freqüentaram a escola. Entre eles, embora 89,9% tenham cursado até a 4ª série do 1.º Grau, 72,3% não o concluíram. Os beneficiários que freqüentaram entre a 5ª e a 8ª séries do 1º Grau representam 5,5%, mas somente 0,8% o concluíram. O 2º Grau e o nível técnico abrangem 1,2% dos beneficiários, e aqueles que fizeram o Mobral, 1,9%. Apenas 0,2% dos beneficiários freqüentaram cursos de nível superior e 1,3% freqüentaram outros tipos de cursos. Considerando que a população-alvo da pesquisa de campo compõe-se, em sua maioria, por pessoas com idade mais avançada, pode-se dizer que parcela significativa (72,3%) não concluiu sequer o antigo curso primário (atualmente, 1ª a 4ª série do 1º Grau, ou ensino fundamental), o que também pode ser confirmado pelo nível de escolaridade da faixa etária de 30 a 39 anos, em que 78,8% dos beneficiários cursaram somente até a 4ª série do 1º Grau e apenas 30,3% concluíram esse nível de escolaridade (tabelas 9, 10 e 11).

TABELA 9 - BENEFICIÁRIOS DO GÊNERO MASCULINO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E NÍVEL DE ESCOLARIDADE - REGIÃO SUL - 1998

FAIXA ETÁRIA (Anos)	NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO BENEFICIÁRIO																TOTAL			
	1ª a 4ª (inc.)		1ª a 4ª (comp.)		5ª a 8ª (inc.)		5ª a 8ª (comp.)		2º Grau (compl. e inc.)		Nível Superior		Mobral		Outros					
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Até 10	1	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,15
De 11 a 15	-	-	-	-	1	3,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,15
De 16 a 29	2	0,39	-	-	1	3,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,44
De 30 a 39	4	0,78	4	3,39	0	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	20,00	10	1,46	
De 40 a 49	11	2,15	4	3,39	2	7,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	2,48	
De 50 a 54	7	1,37	2	1,69	1	3,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	1,46	
De 55 a 59	15	2,93	6	5,08	0	0,00	-	-	-	-	-	-	1	11,11	-	-	-	22	3,21	
De 60 a 69	245	47,85	67	56,78	10	38,46	3	50,00	-	-	-	-	6	66,67	6	60,00	337	49,20		
De 70 a 79	173	33,79	29	24,58	8	30,77	2	33,33	3	100,00	-	-	1	11,11	2	20,00	218	31,82		
Mais de 80	54	10,55	6	5,08	3	11,54	1	16,67	-	-	1	100,00	1	11,11	-	-	66	9,64		
TOTAL	512	100,00	118	100,00	26	100,00	6	100,00	3	100,00	1	100,00	9	100,00	10	100,00	685	100,00		

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 10 - BENEFICIÁRIOS DO GÊNERO FEMININO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E NÍVEL DE ESCOLARIDADE - REGIÃO SUL - 1998

FAIXA ETÁRIA (Anos)	NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO BENEFICIÁRIO																TOTAL			
	1ª a 4ª (inc.)		1ª a 4ª (comp.)		5ª a 8ª (inc.)		5ª a 8ª (comp.)		2º Grau (compl. e inc.)		Nível Superior		Mobral		Outros					
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Até 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 11 a 15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 16 a 29	3	0,38	1	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,36	
De 30 a 39	12	1,51	6	3,02	2	3,45	1	11,11	1	5,26	1	33,33	-	-	-	-	-	23	2,05	
De 40 a 49	29	3,65	4	2,01	4	6,90	1	11,11	2	10,53	-	-	1	4,00	2	14,29	43	3,83		
De 50 a 54	29	3,65	8	4,02	2	3,45	-	0,00	-	-	1	33,33	-	-	1	7,14	41	3,65		
De 55 a 59	139	17,48	43	21,61	10	17,24	2	22,22	5	26,32	-	-	1	4,00	2	14,29	202	18,00		
De 60 a 69	330	41,51	75	37,69	30	51,72	2	22,22	8	42,11	-	-	12	48,00	3	21,43	460	41,00		
De 70 a 79	198	24,91	43	21,61	8	13,79	2	22,22	3	15,79	-	-	9	36,00	3	21,43	266	23,71		
Mais de 80	55	6,92	19	9,55	2	3,45	1	11,11	-	-	1	33,33	2	8,00	3	21,43	83	7,40		
TOTAL	795	100,00	199	100,00	58	100,00	9	100,00	19	100,00	3	100,00	25	100,00	14	100,00	1122	100,00		

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 11 - BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E NÍVEL DE ESCOLARIDADE - REGIÃO SUL - 1998

FAIXA ETÁRIA (Anos)	NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO BENEFICIÁRIO																TOTAL			
	1ª a 4ª (inc.)		1ª a 4ª (comp.)		5ª a 8ª (inc.)		5ª a 8ª (comp.)		2º Grau (compl. e inc.)		Nível Superior		Mobral		Outros					
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Até 10	1	0,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,06
De 11 a 15	-	-	-	-	1	1,19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,06
De 16 a 29	5	0,38	1	0,32	1	1,19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	0,39	
De 30 a 39	16	1,22	10	3,15	2	2,38	1	6,67	1	4,55	1	25,00	-	-	2	8,33	33	1,83		
De 40 a 49	40	3,06	8	2,52	6	7,14	1	6,67	2	9,09	-	-	1	2,94	2	8,33	60	3,32		
De 50 a 54	36	2,75	10	3,15	3	3,57	-	-	-	0,00	1	25,00	-	-	1	4,17	51	2,82		
De 55 a 59	154	11,78	49	15,46	10	11,90	2	13,33	5	22,73	-	-	2	5,88	2	8,33	224	12,40		
De 60 a 69	575	43,99	142	44,79	40	47,62	5	33,33	8	36,36	-	-	18	52,94	9	37,50	797	44,11		
De 70 a 79	371	28,39	72	22,71	16	19,05	4	26,67	6	27,27	-	-	10	29,41	5	20,83	484	26,78		
Mais de 80	109	8,34	25	7,89	5	5,95	2	13,33	-	-	2	50,00	3	8,82	3	12,50	149	8,25		
TOTAL	1 307	100,00	317	100,00	84	100,00	15	100,00	22	100,00	4	100,00	34	100,00	24	100,00	1807	100,00		

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Entre os beneficiários com idade entre 16 e 29 anos, observa-se que 71,4% não concluiu a 4ª série do 1º Grau, revelando o descompasso existente entre a idade e o grau de escolaridade.

Como já se citou, do total dos beneficiários 59,6% sabem ler e escrever e 40,4% são analfabetos. Observando-se as informações sobre o grau de escolaridade, verifica-se que 60,2% dos beneficiários tiveram acesso à escola, o que leva a supor que representam aqueles que sabem ler e escrever. No entanto, percebe-se que parte daqueles que freqüentaram a escola encontra-se na condição de analfabetos, e, também, que o número de homens beneficiários que sabem ler e escrever é superior em 1,2% ao dos que freqüentaram a escola por algum tempo.

Observa-se, ainda, que o número de beneficiários do gênero masculino que cursaram até a 4ª série do 1º Grau, mesmo sem tê-lo concluído, é superior ao de mulheres beneficiárias que freqüentaram a escola até o mesmo grau de escolaridade, representando 74,7% e 70,9%, respectivamente. Em contrapartida, a inserção de mulheres beneficiárias nos níveis mais elevados de escolaridade é superior à de homens. As informações obtidas na pesquisa de campo indicam que 5,8% das mulheres beneficiárias freqüentaram cursos de 5ª a 8ª séries do 1º Grau, contra 4,7% dos homens.

O mesmo ocorre em relação à inserção dos beneficiários nos cursos de 2º Grau e nível técnico, representados por 1,7% de mulheres e 0,4% de homens. O nível superior é composto por 0,3% de mulheres e 0,1% de homens, e o Mobral por 2,2% de mulheres e 1,3% de homens.

Uma outra comparação que merece destaque diz respeito às faixas etárias para cada nível de escolaridade atingida, aonde se constata que entre os beneficiários mais idosos, com mais de 70 anos, a proporção de homens que cursaram até a 4ª série do 1º Grau (incompleto e completo) é de 41,6%, e a de mulheres é de 31,7%. Esta diferença aumenta à medida que cresce o grau de escolaridade atingido, isto é, a proporção de homens beneficiários com mais de 70 anos que cursaram até a 8ª série do 1º Grau (incompleto e completo) é de 43,8%, contra 16,4% de mulheres, para a mesma faixa etária e série escolar.

2.4 OCUPAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

Quanto à ocupação anterior dos beneficiários nos doze meses que antecederam o recebimento do benefício, os dados confirmam a vinculação majoritária dessa população com a atividade agrícola, uma vez que 87,6% deles trabalhavam na agropecuária, 5,8% no serviço doméstico, 2,8% no setor de serviços, 0,4% na produção doméstica (indústria caseira e artesanato), 0,3% na pesca, 0,2% na indústria e na construção civil e 0,1% nos transportes. Entre os beneficiários, 94,7% dos homens e 83,43% das mulheres trabalhavam na agropecuária. A força de trabalho feminina representa, também, 9% nos serviços domésticos e 4% no setor de serviços (tabelas 12, 13 e 14).

Do total dos beneficiários ocupados na agropecuária, 68,6% trabalhavam por conta própria², 10,7% eram diaristas, 5,9% meeiros ou parceiros, 4,9% arrendatários, 4,6% assalariados, 2,4% mão-de-obra familiar não remunerada, 1,5% ganhavam por empreitada, 0,8% ganhavam por produção e 0,4% eram empregadores (tabela 15). Todos os beneficiários que trabalhavam no serviço doméstico constituíam mão-de-obra familiar não remunerada, a grande maioria formada por mulheres. Enquanto as mulheres representam 12,1% da força de trabalho não remunerada (segunda maior incidência de trabalho feminino quanto à forma de relação de trabalho, seguida do trabalho por conta própria), os homens formam 1,3% da mão-de-obra não remunerada. A taxa referente à mão-de-obra não remunerada pode ser explicada, em parte, pelo trabalho na produção para o próprio consumo, o que, por sua vez, fomentou o próprio conceito genérico de "regime de economia familiar", revelando a existência, no meio rural, do trabalhador informal vinculado a uma agricultura de subsistência (ver tabelas 13 e 14).

² Nesta pesquisa considerou-se trabalho por conta própria aquele em que a pessoa exerce uma atividade individualmente ou com a ajuda de membros da família, podendo contar com o auxílio eventual de terceiros.

TABELA 12 - BENEFICIÁRIOS, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE E RELAÇÃO DE TRABALHO - REGIÃO SUL - 1998

RAMO DE ATIVIDADE	RELAÇÃO DE TRABALHO																				TOTAL		
	Conta Própria		Assalariado		Meeiro/ Parceiro		Arrendatário		Diarista		Ganha por Produção		Ganha por Empreitada		Mão-de-obra não Remunerada		Empregador		Outros				
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
Agropecuária	1 808	97,52	111	54,68	157	99,37	131	100,00	283	97,92	19	79,17	39	90,70	65	26,53	10	100,00	4	9,30	2 627	87,57	
Extração Florestal	6	0,32	12	5,91	1	0,63	-	-	-	-	1	4,17	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	20	0,67	
Pesca	8	0,43	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,17	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	9	0,30	
Mineração	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	1	0,03	
Indústria	-	-	6	2,96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	6	0,20	
Comércio	8	0,43	4	1,97	-	-	-	-	2	0,69	1	4,17	-	-	1	0,41	0	0,00	0	0,00	16	0,53	
Serviço	11	0,59	66	32,51	-	-	-	-	3	1,04	-	-	3	6,98	1	0,41	0	0,00	0	0,00	84	2,80	
Transporte	-	-	2	0,99	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	2	0,07	
Const. Civil	2	0,11	1	0,49	-	-	-	-	1	0,35	-	-	1	2,33	-	-	0	0,00	0	0,00	5	0,17	
Prod. Doméstica	9	0,49	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8,33	-	-	2	0,82	0	0,00	0	0,00	13	0,43	
Domicílio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	173	70,61	0	0,00	0	0,00	173	5,77	
Fora da Força de Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00	39	90,70	39	1,30	
Outros	1	0,05	1	0,49	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	3	1,22	0	0,00	0	0,00	5	0,17	
TOTAL	1 854	100,00	203	99,51	158	100,00	131	100,00	289	100,00	24	100,00	43	100,00	245	98,78	10	100,00	43	100,00	3 000	100,00	

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 13 - BENEFICIÁRIOS DO GÊNERO MASCULINO, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE E RELAÇÃO DE TRABALHO - REGIÃO SUL - 1998

RAMO DE ATIVIDADE	RELAÇÃO DE TRABALHO																				TOTAL		
	Conta Própria		Assalariado		Meeiro/ Parceiro		Arrendatário		Diarista		Ganha por Produção		Ganha por Empreitada		Mão-de-obra não Remunerada		Empregador		Outros				
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
Agropecuária	720	97,96	65	80,25	74	98,67	46	100,00	103	99,04	5	83,33	16	80,00	11	78,57	6	100,00	-	-	1 046	94,66	
Extração Florestal	3	0,41	7	8,64	1	1,33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	1,00
Pesca	6	0,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	0,54
Mineração	1	0,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,09
Indústria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio	2	0,27	1	1,23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,27
Serviço	1	0,14	5	6,17	-	-	-	-	-	-	-	-	3	15,00	-	-	-	-	-	-	-	9	0,81
Transporte	-	-	2	2,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,18
Const. Civil	2	0,27	1	1,23	-	-	-	-	1	0,96	-	-	1	5,00	-	-	-	-	-	-	-	5	0,45
Prod. Doméstica	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,09
Domicílio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21,43	-	-	-	-	-	3	0,27
Fora da Força de Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	100,00	18	1,63
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	735	100,00	81	100,00	75	100,00	46	100,00	104	100,00	6	100,00	20	100,00	14	100,00	6	100,00	18	100,00	1 105	100,00	

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 14 - BENEFICIÁRIOS DO GÊNERO FEMININO, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE E RELAÇÃO DE TRABALHO - REGIÃO SUL -1998

RAMO DE ATIVIDADE	RELAÇÃO DE TRABALHO																				TOTAL		
	Conta Própria		Assalariado		Meeiro Parceiro		Arrendatário		Diarista		Ganha por Produção		Ganha por Empreitada		Mão-de-obra não Remunerada		Empregador		Outros				
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
Agropecuária	1 088	97,23	46	37,70	83	100,00	85	100,00	180	97,30	14	77,78	23	100,00	54	23,38	4	100,00	4	16,00	1 581	83,43	
Extrato Florestal	3	0,27	5	4,10	-	-	-	-	-	-	1	5,56	-	-	-	-	-	-	-	-	9	0,47	
Pesca	2	0,18	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5,56	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,16	
Mineração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Indústria	-	-	6	4,92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	0,32	
Comércio	6	0,54	3	2,46	-	-	-	-	2	1,08	1	5,56	-	-	1	0,43	-	-	-	-	13	0,69	
Serviço	10	0,89	61	50,00	-	-	-	-	3	1,62	-	-	-	-	1	0,43	-	-	-	-	75	3,96	
Transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Const. Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prod. Doméstica	9	0,80	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5,56	-	-	2	0,87	-	-	-	-	12	0,63	
Domicílio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	170	73,59	-	-	-	-	170	8,97	
Fora da Força de Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	84,00	21	1,11	
Outros	1	0,09	1	0,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1,30	-	-	-	-	5	0,26	
TOTAL	1 119	100,00	122	99,18	83	100,00	85	100,00	185	100,00	18	100,00	23	100,00	231	98,70	4	100,00	25	100,00	1 895	100,00	

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Os beneficiários que trabalharam nos doze meses anteriores ao recebimento do benefício em atividades de agropecuária, extrativismo e floresta, pesca e mineração somam 88,6%, sendo que somente a agropecuária representa 87,6%. Desses beneficiários, cuja atividade foi, fundamentalmente, a agropecuária, 76,3% recebem aposentadoria por idade, 12,8% recebem pensão por morte, 7,3% recebem aposentadoria por invalidez e 3,6% têm renda mensal vitalícia. Entre aqueles que trabalharam como diaristas, 18,7% recebem pensão por morte e 11,3% aposentadoria por invalidez, o que representa 30% da antiga relação de trabalho.

Na mesorregião Assalariamento Rural, há um número expressivo de trabalhadores da agropecuária, extrativismo e floresta ou pesca que mantiveram como última relação de trabalho a posição de mão-de-obra contratada (37,09%), destacando-se aí o número de diaristas (24,81%) e aqueles que alcançaram o benefício “aposentadoria por idade” (15,6%).

Essa mesorregião apresenta um conjunto diferenciado de relações econômicas dentro da Região Sul, onde o trabalho remunerado sobressai dentro das economias familiares. Nesse sentido, mostra-se a efetividade do modelo de universalização previdenciária, posto em prática a partir de 1992, pelo grau de cobertura e pelo acesso dessa economia familiar (assalariada) ao seguro previdenciário, principalmente na condição de “aposentados por idade”. Percebe-se, assim, que a revitalização de uma economia familiar rural na mesorregião Assalariamento Rural, onde a categoria de aposentados se diferencia, de certa forma, do universo de aposentados do setor rural tradicional (mesorregiões de Agricultura Familiar), se deve sobretudo ao importante crescimento da cobertura previdenciária para essas populações (tabela 15).

TABELA 15 - BENEFICIÁRIOS CUJO RAMO DE ATIVIDADE DA ÚLTIMA OCUPAÇÃO ERA A AGROPECUÁRIA OU EXTRATIVISMO E FLORESTA OU PESCA, SEGUNDO A RELAÇÃO DE TRABALHO DA ÚLTIMA OCUPAÇÃO, MESORREGIÃO E BENEFÍCIO PRINCIPAL - REGIÃO SUL - 1998

RELAÇÃO DE TRABALHO	MESORREGIÃO									
	Agricultura Familiar de Subsistência (%)					Agricultura Familiar Consolidada (%)				
	Aposenta- doria por Idade	Aposen- tadoria por Invalidez	Pensão por Morte	Renda Mensal Vital.	Total	Aposen- tadoria por Idade	Aposen- tadoria por Invalidez	Pensão por Morte	Renda Vital.	Total
Conta Própria	59,48	4,53	7,54	1,83	73,38	67,84	4,79	8,52	1,17	82,32
Assalariado	2,26	0,43	1,08	0,22	3,99	0,75	0,11	0,32	0,43	1,60
Meeiro/Parceiro	3,66	0,22	0,97	0,32	5,17	2,98	0,64	0,43	0,21	4,26
Arrendatário	3,45	0,65	1,62	0,43	6,14	3,94	0,43	1,06	0,11	5,54
Diarista	3,34	0,54	0,65	1,08	5,60	2,77	0,21	0,75	-	3,73
Ganha por Produção	0,65	--	0,22	0,32	1,19	-	-	0,11	-	0,11
Ganha por Empreitada	0,86	0,22	0,22	0,32	1,62	0,32	-	0,32	0,11	0,75
Mão-de-obra familiar não remunerada	1,94	0,11	0,11	0,22	2,37	1,06	0,43	0,11	0,11	1,70
Empregador	0,11	-	-	-	0,11	-	-	-	-	-
Outros	0,43	-	-	-	0,43	-	-	-	-	-
TOTAL	76,19	6,68	12,39	4,74	100,00	79,66	6,60	11,61	2,13	100,00

RELAÇÃO DE TRABALHO	MESORREGIÃO									
	Assalariamento Rural (%)					Região Sul (%)				
	Aposenta- doria por Idade	Aposen- tadoria por Invalidez	Pensão por Morte	Renda Mensal Vital.	Total	Aposen- tadoria por Idade	Aposen- tadoria por Invalidez	Pensão por Morte	Renda Vital.	Total
Conta Própria	38,23	2,03	5,19	1,27	46,71	56,12	3,88	7,19	1,43	68,61
Assalariado	6,33	1,01	1,39	0,25	8,99	2,94	0,49	0,90	0,30	4,63
Meeiro/Parceiro	5,32	1,39	1,39	0,76	8,86	3,91	0,72	0,90	0,41	5,95
Arrendatário	2,03	-	0,38	0,38	2,78	3,20	0,38	1,05	0,30	4,93
Diarista	15,57	3,16	5,06	1,01	24,81	6,77	1,20	1,99	0,68	10,65
Ganha por Produção	0,76	-	0,25	0,13	1,14	0,45	-	0,19	0,15	0,79
Ganho por Empreitada	1,01	0,63	0,51	-	2,15	0,72	0,26	0,34	0,15	1,47
Mão-de-obra familiar não remunerada	2,15	0,51	0,51	0,25	3,42	1,69	0,34	0,23	0,19	2,45
Empregador	1,01	-	0,13	-	1,14	0,34	-	0,04	-	0,38
Outros	-	-	-	-	-	0,15	-	-	-	0,15
TOTAL	72,41	8,73	14,81	4,05	100,00	76,29	7,26	12,83	3,61	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

3 UNIVERSALIZAÇÃO E EFETIVIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

3.1 UNIVERSALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

A maior proporção de mulheres beneficiárias da Previdência Social Rural pode ser explicada por duas ordens de fatores, já discutidas aqui, a saber, de um lado há maior expectativa de vida entre as mulheres, determinando a sua longevidade e, de outro lado, o direito de acesso ao benefício previdenciário por idade que essas mulheres passaram a ter, em função das atividades exercidas em estabelecimento rural, determinado pela Constituição de 1988 e regulamentado em 1992.

Considere-se, também, que a extensão do benefício rural por idade para as mulheres levou-as à mobilização em busca de seu direito de inclusão no seguro social. A mobilização de mulheres em busca de seu registro social de produtora rural ou agricultora, via sindicatos rurais e confederação de trabalhadores rurais, deu início à articulação pela redefinição da política de previdência social na área rural. Os dados da pesquisa de campo demonstram a importância e o alcance dessa articulação na determinação do número de aposentadorias por idade entre as mulheres da Região Sul, uma vez que 42% da população beneficiária feminina declarou estar vinculada a sindicatos de trabalhadores rurais e 54% declarou recorrer ao sindicato para obter algum tipo de ajuda no processo de encaminhamento da documentação para recebimento do benefício. Os dados do INSS mostram que o número de benefícios relativos à aposentadoria por idade para as mulheres trabalhadoras rurais passou de 212.157 para 1.494.873, entre 1992 e 1998, aumentando em sete vezes, portanto.

No que se refere à idade das beneficiárias da Previdência Social Rural, os dados revelam que 65,9% das mulheres têm entre 60 e 79 anos, 15,2% têm entre 55 e 59 anos, 10,6% estão na faixa de 80 anos e mais, e apenas 8,4% têm idade inferior a 55 anos. Dentre elas, 52,8% são viúvas, 39,8% são casadas, 4,2% são solteiras e 3,1% são separadas. Desse modo, a proporção de mulheres casadas, solteiras e separadas que passaram a ter o direito ao seguro previdenciário rural é de 47%,

determinado em função da sua atividade produtiva exercida em estabelecimento rural. Do total de beneficiárias pesquisadas, 66% recebem o benefício Aposentadoria por Idade (ver tabelas 4, 5 e 6).

Com a universalidade do seguro previdenciário social, as trabalhadoras rurais deixaram de ser consideradas apenas mulheres de agricultores, preteridas como mão-de-obra não remunerada e que, em última instância, teriam somente o direito à pensão por ocasião da morte do marido. Isso vem confirmar os princípios constitucionais que contemplam a universalidade do seguro, na medida em que estabelece, para as mulheres que exercem atividades produtivas em estabelecimento rural, o direito à aposentadoria rural por idade a partir de 55 anos.

Quanto ao tipo de seguro previdenciário rural recebido como benefício principal,³ 71,2% dos beneficiários recebem a aposentadoria por idade, 17% recebem pensão por morte, 7,2% recebem aposentadoria por invalidez e 4,6% recebem renda mensal vitalícia (tabela 16).

Dentre os beneficiários que recebem aposentadoria por idade, 47,6% têm entre 60 e 69 anos (58,1% são mulheres e 41,9% são homens), 31,3% têm entre 70 e 79 anos (51,2% homens e 48,8% mulheres), 11,0% têm entre 55 e 59 anos (em sua totalidade mulheres) e 10,1% têm 80 anos e mais – 53,9% homens e 46,1% mulheres (tabelas 17, 18 e 19).

Verifica-se, também, que 60,9% dos beneficiários são casados, 31,9% são viúvos, sendo que entre os viúvos 76,1% são mulheres; 4,1% são solteiros, com 58% de mulheres; e 2,9% são separados, em sua grande maioria mulheres (71,4%).

³O beneficiário poderá receber mais de um benefício previdenciário de prestação continuada. Entretanto, somente é possível a combinação de benefícios concedidos por Aposentadoria por Idade com Pensão por Morte ou Aposentadoria por Invalidez com Pensão por Morte. Não é possível combinar a Aposentadoria por Idade com Aposentadoria por Invalidez, tampouco Renda Mensal Vitalícia com qualquer outro tipo de benefício. Dessa forma, nos casos de recebimento de mais de um benefício, considerou-se como benefício principal a Aposentadoria por Idade ou Aposentadoria por Invalidez.

TABELA 16 - PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURA, SEGUNDO MESORREGIÃO, BENEFÍCIO PRINCIPAL E GÊNERO - REGIÃO SUL - 1998

BENEFÍCIO PRINCIPAL	MESORREGIÃO (%)									REGIÃO SUL (%)		
	Agricultura Familiar de Subsistência			Agricultura Familiar Consolidada			Assalariamento Rural					
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Aposentadoria por idade	28,70	43,70	72,40	29,40	47,60	77,00	30,50	33,80	64,30	29,53	41,70	71,23
Aposentadoria por invalidez	5,80	1,40	7,20	5,30	1,10	6,40	5,60	2,30	7,90	5,57	1,60	7,17
Pensão por morte	1,10	14,10	15,20	1,10	12,80	13,90	1,00	20,90	21,90	1,07	15,93	17,00
Renda mensal vitalícia	0,90	4,30	5,20	0,30	2,40	2,70	0,80	5,10	5,90	0,67	3,93	4,60
TOTAL	36,50	63,50	100,00	36,10	63,90	100,00	37,90	62,10	100,00	36,83	63,17	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

NOTA: Foram pesquisados 1.000 beneficiários em cada mesorregião.

TABELA 17 - BENEFICIÁRIOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E BENEFÍCIO PRINCIPAL - REGIÃO SUL - 1998

FAIXA ETÁRIA (Anos)	BENEFÍCIO PRINCIPAL								TOTAL	
	Aposent. por Idade		Aposent. por Invalidez		Pensão por Morte		Renda Mensal Vitalícia			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 10	-	-	-	-	2	0,39	-	-	2	0,07
De 11 a 15	-	-	-	-	1	0,20	-	-	1	0,03
De 16 a 29	-	-	4	1,86	6	1,18	1	0,72	11	0,37
De 30 a 39	-	-	12	5,58	31	6,08	2	1,45	45	1,50
De 40 a 49	-	-	21	9,77	64	12,55	7	5,07	92	3,07
De 50 a 54	-	-	17	7,91	50	9,80	4	2,90	71	2,37
De 55 a 59	235	11,00	25	11,63	59	11,57	3	2,17	322	10,73
De 60 a 69	1 017	47,59	51	23,72	120	23,53	16	11,59	1 204	40,13
De 70 a 79	668	31,26	75	34,88	124	24,31	56	40,58	923	30,77
Mais de 80	217	10,15	10	4,65	53	10,39	49	35,51	329	10,97
TOTAL	2 137	100,00	215	100,00	510	100,00	138	100,00	3 000	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

NOTA: Foram pesquisados 1.000 beneficiários em cada mesorregião.

TABELA 18 - BENEFICIÁRIOS DO GÊNERO MASCULINO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E BENEFÍCIO PRINCIPAL - 1998

FAIXA ETÁRIA (Anos)	BENEFÍCIO PRINCIPAL								TOTAL	
	Aposent. por Idade		Aposent. por Invalidez		Pensão por Morte		Renda Mensal Vitalícia			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 10	-	-	-	-	1	3,13	-	-	1	0,09
De 11 a 15	-	-	-	-	1	3,13	-	-	1	0,09
De 16 a 29	-	-	4	2,40	1	3,13	-	-	5	0,45
De 30 a 39	-	-	8	4,79	4	12,50	1	5,00	13	1,18
De 40 a 49	-	-	16	9,58	7	21,88	3	15,00	26	2,35
De 50 a 54	-	-	10	5,99	3	9,38	3	15,00	16	1,45
De 55 a 59	1	0,11	23	13,77	9	28,13	2	10,00	35	3,17
De 60 a 69	426	48,08	40	23,95	5	15,63	1	5,00	472	42,71
De 70 a 79	342	38,60	58	34,73	-	-	7	35,00	407	36,83
Mais de 80	117	13,21	8	4,79	1	3,13	3	15,00	129	11,67
TOTAL	886	100,00	167	100,00	32	100,00	20	100,00	1105	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

NOTA: Foram pesquisados 1.000 beneficiários em cada mesorregião.

TABELA 19 - BENEFICIÁRIOS DO GÊNERO FEMININO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E BENEFÍCIO PRINCIPAL - REGIÃO SUL - 1998

FAIXA ETÁRIA (Anos)	BENEFÍCIO PRINCIPAL								TOTAL	
	Aposent. por Idade		Aposent. por Invalidez		Pensão por Morte		Renda Mensal Vitalícia			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 10	-	-	-	-	1	0,21	-	-	1	0,05
De 11 a 15	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-
De 16 a 29	-	-	-	-	5	1,05	1	0,85	6	0,32
De 30 a 39	-	-	4	8,33	27	5,65	1	0,85	32	1,69
De 40 a 49	-	-	5	10,42	57	11,92	4	3,39	66	3,48
De 50 a 54	-	-	7	14,58	47	9,83	1	0,85	55	2,90
De 55 a 59	234	18,71	2	4,17	50	10,46	1	0,85	287	15,15
De 60 a 69	591	47,24	11	22,92	115	24,06	15	12,71	732	38,63
De 70 a 79	326	26,06	17	35,42	124	25,94	49	41,53	516	27,23
Mais de 80	100	7,99	2	4,17	52	10,88	46	38,98	200	10,55
TOTAL	1 251	100,00	48	100,00	478	100,00	118	100,00	1 895	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

NOTA: Foram pesquisados 1.000 beneficiários em cada mesorregião.

Dentre os beneficiários que recebem pensão por morte, 93,7% são mulheres e 6,3% são homens. Os que têm menos de 55 anos somam 30,2%, representados por 89% de mulheres. Entre os homens pensionistas, 46,9% têm mais de 55 anos. Os viúvos pensionistas representam 85,1%, sendo predominantemente mulheres (95,9%). Os pensionistas casados e os que vivem juntos somam 10,4%, sendo 88,7% mulheres e 11,3% homens (tabelas 20, 21 e 22).

TABELA 20 - BENEFICIÁRIOS DO GÊNERO MASCULINO, SEGUNDO ESTADO CIVIL OU CONJUGAL E BENEFÍCIO PRINCIPAL - REGIÃO SUL - 1998

ESTADO CIVIL OU CONJUGAL	BENEFÍCIO PRINCIPAL								TOTAL	
	Aposent. p/ Idade		Aposent. p/ Invalidez		Pensão p/ Morte		Renda Mensal Vitalícia			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Casado	622	70,20	111	66,47	2	6,25	11	55,00	746	67,51
Solteiro	37	4,18	23	13,77	8	25,00	7	35,00	75	6,79
Viúvo	163	18,40	19	11,38	18	56,25	1	5,00	201	18,19
Divorc./Desq.	4	0,45	1	0,60	-	-	-	-	5	0,45
Separado	11	1,24	6	3,59	-	-	-	-	17	1,54
Juntos	48	5,42	7	4,19	4	12,50	1	5,00	60	5,43
Cônjuge Desaparecido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1	0,11	-	-	-	-	-	-	1	0,09
TOTAL	886	100,00	167	100,00	32	100,00	20	100,00	1105	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

NOTA: Foram pesquisados 1.000 beneficiários em cada mesorregião.

TABELA 21 - BENEFICIÁRIOS DO GÊNERO FEMININO, SEGUNDO ESTADO CIVIL OU CONJUGAL E BENEFÍCIO PRINCIPAL - REGIÃO SUL - 1998

ESTADO CIVIL OU CONJUGAL	ESTADO CIVIL OU CONJUGAL								TOTAL	
	Aposent. por Idade		Aposent. por Invalidez		Pensão por Morte		Renda Mensal Vitalícia			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Casado	593	47,40	20	41,67	10	2,09	51	43,22	674	35,57
Solteiro	51	4,08	6	12,50	12	2,51	10	8,47	79	4,17
Viúvo	518	41,41	16	33,33	416	87,03	50	42,37	1 000	52,77
Divorciado Desquitado	14	1,12	2	4,17	0	0,00	0	0,00	16	0,84
Separado	34	2,72	1	2,08	3	0,63	5	4,24	43	2,27
Juntos	38	3,04	3	6,25	37	7,74	2	1,69	80	4,22
Cônjuge Desaparecido	3	0,24	-	-	-	-	-	-	3	0,16
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1 251	100,00	48	100,00	478	100,00	118	100,00	1 895	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

NOTA: Foram pesquisados 1.000 beneficiários em cada mesorregião.

TABELA 22 - BENEFICIÁRIOS, SEGUNDO ESTADO CIVIL OU CONJUGAL E BENEFÍCIO PRINCIPAL - REGIÃO SUL - 1998

ESTADO CIVIL OU CONJUGAL	ESTADO CIVIL OU CONJUGAL								TOTAL	
	Aposent. por Idade		Aposent. por Invalidez		Pensão por Morte		Renda Mensal Vitalícia			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Casado	1 215	56,86	131	60,93	12	2,35	62	44,93	1 420	47,33
Solteiro	88	4,12	29	13,49	20	3,92	17	12,32	154	5,13
Viúvo	681	31,87	35	16,28	434	85,10	51	36,96	1 201	40,03
Divorc./Desq.	18	0,84	3	1,40	0	0,00	0	0,00	21	0,70
Separado	45	2,11	7	3,26	3	0,59	5	3,62	60	2,00
Juntos	86	4,02	10	4,65	41	8,04	3	2,17	140	4,67
Cônjuge Desaparecido	3	0,14	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,10
Outros	1	0,05	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,03
TOTAL	2 137	100,00	215	100,00	510	100,00	138	100,00	3 000	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

NOTA: Foram pesquisados 1.000 beneficiários em cada mesorregião.

Entre os beneficiários que recebem Aposentadoria por Invalidez, 77,7% são homens e 22,3% mulheres. Desses beneficiários, 17,2% têm entre 16 e 49 anos, dos quais 75,7% são homens e 24,3% mulheres. Os 36,7% de beneficiários que recebem aposentadoria por invalidez, compostos principalmente por homens, não chegaram a alcançar a idade mínima para requerer a aposentadoria por idade. Dentre os aposentados por invalidez, 63,3% têm mais de 60 anos e 78,0% são homens. Entre as mulheres que recebem esse benefício, 33,3% têm menos de 55 anos e todas elas são viúvas. Com relação ao estado civil dos aposentados por

invalidez do gênero masculino, 65,6% são casados, 16,3% viúvos, 13,5% solteiros e 4,6% são separados.

Dos beneficiários que recebem Renda Mensal Vitalícia (4,6%), 85,5% são mulheres, sendo que 5,9% delas têm menos de 55 anos. Com relação aos homens, embora seja pequena a proporção de segurados que recebem esse benefício, 45,0% deles têm menos que 60 anos. Vale lembrar que o direito a esse tipo de seguro social pertence aos que têm 70 anos e mais. Nesse sentido, 76,1% daqueles que recebem esse seguro social têm esse direito. Verifica-se, também, que 47,1% desses beneficiários são casados, 37,0% viúvos, 12,3% solteiros e 3,6% são separados.

Destacando o benefício principal, observa-se que, entre os beneficiários que recebem aposentadoria por idade, 56,2% residem na zona rural e 43,8% na zona urbana. Entre os pensionistas, 72,9% residem no meio urbano e 27,1% no rural, e, entre os que recebem renda mensal vitalícia, 76,1% residem no urbano e 23,9% no rural. Já, entre os beneficiários que recebem aposentadoria por invalidez, 55,3% residem no meio urbano e 44,7% no rural (tabela 23).

TABELA 23 - BENEFICIÁRIOS SEGUNDO BENEFÍCIO PRINCIPAL E ZONA DE RESIDÊNCIA - REGIÃO SUL - 1998

BENEFÍCIO PRINCIPAL	ZONA				TOTAL	
	Urbana		Rural		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%		
Aposentadoria por Idade	936	43,80	1201	56,20	2137	100,00
Aposentadoria por Invalidez	119	55,35	96	44,65	215	100,00
Pensão por Morte	372	72,94	138	27,06	510	100,00
Renda Mensal Vitalícia	105	76,09	33	23,91	138	100,00
TOTAL	1532	51,07	1468	48,93	3000	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Entre os beneficiários da previdência rural, 17,1% (513 beneficiários) recebem um segundo tipo de benefício (benefício secundário) além do benefício principal, dos quais 86,9% são mulheres (446) e 13,1% são homens (67). Grande parte desse benefício constitui-se em pensão por morte, representando 94,1% (483) dos benefícios secundários, sendo que 91,6% desses beneficiários recebem aposentadoria por idade como benefício principal, entre os quais 86,1 são mulheres e 11,2% homens. Do total de benefícios secundários, 57,5% abrangem moradores da zona rural e 42,5% moradores da zona urbana (tabelas 24 e 25).

TABELA 24 - NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS SEGUNDO BENEFÍCIO SECUNDÁRIO E ZONA DE RESIDÊNCIA - REGIÃO SUL - 1998

BENEFÍCIO SECUNDÁRIO	ZONA				TOTAL	
	Urbana		Rural		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%		
Aposentadoria por Invalidez	1	0,19	5	0,97	6	1,17
Pensão por Morte	199	38,79	284	55,36	483	94,15
Tempo de Serviço	15	2,92	2	0,39	17	3,31
Benefício Temporário	1	0,19	1	0,19	2	0,39
Outros	2	0,39	3	0,58	5	0,97
TOTAL	218	42,50	295	57,50	513	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 25 - BENEFICIÁRIOS, SEGUNDO BENEFÍCIO PRINCIPAL E BENEFÍCIO SECUNDÁRIO - REGIÃO SUL - 1998

BENEFÍCIO PRINCIPAL	BENEFÍCIO SECUNDÁRIO										TOTAL	
	Aposentadoria por Invalidez		Pensão por Morte		Tempo de Serviço		Benef. Temporário		Outros		Masc.	Fem.
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.		
Aposentadoria por Idade	6	1,17	470	91,62	3	0,58	-	-	1	0,19	480	93,57
Aposentadoria por Invalidez	-	-	13	2,53	-	-	-	-	2	0,45	15	2,92
Pensão por Morte	-	-	-	-	14	2,73	2	0,39	2	0,45	18	3,51
TOTAL	6	1,17	483	94,15	17	3,31	2	0,39	5	1,12	513	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

O ano de 1956 foi o primeiro ano registrado como data de recebimento do benefício principal. Desta data até 1979 são 229 beneficiários recebendo o benefício principal, equivalendo a 7,6% do total de beneficiários. De 1980 até 1989, 716 beneficiários passaram a receber o benefício principal, representando 23,9%. Somente a partir de 1990 é que a maioria dos beneficiários começa a receber o benefício principal, representando 67,3%, sendo que mais da metade desses (40,2%) começa a recebê-lo somente a partir de 1993. Ou seja, 67,3% dos beneficiários tiveram acesso ao benefício após a Constituição de 1988 e, destes, mais da metade teve esse acesso após a sua regulamentação, em 1992.

Como foi dito, o crescimento da população beneficiária se deu em conseqüência da redução do limite de idade, que de 65 anos passou para 60 anos para homens, e 55 anos para mulheres; do aumento do valor do benefício rural; da inclusão das mulheres trabalhadoras rurais; e da extensão do benefício para viúvos na forma de pensão.

Segundo os dados do Ministério da Previdência e Assistência Social, verificou-se um significativo aumento no número de benefícios, que de 4,11 milhões em 1991 passou para 6,48 milhões em 1994. Esse incremento se deu, principalmente, em razão do crescimento no número de aposentadorias por idade.

Analisando a distribuição dos benefícios por mesorregião, nota-se que a participação das mulheres que recebem Aposentadoria por Idade na mesorregião Assalariamento Rural (33,8%) é relativamente menor, quando comparada com a das mulheres beneficiárias de outras mesorregiões (44,7% na Agricultura Familiar de Subsistência e 47,6% na Agricultura Familiar Consolidada). Ao mesmo tempo, observa-se que a participação dos beneficiários que recebem Pensão por Morte é majoritariamente feminina, representando 15,9% contra 1,07% de homens, sendo que a proporção de mulheres pensionistas na mesorregião Assalariamento Rural representa 20,9%, enquanto na mesorregião Agricultura Familiar de Subsistência esta proporção chega a 14,1% e na mesorregião Agricultura Familiar Consolidada é de 12,8% (ver tabela 4). Lembre-se, ainda, que 72,5% dos domicílios da mesorregião Assalariamento Rural encontram-se na zona urbana, cujos beneficiários são provenientes da zona rural, o que remete à hipótese de que o benefício atribuído em função da Pensão por Morte distribui-se em grande parte nos domicílios urbanos cujos segurados migraram da zona rural.

Chama a atenção a distribuição das Aposentadorias por Invalidez, que se mostra proporcionalmente maior entre os homens, representando 5,77% e 1,6% de mulheres que recebem este seguro social (ver tabela 4). Não há dúvida de que a disponibilidade de acesso a este tipo de seguro previdenciário envolve uma relação de poder que transcende as relações contratuais de trabalho na agricultura. A impossibilidade de comprovação do acidente de trabalho e o seu reconhecimento por parte dos órgãos envolvidos para este fim decorrem da dificuldade que tem o inválido de provar que a lesão ocorrida se deu no exercício da atividade agrícola, bem como de cumprir todos os trâmites exigidos pelos funcionários da previdência social.

O trabalhador rural, seja na condição de proprietário inserido na agricultura familiar, seja como assalariado rural, tem grandes dificuldades para comprovar que o acidente ocorrido se deu durante a sua atividade produtiva, principalmente para os assalariados rurais. No caso da atividade produtiva agrícola há um agravante, pois além dos acidentes causados por máquinas e instrumentos de corte, tem-se também os que envolvem o uso de agrotóxicos. As autoridades responsáveis pelo reconhecimento desses acidentes criam empecilhos de ordem burocrática, que vão desde a exigência de uma série de documentos, como contrato de trabalho, comprovante de utilização dos instrumentos agrícolas por parte do trabalhador, entre outros, até o reconhecimento formal por parte das autoridades que fazem as avaliações clínicas, que resultam numa proporção significativa de casos, em laudos técnicos de que o trabalhador está em plena condição de prosseguimento de suas atividades produtivas.

3.2 EFETIVIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A efetividade do seguro previdenciário rural pode ser observada a partir de alguns indicadores, entre eles o tempo que decorre desde a solicitação do beneficiário até a sua concessão e os problemas enfrentados para se ter acesso ao benefício. Com relação ao primeiro indicador, observa-se que para 16,7% dos beneficiários o tempo de espera entre o requerimento e o recebimento do benefício foi inferior a um mês; para 51,2% a espera foi de um a três meses; para 22,3% foi de quatro a seis meses, e 8,4% dos beneficiários registraram demora de seis meses a um ano. Contudo, segundo as informações obtidas na pesquisa de campo, 64,5% dos beneficiários não enfrentaram problemas para ter acesso ao benefício. Isto significa que o tempo de demora para o recebimento do benefício não foi considerado por eles como problema, em parte devido ao fato de o seguro previdenciário não ser visto como um direito social, mas, como o próprio nome sugere, como um “benefício”, um serviço ou um bem que se recebe gratuitamente, o

que equivale a um favor ou uma “graça”. O tempo de trabalho rural realizado até então parece não constituir, para os beneficiários, um fator que lhes confere o direito ao recebimento do seguro social. De qualquer forma, a efetividade do seguro previdenciário pode também ser avaliada pelo baixo grau de dificuldade no acesso ao benefício considerado por grande parte dos beneficiários.

Sobre o segundo critério de avaliação da efetividade do seguro previdenciário, os beneficiários que enfrentaram problemas para ter acesso ao benefício representam 35,5%. Entre estes, 14,6% responderam ter mais de um problema no acesso ao benefício. Na relação dos problemas apresentados, 37,0% dos beneficiários tiveram dificuldades para reunir os documentos exigidos pelo INSS e 23,9% enfrentaram dificuldades para comprovar a atividade rural; 13,6% alegaram desatenção e desinformação por parte dos funcionários do INSS; 10,5% não tinham conhecimento dos direitos do trabalhador; 6,3% tiveram problemas para comprovar invalidez; 3,5% tiveram dificuldade para comprovar a idade e outros 3,5% reclamaram pela demora entre a entrada dos documentos e o pagamento do benefício.

Outro fator importante a ser considerado é que 71,5% dos problemas enfrentados para dar entrada ao benefício previdenciário foram citados pelas mulheres e 28,5% por homens (tabelas 26, 27 e 28).

TABELA 26 - BENEFICIÁRIOS QUE ENFRENTARAM PROBLEMAS SEGUNDO A SUA ZONA DE RESIDÊNCIA - REGIÃO SUL - 1998

ENFRENTOU PROBLEMAS	ZONA					
	Urbana		Rural		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sim	547	18,23	519	17,30	1 066	35,53
Não	985	32,83	949	31,63	1 934	64,47
TOTAL	1 532	51,07	1 468	48,93	3 000	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 27 - BENEFICIÁRIOS SEGUNDO OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PARA TER ACESSO AO BENEFÍCIO E A SUA ZONA DE RESIDÊNCIA DO BENEFICIÁRIO - REGIÃO SUL - 1998

PROBLEMAS ENFRENTADOS	ZONA				TOTAL	
	Urbana		Rural			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Desconhecimento dos direitos do trabalhador	86	5,72	72	4,79	158	10,51
Desatenção ou desinformação por parte dos funcionários do INSS	105	6,98	99	6,58	204	13,56
Dificuldade para comprovar idade	33	2,19	20	1,33	53	3,52
Dificuldade para comprovar atividade rural	180	11,97	180	11,97	360	23,94
Dificuldade para comprovar invalidez	55	3,66	39	2,59	94	6,25
Dificuldade para reunir os documentos exigidos pelo INSS	294	19,55	263	17,49	557	37,03
Tempo decorrido entre a entrada dos documentos e o pagamento	14	0,93	38	2,53	52	3,46
Outros	17	1,13	9	0,60	26	1,73
TOTAL	784	52,13	720	47,87	1 504	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 28 - BENEFICIÁRIOS SEGUNDO OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PARA TER ACESSO AO BENEFÍCIO E O GÊNERO DO BENEFICIÁRIO - REGIÃO SUL - 1998

PROBLEMAS ENFRENTADOS	GÊNERO				TOTAL	
	Masculino		Feminino			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Desconhecimento dos direitos do trabalhador	38	2,53	120	7,98	158	10,51
Desatenção ou desinformação por parte dos funcionários do INSS	57	3,79	147	9,77	204	13,56
Dificuldade para comprovar idade	9	0,60	44	2,93	53	3,52
Dificuldade para comprovar atividade rural	106	7,05	254	16,89	360	23,94
Dificuldade para comprovar invalidez	57	3,79	37	2,46	94	6,25
Dificuldade para reunir os documentos exigidos pelo INSS	144	9,57	413	27,46	557	37,03
Tempo decorrido entre a entrada dos documentos e o pagamento	15	1,00	37	2,46	52	3,46
Outros	3	0,20	23	1,53	26	1,73
TOTAL	429	28,52	1 075	71,48	1504	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Esses indicadores, principalmente aqueles oriundos das dificuldades de comprovação de atividade rural por meio de documentos, mostram, por um lado, o desconhecimento por parte desta população sobre os seus direitos. Por outro lado, indicam a ausência do Estado na execução de políticas públicas de caráter social com a função de orientar essas populações quanto aos seus direitos sociais, desde aqueles relacionados às relações e condições de trabalho até a constituição de instituições de ensino preparadas para atender este público singular que é a população rural, uma vez que uma das principais origens da disparidade entre a população rural e a urbana é a desigualdade de oportunidades educacionais. O fortalecimento das condições de cidadania da população rural e de suas relações de

trabalho na agricultura – principalmente na agricultura familiar, que representa a grande maioria do universo desta pesquisa – passa, necessariamente, por uma profunda reforma educacional direcionada ao meio rural.

Entre os beneficiários que enfrentaram problemas para encaminhar o benefício principal (35,5%), 25,1% deles estavam requerendo aposentadoria por idade, 4,8% pensão por parte, 3,2% aposentadoria por invalidez e 2,5% renda mensal vitalícia. Os maiores problemas enfrentados foram juntar os documentos exigidos pelo INSS (37,0%) e comprovar atividade rural (23,9%). A desatenção ou desinformação por parte dos funcionários do INSS representa 13,5% dos problemas enfrentados e o desconhecimento dos direitos do trabalhador 10,5%. a dificuldade para comprovar invalidez representa 6,2% dos problemas enfrentados e ela é proveniente do desconhecimento, por parte dessa população, dos parâmetros de ordem legal necessários para a comprovação dessa condição, o que pressupõe exigir um grau de organização por parte destes trabalhadores na constituição de um canal próprio de representação, especialmente quando se verifica a ausência do Estado nas questões referentes às relações de trabalho (tabela 29 e 30).

TABELA 29 - BENEFICIÁRIOS QUE ENFRENTARAM PROBLEMAS SEGUNDO O BENEFÍCIO PRINCIPAL - REGIÃO SUL - 1998

ENFRENTOU PROBLEMAS	BENEFÍCIO SECUNDÁRIO								TOTAL	
	Aposentadoria por Idade		Aposentadoria por Invalidez		Pensão por Morte		Renda M. Vitalícia			
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Sim	752	25,07	95	3,17	145	4,83	74	2,47	1066	35,53
Não	1 385	46,17	120	4,00	365	12,17	64	2,13	1934	64,47
TOTAL	2 137	71,23	215	7,17	510	17,00	138	4,60	3000	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 30 - BENEFÍCIOS SEGUNDO OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PARA TER ACESSO AO BENEFÍCIO E O BENEFÍCIO PRINCIPAL - REGIÃO SUL - 1998

PROBLEMAS ENFRENTADOS	BENEFÍCIO PRINCIPAL								TOTAL	
	Aposentadoria por Idade		Aposentadoria por Invalidez		Pensão por Morte		Renda Mensal Vitalícia			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Desconhecimento dos direitos do trabalhador	113	7,51	10	0,66	27	1,80	8	0,53	158	10,51
Desatenção ou desinformação por parte dos funcionários do INSS	154	10,24	10	0,66	31	2,06	9	0,60	204	13,56
Dificuldade para comprovar idade	43	2,86	1	0,07	2	0,13	7	0,47	53	3,52
Dificuldade para comprovar atividade rural	306	20,35	9	0,60	27	1,80	18	1,20	360	23,94
Dificuldade para comprovar invalidez	0	0,00	60	3,99	6	0,40	28	1,86	94	6,25
Dificuldade para reunir os documentos exigidos pelo INSS	401	26,66	35	2,33	86	5,72	35	2,33	557	37,03
Tempo decorrido entre a entrada dos documentos e o pagamento	45	2,99	1	0,07	5	0,33	1	0,07	52	3,46
Outros	14	0,93	1	0,07	8	0,53	3	0,20	26	1,73

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

De modo geral, observa-se que, no conjunto dessas variáveis, o baixo grau de dificuldade encontrado na maioria dos domicílios pesquisados para se ter acesso ao seguro previdenciário representa um resultado bastante positivo do ponto de vista da gestão do sistema previdenciário voltada para o meio rural.

Os beneficiários que receberam ajuda para encaminhar o benefício principal correspondem 72,2%. Cada beneficiário pode informar até três tipos de ajuda recebida. Somente 10,4% dos beneficiários indicaram mais que um tipo (tabela 31).

TABELA 31 - BENEFICIÁRIOS QUE RECEBERAM AJUDA PARA ENCAMINHAR O PEDIDO DO BENEFÍCIO SEGUNDO O BENEFÍCIO PRINCIPAL - REGIÃO SUL - 1998

RECEBEU AJUDA	BENEFÍCIO PRINCIPAL								TOTAL	
	Aposentadoria por Idade		Aposentadoria por Invalidez		Pensão por Morte		Renda Mensal Vitalícia			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sim	1 586	52,87	162	5,40	317	10,57	101	3,37	2 166	72,20
Não	551	18,37	53	1,77	193	6,43	37	1,23	834	27,80
TOTAL	2 137	71,23	215	7,17	510	17,00	138	4,60	3 000	-

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Entre as ajudas recebidas pelos beneficiários, sejam elas provenientes de entidades ou de pessoas, o maior registro foi para o sindicato dos trabalhadores rurais, representando 74,4% do total de ajudas recebidas; 12,5% vieram de familiares, amigos ou vizinhos; 8,3% foram prestadas pelo proprietário rural (empregador); 9,7% são

provenientes de alguma liderança política, autoridade local (juiz, promotor, delegado de polícia) ou do prefeito, e outras poucas ajudas vieram de entidades como a igreja, o sindicato patronal, a funerária, entre outros (tabela 32).

O Sindicato de Trabalhadores Rurais foi a entidade prestadora de ajuda mais recorrente para todos os tipos de benefício, destacando-se os encaminhamentos para a obtenção da Aposentadoria por Idade. Percebe-se que o Sindicato assumiu o papel de mediador entre os trabalhadores rurais e o Estado, facilitando o encaminhamento dos requerimentos, além de orientar os trabalhadores na solução das dificuldades para a obtenção do direito previdenciário.

TABELA 32 - BENEFICIÁRIOS QUE RECEBERAM COLABORAÇÃO PARA O ENCAMINHAMENTO DO PEDIDO DO BENEFÍCIO, SEGUNDO ENTIDADES OU PESSOAS QUE PRESTARAM ALGUMA AJUDA, O TIPO DE BENEFÍCIO PRINCIPAL - REGIÃO SUL - 1998

ENTIDADES OU PESSOAS DE QUEM RECEBEU AJUDA	BENEFÍCIO PRINCIPAL								TOTAL	
	Aposentadoria por Idade		Aposentadoria por Invalidez		Pensão por Morte		Renda Mensal Vitalícia			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Associação	7	0,32	1	0,05	2	0,09	1	0,05	11	0,51
Sindicato de Trabalhadores Rurais	1 289	59,51	99	4,57	181	8,36	42	1,94	1611	74,38
Liderança Política ou Local	73	3,37	10	0,46	26	1,20	12	0,55	121	5,59
Prefeito	21	0,97	5	0,23	9	0,42	2	0,09	37	1,71
Igreja	6	0,28	-	-	6	0,28	-	-	12	0,55
Organização não-governamental	-	-	1	0,05	2	0,09	1	0,05	4	0,18
Autoridade Local (juiz, promotor ou delegado)	34	1,57	6	0,28	8	0,37	5	0,23	53	2,45
Proprietário Rural (empregador)	109	5,03	20	0,92	36	1,66	15	0,69	180	8,31
Profissionais Liberais	21	0,97	13	0,60	9	0,42	7	0,32	50	2,31
Familiares	62	2,86	14	0,65	37	1,71	18	0,83	131	6,05
Amigos, Vizinhos e Conhecidos	96	4,43	11	0,51	22	1,02	10	0,46	139	6,42
Demais Órgãos Públicos (Funai, Incra, Emater)	5	0,23	1	0,05	1	0,05	-	-	7	0,32
Intermediário Comercial	1	0,05	-	-	-	-	-	-	1	0,05
Sindicato Patronal	4	0,18	-	-	-	-	-	-	4	0,18
Funerária	0	-	-	-	6	0,28	-	-	6	0,28
Prestadores de Serviços	10	0,46	-	-	4	0,18	-	-	14	0,65
Outros	6	0,28	-	-	3	0,14	1	0,05	10	0,46

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Ao comparar as ajudas recebidas pelos beneficiários em função do local de residência, verificou-se que, dos beneficiários que residem na zona rural, 78,3% receberam alguma ajuda para encaminhar o pedido do benefício, e entre os residentes da zona urbana, 66,3% deles a receberam. É interessante registrar que,

entre aqueles que receberam ajuda de liderança política, de autoridade local ou do prefeito, 68,7% moram na zona urbana (tabelas 33 e 34).

TABELA 33 - BENEFICIÁRIOS QUE RECEBERAM AJUDA PARA ENCAMINHAR O PEDIDO DO BENEFÍCIO SEGUNDO A ZONA DE RESIDÊNCIA - REGIÃO SUL - 1998

RECEBEU AJUDA	ZONA				TOTAL	
	Urbana		Rural		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%		
Sim	1 016	33,87	1 150	38,33	2 166	72,20
Não	516	17,20	318	10,60	834	27,80
TOTAL	1 532	51,07	1 468	48,93	3 000	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 34 - BENEFICIÁRIOS QUE RECEBERAM COLABORAÇÃO PARA O ENCAMINHAMENTO DO PEDIDO DO BENEFÍCIO, SEGUNDO ENTIDADES OU PESSOAS QUE PRESTARAM ALGUMA AJUDA E A ZONA DE RESIDÊNCIA - REGIÃO SUL - 1998

ENTIDADES OU PESSOAS DE QUEM RECEBEU AJUDA	ZONA				TOTAL	
	Urbana		Rural		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%		
Associação	8	0,37	3	0,14	11	0,51
Sindicato de Trabalhadores Rurais	638	29,46	973	44,92	1611	74,38
Liderança Política ou Local	84	3,88	37	1,71	121	5,59
Prefeito	31	1,43	6	0,28	37	1,71
Igreja	8	0,37	4	0,18	12	0,55
Organização não-governamental	1	0,05	3	0,14	4	0,18
Autoridade Local (juiz, promotor ou delegado)	30	1,39	23	1,06	53	2,45
Proprietário Rural (empregador)	131	6,05	49	2,26	180	8,31
Profissionais Liberais	30	1,39	20	0,92	50	2,31
Familiares	84	3,88	47	2,17	131	6,05
Amigos, Vizinhos e conhecidos	72	3,32	67	3,09	139	6,42
Demais Órgãos Públicos (Funai, Incra, Emater)	1	0,05	6	0,28	7	0,32
Intermediário Comercial	0	0,00	1	0,05	1	0,05
Sindicato Patronal	1	0,05	3	0,14	4	0,18
Funerária	3	0,14	3	0,14	6	0,28
Prestadores de Serviços	9	0,42	5	0,23	14	0,65
Outros	7	0,32	3	0,14	10	0,46

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Um outro critério a ser considerado na avaliação de efetividade do seguro previdenciário é a regularidade no pagamento dos benefícios. Aproximadamente 99,0% dos beneficiários informaram ter recebido o benefício em todos os meses e em data estabelecida. Em 80,8% dos casos, o próprio beneficiário é quem retira o benefício, em 9,6% dos casos os benefícios são retirados sem procuração, por parentes ou amigos, e outros 9,6% dos benefícios são retirados por uma outra pessoa, com procuração. O cartão de banco, próprio para a retirada do benefício, é utilizado por 98,8% dos beneficiários. Vale citar que entre as pessoas que retiram o

benefício, 40,4% são analfabetas, sendo que na maioria desses casos, 29,2%, é o próprio beneficiário quem retira o benefício (tabela 35).

TABELA 35 - NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E A PESSOA QUE RETIRA O BENEFÍCIO - REGIÃO SUL - 1998

PESSOA QUE RETIRA O BENEFÍCIO	CONDIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO						TOTAL	
	Sabe ler e escrever		Analfabeto		Não Declarado			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
O próprio beneficiário	1547	51,57	875	29,17	1	0,03	2423	80,77
Outra pessoa por procuração	121	4,03	168	5,60	-	-	289	9,63
Parentes ou Amigos s/ procuração	120	4,00	167	5,57	-	-	287	9,57
Não declarado	-	-	1	0,03	-	-	1	0,03
TOTAL	1788	59,60	1211	40,37	1	0,03	3000	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

A distância percorrida para o recebimento do benefício é um outro indicador de efetividade, que, somado ao tempo de espera para a concessão do benefício, à necessidade de ajuda de terceiros e à ocorrência de atrasos, determina o grau de dificuldade de acesso ao benefício previdenciário. Para 26,5% dos beneficiários, a distância percorrida para receber o benefício é menos de 1 km; 25,9% percorrem de 1 a 5 km; 17,6% percorrem de 6 a 10 km; 16,7% de 11 a 20 km; e 13,4% percorrem mais do que 20 km. Verifica-se, com isso, que 52,3% dos beneficiários percorrem até 5 km, e a outra metade do número de beneficiários, grande parte com mais de 60 anos, faz grandes percursos para receber o benefício previdenciário (tabela 36).

TABELA 36 - BENEFICIÁRIOS SEGUNDO A PESSOA QUE RETIRA O BENEFÍCIO E A DISTÂNCIA PERCORRIDA PARA RECEBER O BENEFÍCIO - REGIÃO SUL - 1998

DISTÂNCIA (km)	PESSOA QUE RETIRA O BENEFÍCIO								TOTAL	
	Próprio beneficiário		Outra Pessoa com Procuração		Outra Pessoa sem Procuração		Não Declarado			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 1	651	21,70	68	2,27	74	2,47	1	0,03	794	26,47
De 1 a 5	611	20,37	84	2,80	81	2,70	-	-	776	25,87
De 6 a 10	427	14,23	53	1,77	47	1,57	-	-	527	17,57
De 11 a 20	412	13,73	46	1,53	44	1,47	-	-	502	16,73
De 21 a 30	196	6,53	21	0,70	23	0,77	-	-	240	8,00
De 31 a 40	75	2,50	6	0,20	12	0,40	-	-	93	3,10
Mais de 40	51	1,70	11	0,37	6	0,20	-	-	68	2,27
TOTAL	2 423	80,77	289	9,63	287	9,57	1	0,03	3000	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Entre os beneficiários que retiram o próprio benefício (80,7%), 42,1% percorrem até 5 km de distância, 28,0% percorrem de 6 a 20 km e 10,7% deslocam-se por mais de 20 quilômetros.

Assim, se por um lado a informatização do pagamento dos benefícios apresenta-se como um dado positivo na análise das condições de efetividade da previdência rural, mesmo com a presença de um número elevado de analfabetos, por outro a necessidade de a população beneficiária idosa se locomover a grandes distâncias para o recebimento do benefício constitui um aspecto negativo dessa análise.

Uma das questões fundamentais a serem tratadas quando da análise dos impactos da implementação dessa política é a verificação da efetividade do sistema previdenciário determinada pelo grau de cobertura alcançado. A relação do número de benefícios por domicílio revela uma taxa de cobertura de 1,70 benefício por domicílio pesquisado, sendo que a média de pessoas residentes no domicílio é de 3,2, e a relação de benefícios por população beneficiária mostra uma taxa de cobertura de aproximadamente 1,17 benefício por pessoa beneficiária (uma vez que uma mesma pessoa pode acumular mais de um benefício, como no caso da composição de uma aposentadoria por idade e uma pensão por morte). Quando analisado no âmbito da “população amostral total”, ou seja, beneficiários entrevistados e residentes no mesmo domicílio (9.593 pessoas), verifica-se que 47,6% das pessoas residentes são beneficiárias diretas do sistema, e que 85,2% da população total em idade de aposentadoria recebe o benefício por idade.

Em 48,0% dos domicílios, existe uma outra pessoa, além do beneficiário entrevistado, que recebe algum tipo de benefício pago pela Previdência Social, sendo que em 43,9% desses domicílios parte da renda domiciliar é formada pelo equivalente a dois benefícios; em 3,8% dos domicílios, parte da renda é composta pelo equivalente a três benefícios; e em 0,3% dos domicílios parte da renda é formada pelo equivalente a quatro benefícios. Este seria um dos critérios de avaliação sobre as condições de efetividade do seguro previdenciário do meio rural, medido pelo grau de cobertura do recebimento do benefício a partir do percentual de pessoas residentes nos domicílios que são beneficiárias diretas da Previdência Social.

Por outro lado, há casos de pessoas idosas que residem no domicílio do beneficiário entrevistado e não recebem benefícios previdenciários. Eles representam, aproximadamente, 5,6% dos domicílios entrevistados, sendo que, desse total, 81,5% são mulheres e 18,5% são homens. Mais da metade desses idosos (54,8%) residem, atualmente, na zona urbana e 45,2% residem na zona rural. Entre os idosos residentes na zona rural, 78,9% são mulheres e 21,1% são homens, e na zona urbana 83,7% são mulheres e 16,3% são homens.

Observa-se, ainda, que o número de mulheres idosas no meio urbano que não recebe benefício previdenciário é superior ao daquelas que residem no meio rural, 56,2% e 43,8% respectivamente. Diferentemente, o número de homens idosos que não recebem benefício previdenciário no meio rural é de 51,6%, enquanto os residentes no meio urbano representam 48,4%. No primeiro caso, pressupõe-se que essa relação esteja associada à própria política que estabelece o seguro previdenciário rural, mostrando, com isso, a inserção da mulher nas atividades rurais como fator presente na história e na cultura das populações de origem rural e residentes neste meio. Já, no segundo caso, sugere a ausência de políticas sociais de proteção ao trabalhador rural assalariado em termos de direitos trabalhistas, principalmente quando se verifica que a incidência se dá, também, sobre o público masculino (tabela 37).

TABELA 37 - PESSOAS INVÁLIDAS E IDOSAS, QUE NÃO RECEBEM O BENEFÍCIO, RESIDENTES NAS UNIDADES FAMILIARES, SEGUNDO A ZONA DE RESIDÊNCIA - REGIÃO SUL - 1998

ZONA	Pessoas Inválidas						Pessoas Idosas					
	Homens		Mulheres		TOTAL		Homens		Mulheres		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Urbana	49	29,34	41	24,55	90	53,89	15	8,93	77	45,83	92	54,76
Rural	41	24,55	36	21,56	77	46,11	16	9,52	60	35,71	76	45,24
TOTAL	90	53,89	77	46,11	167	100,00	31	18,45	137	81,55	168	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

As informações obtidas pela pesquisa de campo revelam que a proporção de homens inválidos sem receber benefício previdenciário é de 53,9%, superior ao das mulheres, que é de 46,1%. Isso ocorre tanto no meio rural – 53,2% de homens e

46,8% de mulheres – quanto no meio urbano, com 54,4% de homens e 45,6% de mulheres. Assim como para os inválidos, também entre os idosos que não recebem benefício previdenciário o número dos que residem no meio urbano é superior ao dos que moram no meio rural, respectivamente 54,8% e 45,2%.

A universalização do sistema previdenciário rural também pode ser medida pelo grau de exclusão de pessoas potencialmente aptas ao recebimento do benefício previdenciário. Considerando que em 5,6% dos domicílios existem pessoas idosas sem receber benefício previdenciário e, também, que em 5,6% dos domicílios há pessoas inválidas que não o recebem, identifica-se o grau de abrangência que esta política social acabou por atingir, estabelecendo uma relação entre benefício previdenciário rural, seguro agrícola e política social, o que, ainda que indiretamente, alarga o potencial produtivo das unidades familiares. Neste aspecto, é preciso considerar que a pesquisa pode estar subestimando as reais taxas de exclusão de idosos e inválidos do sistema, uma vez que ela foi orientada com base no Cadastro de Nomes e Endereços dos Beneficiários da Previdência Rural. Ou seja, o fato de haver, nos domicílios contemplados com pelo menos um benefício previdenciário, pessoas potencialmente aptas para também recebê-lo, mas que foram excluídas, torna as informações da pesquisa relativas a esta variável um tanto frágeis, mesmo apontando para os altos índices de universalização até agora alcançados. Este fator deve ser bastante considerado entre os gestores do sistema e os estudiosos do assunto, uma vez que, dentre as dificuldades comumente apontadas pelos beneficiários no acesso ao seguro previdenciário, destaca-se, como se viu, a ausência de documentos para a comprovação da idade, da invalidez e do exercício da atividade rural.

4 IMPORTÂNCIA DO SEGURO PREVIDENCIÁRIO RURAL NA MANUTENÇÃO DAS ECONOMIAS FAMILIARES

4.1 IMPACTO DO SEGURO PREVIDENCIÁRIO NA RENDA DOMICILIAR

Na análise dos impactos do seguro previdenciário junto às economias familiares, destacam-se variáveis, já levantadas anteriormente, tais como: a relação de benefícios por domicílio, que é de 1,70; a média de pessoas residentes no domicílio do beneficiário, que é de 3,2; e a taxa de cobertura de 1,17 benefício por pessoa beneficiária. Somam-se a essas variáveis o número de pessoas sem rendimentos, a renda familiar no domicílio e a relação entre a renda do benefício e a renda do domicílio.

Existe um número significativo de pessoas sem rendimentos dependentes diretos da renda do benefício. Em termos de população total esse número representa 26,7% das pessoas sem rendimentos. Observa-se que a renda familiar média na área de Assalariamento Rural é a menor entre as mesorregiões (R\$ 444,35) e que a proporção de pessoas sem rendimento é maior (29,0%), o que sugere um grau de dependência do seguro previdenciário por parte dessas famílias comparativamente maior do que o das famílias residentes nas áreas de Agricultura Familiar (tabelas 38 e 39).

TABELA 38 - NÚMERO TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES NO DOMICÍLIO DO BENEFICIÁRIO E NÚMERO DE PESSOAS SEM RENDIMENTOS RESIDENTES NO DOMICÍLIO DO BENEFICIÁRIO, SEGUNDO MESORREGIÃO DA REGIÃO SUL - 1998

MESORREGIÃO	TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES						PESSOAS SEM RENDIMENTOS	
	Com Menos de 10 Anos		Com Mais de 10 Anos		Total		nº	%
	nº	%	nº	%	nº	%		
Agricultura Familiar de Subsistência	330	10,06	2 951	89,94	3 281	100,00	868	26,46
Agricultura Familiar Consolidada	314	9,76	2 904	90,24	3 218	100,00	801	24,89
Assalariamento Rural	263	8,50	2 831	91,50	3 094	100,00	898	29,02
REGIÃO SUL	907	9,45	8 686	90,55	9 593	100,00	2 567	26,76

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 39 - NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL, RENDA FAMILIAR MÉDIA E PARTICIPAÇÃO DO BENEFÍCIO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, SEGUNDO MESORREGIÃO - REGIÃO SUL - 1998

MESORREGIÃO	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS	RENDA FAMILIAR MÉDIA (R\$)	PARTICIPAÇÃO DO BENEFÍCIO NA RENDA (%)
Agricultura Familiar de Subsistência	999	597,89	39,60
Agricultura Familiar Consolidada	998	610,32	39,00
Assalariamento Rural	995	444,35	47,90
REGIÃO SUL	2 992	550,97	41,60

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Verifica-se que uma das principais funções desempenhadas por esse seguro social diz respeito à sua contribuição para a reprodução econômica e social das unidades familiares, uma vez que 63,5% dos beneficiários são chefes do domicílio e que a renda oriunda de benefícios previdenciários representa 41,60% da renda familiar média na Região Sul (tabela 39).

A renda familiar média da população entrevistada na Região Sul é de R\$ 551,00, sendo a participação dos benefícios previdenciários, na sua composição, de 41,6%. Esse percentual se deve à existência de 48% de domicílios em que há uma outra pessoa - além do beneficiário entrevistado - recebendo algum tipo de benefício. Vale lembrar que 17% dos beneficiários entrevistados recebem mais de um benefício, o que equivale a uma relação média de 1,7 benefício por domicílio, situando essa população acima da linha média da pobreza (tabela 40).

TABELA 40 - MÉDIA DE PESSOAS RESIDENTES POR DOMICÍLIO, MÉDIA DE BENEFÍCIOS POR DOMICÍLIO E RELAÇÃO BENEFÍCIO POR PESSOA RESIDENTE NO DOMICÍLIO, MESORREGIÃO - REGIÃO SUL - 1998

MESORREGIÃO	MÉDIA DE PESSOAS POR DOMICÍLIO	MÉDIA DE BENEFÍCIOS POR DOMICÍLIO	RELAÇÃO BENEFÍCIO POR PESSOA
Agricultura Familiar de Subsistência	3,28	1,73	0,53
Agricultura Familiar Consolidada	3,22	1,79	0,56
Assalariamento Rural	3,11	1,58	0,51
Região Sul	3,20	1,70	0,53

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Outro indicador de crucial importância na análise mesorregional refere-se à renda domiciliar. De 2.992 domicílios pesquisados (excluídos os beneficiários que

residem em asilo, totalizando os 3.000 domicílios da amostra), 36,8% deles estão na faixa de renda de 1 a 2 salários mínimos, 14,5% têm renda familiar até 1 salário mínimo, e 18,9% têm renda familiar de 2 a 3 salários mínimos, o que corresponde a 70,2% dos domicílios. Essa tendência se mantém em todas as mesorregiões, ou seja, nas três mesorregiões aproximadamente 72% dos domicílios têm renda domiciliar até três salários mínimos. Evidencia-se, com isso, o papel do benefício previdenciário rural no conjunto das estratégias domiciliares para sua reprodução econômica, não apenas no cumprimento de sua função principal de seguro previdenciário, operando dentro do escopo original que orientou a sua própria concepção, mas também atendendo, ainda que indiretamente, a uma função que muito se aproxima de um seguro agrícola, na medida em que aproximadamente 72% das pessoas ocupadas encontram-se na atividade agropecuária, reprogramando e alargando o potencial produtivo das unidades familiares.

Os domicílios com renda de 3 a 5 salários mínimos somam 10,6%, os que compõem renda de 5 a 10 salários mínimos representam 3,9%, e aqueles com mais de 10 salários mínimos correspondem a 0,4%. Essa faixa de renda concentra-se, principalmente, na zona urbana da mesorregião de Assalariamento Rural, representando a figura dos empregadores beneficiários da Previdência Social Rural, uma parcela pequena da população amostral.

Observando a faixa de renda até 1 salário mínimo verifica-se que 55,5% dos domicílios encontram-se em área urbana e 43,3% na zona rural. Nas faixas de renda de 1 a 2 salários mínimos, de 2 a 3 salários mínimos e de 3 a 5 salários mínimos há um certo equilíbrio na distribuição entre domicílios rurais e urbanos, com uma leve tendência à concentração para o rural. Em contrapartida, nas faixas de renda de 5 a 10 salários mínimos e mais de 10 salários mínimos aparece uma concentração de domicílios urbanos havendo, na primeira faixa de renda, 57,4% de domicílios urbanos contra 42,6% de domicílios rurais, e, na segunda faixa de renda, 86,7% de domicílios urbanos contra 13,3% de domicílios rurais.

Com relação à faixa de 1 a 2 salários mínimos, verifica-se que na mesorregião de Assalariamento Rural os domicílios rurais representam 46,6% e os urbanos 36,3%. É justamente nesta faixa de renda que está concentrada a maioria dos domicílios da área rural dessa mesorregião (tabela 40).

TABELA 41 - PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL, SEGUNDO MESORREGIÃO, FAIXA DE RENDA DOMICILIAR E ZONA DE RESIDÊNCIA - REGIÃO SUL - 1998

FAIXA DE RENDA DOMICILIAR (S.M.)	MESORREGIÃO											
	Agricultura Familiar de Subsistência			Agricultura Familiar Consolidada			Assalariamento Rural			TOTAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Até 1	14,1	14,2	14,3	15,5	12,3	13,6	16,5	12,5	15,6	15,6	13,1	14,5
De 1 a 2	33,7	35,7	34,8	35,6	37,4	36,6	36,3	46,6	39,0	35,4	38,5	36,8
Mais de 2 a 3	19,4	20,7	20,1	19,4	23,2	21,7	15,2	15,3	15,2	17,4	20,7	18,9
Mais de 3 a 5	12,7	11,3	11,9	9,0	11,3	10,4	9,5	9,0	9,3	10,3	10,9	10,6
Mais de 5 a 10	4,5	3,5	3,9	4,6	3,0	3,6	4,0	4,2	4,0	4,3	3,4	3,9
Mais de 10	0,8	0,1	0,4	0,2	0,1	0,2	0,9	0,0	0,7	0,7	0,1	0,4
TOTAL	41,7	58,1	100,0	38,7	61,1	100,0	72,0	27,5	100,0	33,3	33,3	33,3

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Analisando a renda média domiciliar dos beneficiários entrevistados (R\$ 551,00 ou 4,2 salários mínimos no segundo semestre de 1998) juntamente com a renda domiciliar por faixa de salário mínimo, observa-se que o benefício previdenciário é tão importante na conformação da renda domiciliar quanto menores as faixas de rendimento consideradas. Em outras palavras, verifica-se que cerca de 56% dos domicílios da Região Sul encontram-se na faixa de renda de até 3 salários mínimos, e que o benefício previdenciário representa 70% da renda domiciliar dessas famílias. Essa situação, por si só, mostra a importância do benefício previdenciário nas condições de sustentação da renda domiciliar rural, seja operando meramente como seguro de renda vitalícia – situação em que o benefício responde por praticamente toda a renda domiciliar – seja servindo, também, como seguro agrícola, aparecendo como condição fundamental nas estratégias de ampliação da renda rural, ou, ainda, podendo viabilizar a geração de uma renda complementar voltada para a subsistência. Em qualquer uma dessas situações deve-se ressaltar a importância das relações existentes entre as unidades familiares beneficiárias da Previdência Rural e as atividades econômicas que estão à sua volta.

Conclui-se que a participação da renda deste benefício previdenciário na renda da família tornou-se muito importante, uma vez que o impacto desse sistema previdenciário influirá na distribuição futura da renda da família, beneficiando as gerações seguintes. Essa política previdenciária rural pode estar assumindo cada vez mais um caráter bidirecional, isto é, assegurando uma política social e uma política agrícola.

Cabe destacar aqui, mais uma vez, as especificidades da mesorregião Assalariamento Rural, tendo em vista que o número de domicílios incluídos na faixa de renda até 3 salários mínimos é muito superior (64,3%) ao registrado nas duas outras mesorregiões (53% e 50,5%). Essa superioridade nos números é decorrente do elevado número de domicílios com renda nas duas primeiras faixas, a saber, 44,3%. Ao se considerar que 15,8% dos domicílios auferem renda até 1 salário mínimo e apresentam em média 3,11 pessoas por domicílio, constata-se a precariedade nas condições de sobrevivência das famílias residentes nessa área, a maioria oriunda do trabalho agrícola assalariado (tabela 42). É importante lembrar que o peso dos benefícios previdenciários na composição da renda dessa população é menor em razão de o número de benefícios por domicílio ser menor que a média regional na mesorregião Assalariamento Rural, conforme mostra a tabela 39. A população potencialmente beneficiária, nessa mesorregião, reside nas áreas urbanas e mantém vínculo com o trabalho agrícola por meio do assalariamento rural, na sua grande maioria sem carteira assinada. Essa condição dificulta a comprovação da atividade rural quando do encaminhamento do processo de requerimento do benefício junto à Previdência Social.

TABELA 42 - DOMICÍLIOS POR FAIXA DE RENDA DOMICILIAR E PARTICIPAÇÃO DO BENEFÍCIO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR, SEGUNDO MESORREGIÃO - REGIÃO SUL - 1998

FAIXAS DE RENDA DOMICILIAR (S.M.)	MESORREGIÃO									TOTAL		
	Agricultura Familiar de Subsistência			Agricultura Familiar Consolidada			Assalariamento Rural					
	% Domic.	% Acum.	Partic. Benef.	% Domic.	% Acum.	Partic. Benef.	% Domic.	% Acum.	Partic. Benef.	% Domic.	% Acum.	Partic. Benef.
Até 1	10,21	10,21	100,00	7,11	7,11	100,00	15,78	15,78	100,00	11,03	11,03	100,00
De 1 a 2	22,32	32,53	89,55	21,54	28,65	91,04	28,54	44,32	87,31	24,13	35,16	89,11
Mais de 2 a 3	20,52	53,05	76,32	21,84	50,49	70,12	20,00	64,32	67,00	20,79	55,95	71,17
Mais de 3 a 5	24,32	77,37	50,35	24,55	75,04	49,91	20,30	84,62	47,43	23,06	79,01	49,34
Mais de 5 a 10	16,52	93,89	33,19	18,84	93,88	32,77	11,76	96,38	28,90	15,71	94,72	31,96
Mais de 10	6,11	100,00	17,38	6,11	100,00	13,32	3,62	100,00	16,25	5,28	100,00	15,55
TOTAL	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

4.2 DESPESAS FAMILIARES

Considerando-se os itens de gastos na despesa familiar por faixa de renda e local de domicílio das famílias dos beneficiários, evidencia-se ainda mais o grau de dependência dessa população do benefício previdenciário, haja vista que as despesas mínimas necessárias à sobrevivência e manutenção de sua reprodução social consomem uma parte significativa da renda do domicílio. Verifica-se que o item alimentação e higiene representa 45,8% dos gastos efetuados nos domicílios dessas famílias. Na faixa de renda até 1 S.M. a participação desse item é de 55,8%, enquanto que na faixa acima de 20 S.M. é de 27,2%. Nas faixas de renda acima de 3 S.M. os gastos com alimentação e higiene das famílias residentes no meio rural são inferiores aos daquelas que moram na região urbana, provavelmente pelo fato de existir uma produção agrícola voltada para o consumo familiar.

Entre os itens de gastos das famílias destacam-se a habitação e a saúde, este último decorrente do significativo número de pessoas idosas usuárias desses serviços. Nos domicílios de baixa renda há um peso significativo nos gastos com habitação, principalmente nos domicílios urbanos. Na faixa de renda até 1 S.M. a participação desse item é de 17,2%, percentual semelhante ao verificado nos domicílios urbanos das faixas acima de 10 S.M.

A participação dos gastos realizados com saúde nas famílias de baixa renda gira em torno de 20,0%, bem superior à das famílias com renda acima de 15 salários mínimos (15,1%). Nessa faixa de renda, a participação dos gastos em saúde eleva-se consideravelmente entre os residentes na área rural.

Entre os itens de menor peso na composição da despesa familiar, destacam-se a educação e a recreação. Os gastos com esses itens são praticamente inexistentes nas famílias de baixa renda, que representam, aproximadamente, 70,0% do universo de domicílios pesquisados (tabela 43).

TABELA 43 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ITENS DE GASTOS NA DESPESA FAMILIAR DOS BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL, SEGUNDO A FAIXA DE RENDA, E A ZONA DE RESIDÊNCIA - REGIÃO SUL - 1998

ITENS DE DESPESA	FAIXAS DE RENDA (%)														TOTAL (%)
	Até 1 S.M.	1 a 2 S.M.	2 a 3 S.M.	3 a 4 S.M.	4 a 5 S.M.	5 a 6 S.M.	6 a 7 S.M.	7 a 8 S.M.	8 a 9 S.M.	9 a 10 S.M.	10 a 15 S.M.	15 a 20 S.M.	Mais de 20 S.M.		
Alimentação e Higiene	55,8	51,8	48,6	47,7	44,8	45,0	44,2	41,4	39,0	38,5	36,2	31,7	27,2	45,8	
Urbana	55,0	51,2	48,9	50,8	48,0	50,1	46,7	41,4	40,4	46,0	37,2	28,7	30,9	47,4	
Rural	58,0	53,0	48,3	44,4	41,8	42,0	41,5	41,4	36,3	33,8	35,2	36,8	22,4	44,0	
Transporte	1,9	3,3	5,0	6,0	6,6	7,5	7,5	8,2	7,7	7,6	11,8	10,0	21,2	6,6	
Urbana	1,2	2,0	3,1	4,7	3,9	3,3	5,7	6,1	7,4	5,8	8,4	8,9	27,4	4,9	
Rural	3,9	5,2	7,0	7,4	9,3	9,9	9,6	9,9	8,2	8,8	14,9	11,9	13,1	8,5	
Saúde	20,7	22,8	22,4	21,7	22,2	20,6	18,9	17,5	19,0	19,4	17,5	15,6	15,1	20,8	
Urbana	19,9	22,1	20,2	19,0	19,5	17,7	18,9	19,2	21,2	12,3	13,5	9,8	13,5	19,0	
Rural	22,7	23,7	24,5	24,6	24,6	22,4	18,9	16,1	14,7	23,9	21,2	25,6	17,2	22,8	
Educação	0,4	1,1	1,1	2,2	1,8	2,4	3,3	3,5	3,5	3,0	6,5	12,4	8,1	2,5	
Urbana	0,4	1,0	1,3	2,1	1,9	2,1	4	2,7	2,3	4,9	9,4	18,8	7,1	2,8	
Rural	0,5	1,2	0,9	2,2	1,6	2,5	2,5	4,2	5,9	1,8	3,9	1,3	9,4	2,2	
Vestuário e Calçados	5,4	6,2	7,6	7,9	8,8	8,7	9,4	11,7	10,1	9,8	8,5	8,2	8,5	8,0	
Urbana	4,6	5,4	7,3	6,5	8,2	6,3	7,8	10,8	8,6	7,2	7,4	6,9	5,9	6,8	
Rural	7,5	7,3	7,8	9,5	9,3	10,1	11,2	12,4	12,9	11,4	9,4	10,4	11,9	9,3	
Habitação	14,1	12,9	12,3	10,9	11,8	11,3	10,8	12,2	15,2	11,1	12,7	14,7	11,5	12,2	
Urbana	17,2	16,4	16,6	14,0	15,5	16,5	12,9	15,3	15,3	15,0	17,5	17,9	10,5	15,7	
Rural	5,8	7,5	8,1	7,6	8,3	8,2	8,4	9,6	15,2	8,6	8,3	9,2	12,8	8,3	
Serviços Pessoais	1,0	1,1	1,4	1,5	1,1	1,3	2,4	1,7	1,5	3,9	3,0	3,6	2,9	1,6	
Urbana	1,0	1,3	1,4	1,5	1,0	1,9	1,4	2,7	1,5	2,7	3,9	5,0	1,6	1,7	
Rural	0,9	0,9	1,4	1,5	1,3	1,0	3,5	0,9	1,5	4,8	2,2	1,1	4,6	1,6	
Recreação	0,7	0,8	1,6	2,1	2,9	3,2	3,5	3,8	4,0	6,7	3,8	3,9	5,5	2,5	
Urbana	0,7	0,6	1,2	1,4	2,0	2,1	2,6	1,8	3,3	6,1	2,7	4,0	3,1	1,7	
Rural	0,7	1,2	2,0	2,8	3,8	3,9	4,4	5,5	5,3	6,9	4,9	3,7	8,6	3,3	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Urbana	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Rural	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

4.3 RELAÇÕES COM A AGRICULTURA FAMILIAR

É importante observar que o seguro social previdenciário, quando associado à condição, por parte do segurado, de responsável por estabelecimento rural, funciona como um seguro agrícola indireto, uma vez que garante a subsistência familiar e, também, permite financiar sua produção.

Outra variável passível de ser analisada é a que diz respeito aos impactos da implementação dessa política junto à agricultura familiar, tendo em vista que 48,2% dos beneficiários declararam ser responsáveis por estabelecimento rural⁴ e

⁴ É importante lembrar que cerca da metade dos domicílios pesquisados na Região Sul encontra-se em áreas rurais tradicionais. A outra metade está situada em áreas urbanas. Dos 48% dos domicílios que afirmaram ser responsáveis por estabelecimento rural ativo, tem-se que 81,2% destes estão localizados em áreas rurais da Região Sul. Exatamente o oposto ocorre com os domicílios de não responsáveis por estabelecimento rural, como era de se esperar, em que 80,8% deles estão localizados em áreas urbanas" (DELGADO; CARDOSO JÚNIOR, 2000 p. 67).

que 96,2% desses estabelecimentos encontram-se ativos, com 46,6% utilizando o benefício previdenciário na manutenção da atividade produtiva (tabelas 44 e 45).

TABELA 44 - NÚMERO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS, NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS CHEFES DE DOMICÍLIO, NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS RESPONSÁVEIS POR ESTABELECIMENTO RURAL, SEGUNDO MESORREGIÃO E TOTAL DA REGIÃO SUL - REGIÃO SUL - 1998

MESORREGIÃO	Nº TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	Nº DE BENEFICIÁRIOS CHEFES DE DOMICÍLIO		Nº DE BENEFICIÁRIOS RESPONSÁVEIS POR ESTABELECIMENTO RURAL		
		Nº	%	Nº	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾
Agricultura Familiar de Subsistência	999	611	61,16	543	54,35	88,87
Agricultura Familiar Consolidada	998	631	63,80	596	59,72	94,45
Assalariamento Rural	995	659	66,23	302	30,35	45,83
REGIÃO SUL	2 992	1 901	63,54	1 441	48,16	75,80

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

NOTA: Estão excluídos os 8 beneficiários residentes em asilos.

(1) Percentual calculado em relação ao número total de beneficiários.

(2) Percentual calculado em relação ao número de beneficiários chefes de domicílio.

TABELA 45 - NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS RESPONSÁVEIS POR ESTABELECIMENTO RURAL, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS ATIVOS, NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS QUE UTILIZAM A RENDA DA PREVIDÊNCIA NA MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA, NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS QUE UTILIZAM A RENDA DA PREVIDÊNCIA NO CUSTEIO DA ATIVIDADE PRODUTIVA, SEGUNDO MESORREGIÃO - REGIÃO SUL - 1998

MESORREGIÃO	Nº DE BENEFICIÁRIOS RESPONSÁVEIS POR ESTABELECIMENTO RURAL	Nº DE ESTAB. ATIVOS		UTILIZA RENDA DO BENEFÍCIO NA MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA		UTILIZA RENDA DO BENEFÍCIO NO CUSTEIO DA ATIVIDADE PRODUTIVA	
		Nº	% ⁽¹⁾	Nº	% ⁽²⁾	Nº	% ⁽³⁾
Agricultura Familiar de Subsistência	543	514	94,66	285	55,45	281	98,60
Agricultura Familiar Consolidada	596	579	97,15	241	41,62	239	99,17
Assalariamento Rural	302	293	97,02	120	40,96	117	97,50
REGIÃO SUL	1 441	1 386	96,18	646	46,61	637	98,61

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

NOTAS: (1) Percentual calculado em relação aos beneficiários responsáveis por estabelecimento rural.

(2) Percentual calculado em relação ao número de estabelecimentos ativos.

(3) Percentual calculado em relação ao número de beneficiários que utilizam a renda do benefício na atividade produtiva.

Entre os chefes de domicílios e responsáveis por estabelecimento rural (43,5%), 80,31% residem na zona rural e 17,19% na zona urbana. Lembre-se que cerca da metade dos domicílios pesquisados na Região Sul encontram-se em áreas rurais tradicionais. Entre os beneficiários chefes de domicílios que não são responsáveis por estabelecimento rural (56,5%), 19,69% residem na zona rural e 82,81% na zona urbana. Cabe destacar que os membros dos domicílios inativos

alegaram motivos de saúde e idade avançada como fatores responsáveis pela inatividade do estabelecimento (tabela 46).

TABELA 46 - NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS CHEFES DE DOMICÍLIO SEGUNDO A ZONA DE RESIDÊNCIA E A RESPONSABILIDADE POR ESTABELECIMENTO RURAL - REGIÃO SUL - 1998

ZONA	RESPONSÁVEL POR ESTABELECIMENTO RURAL		
	Sim	Não	TOTAL
Rural	80,31	19,69	100,00
Urbana	17,19	82,81	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Entre os beneficiários chefes de domicílio 49,3% são mulheres, sendo que 28,4% delas recebem aposentadoria por idade e 17,8% são pensionistas; os beneficiários homens chefes de domicílio representam 50,7%, com 42,3% recebendo aposentadoria por idade (tabela 47).

TABELA 47 - BENEFICIÁRIOS CHEFES DE DOMICÍLIO SEGUNDO BENEFÍCIO PRINCIPAL E GÊNERO - REGIÃO SUL - 1998

BENEFÍCIO PRINCIPAL	GÊNERO					
	Masculino		Feminino		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Aposentadoria por Idade	804	42,29	539	28,35	1343	70,65
Aposentadoria por Invalidez	126	6,63	22	1,16	148	7,79
Pensão por Morte	24	1,26	338	17,78	362	19,04
Renda Mensal Vitalícia	10	0,53	38	2,00	48	2,52
TOTAL	964	50,71	937	49,29	1901	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Entre as mulheres beneficiárias e chefes de domicílio (49,3%), 38,6% são viúvas, mas apenas 46,0% destas recebem pensão. Em contrapartida, 57,5% das chefes de domicílio recebem aposentadoria por idade, o que, minimamente, garante a sobrevivência familiar. Já dentre os beneficiários do gênero masculino e chefes de domicílio (50,7%), 8,0% são viúvos, mas apenas 15,8% deles recebem pensão por viuvez. De certo modo, isto revela que apesar dos recentes avanços ocorridos no sistema previdenciário rural, estabelecidos a partir da Constituição de 1988, existem, ainda, grandes obstáculos dificultando o acesso das pessoas a esse seguro social (tabela 48).

TABELA 48 - NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS CHEFES DE DOMICÍLIO, SEGUNDO ESTADO CIVIL E GÊNERO - REGIÃO SUL - 1998

ESTADO CIVIL	GÊNERO					
	Masculino		Feminino		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Casado/Juntos	758	39,87	120	6,31	878	46,19
Solteiro	36	1,89	36	1,89	72	3,79
Viúvo	152	8,00	734	38,61	886	46,61
Divorciado/Separado	17	0,89	44	2,31	61	3,21
Outros	1	0,05	3	0,16	4	0,21
TOTAL	964	50,71	937	49,29	1 901	100,00

FONTES: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Nas mesorregiões o número de beneficiários responsáveis por estabelecimento rural em relação ao total de beneficiários entrevistados eleva-se consideravelmente, sendo que na meso de Agricultura Familiar de Subsistência representa 54,3%, e na de Agricultura Familiar Consolidada representa 59,7% (ver tabela 43). A atividade predominante nos estabelecimentos da Região Sul é a agricultura (75,0%), seguida da agropecuária (17,2%). O número de estabelecimentos rurais inativos é muito baixo (apenas 3,8%) devido, principalmente, a problemas relacionados com a perda de rentabilidade econômica da atividade, sendo que as principais causas responsáveis são a “idade avançada” e a “doença”, e tem maior ocorrência na mesorregião de Agricultura Familiar de Subsistência. Essa situação evidencia um dos principais resultados da pesquisa feita na Região Sul do Brasil, a saber, o de que as famílias beneficiadas pelo seguro previdenciário não são inativas em sua maioria; ao contrário, elas desenvolvem estratégias múltiplas de sobrevivência que passam, no caso de praticamente todos os domicílios situados em áreas rurais, pelo exercício de atividades produtivas ligadas basicamente à agricultura e à agropecuária.

A proporção dos domicílios dos beneficiários que utilizam a renda do benefício para manutenção da atividade produtiva, na Região Sul, é de 46,6%, sendo marcante a sua importância, em todas as mesorregiões, no item custeio de atividades produtivas rurais, representando 98,6%. Os resultados obtidos na pesquisa de campo apontam para a hipótese de que o seguro social previdenciário funciona como um

seguro agrícola indireto para os domicílios dos beneficiários com pessoa responsável pelo estabelecimento rural, uma vez que ele garante a subsistência familiar e, permite ao produtor rural financeiras, inclusive, a pequena produção, diminuindo, dessa forma, os riscos que acompanham e inibem a atividade produtiva rural. Além disso, nas áreas rurais e microurbanas, existe uma produção para o autoconsumo que nem sempre é reconhecida pelas famílias como atividades produtiva, embora tenha um caráter permanente e desempenhe uma função central no conjunto das estratégias de subsistência.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a regularidade, a segurança e a disponibilidade em moeda corrente (ainda que o valor unitário do benefício previdenciário) seja reduzido em termos absolutos – 1 salário mínimo ao mês) que caracterizam os pagamentos previdenciários, ampliam, por sua vez, as oportunidades com os gastos necessários na manutenção de atividades produtivas voltadas para o autoconsumo familiar a mesmo para a geração de pequenos excedentes comercializáveis e, desempenham, também, um papel significativo na sustentação das estratégias familiares de sobrevivência nas zonas rurais e micorurbanos, principalmente, quando se leva em conta que existe uma relação média de aproximadamente 1,7 benefícios por domicílio pesquisado que foram apontados na pesquisa de campo.

Nas mesorregiões, a produtividade do trabalho dos beneficiários da Previdência Social Rural é observada mais intensamente nas áreas de predominância da agricultura familiar. Nessas áreas, os dados quanto ao número de beneficiários chefes do domicílio e responsáveis por estabelecimento rural apresentam-se com cifras expressivas, 88,9% para a Agricultura Familiar de Subsistência e 94,4% para a Agricultura Familiar Consolidada. Analisando esses dados em conjunto com aqueles relativos à utilização do benefício para a manutenção da atividade produtiva e aqueles relativos à atividade predominante nos estabelecimentos ativos nas áreas de agricultura familiar, tem-se que quase a totalidade dos beneficiários utiliza a renda do benefício em atividades relacionadas

com a agropecuária, evidenciando-se a importância do seguro previdenciário no financiamento da agricultura familiar, estabelecendo-se, dessa forma, como um seguro agrícola (tabela 49).

TABELA 49 - ESTABELECIMENTOS RURAIS ATIVOS SEGUNDO ATIVIDADE RURAL PREDOMINANTE E MESORREGIÃO DA REGIÃO SUL -1998

ATIVIDADE RURAL PREDOMINANTE NO ESTABELECIMENTO	MESORREGIÃO						REGIÃO SUL	
	Agricultura Familiar de Subsistência		Agricultura Familiar Consolidada		Assalariamento Rural			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agricultura	357	69,46	502	86,70	180	61,43	1 039	74,96
Agropecuária	109	21,21	58	10,02	71	24,23	238	17,17
Pecuária	32	6,23	11	1,90	23	7,85	66	4,76
Horticultura	7	1,36	3	0,52	10	3,41	20	1,44
Outros	9	1,75	5	0,86	9	3,07	23	1,66
TOTAL	514	100,00	579	100,00	293	100,00	1 386	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Mesmo na área denominada de Assalariamento Rural, onde há predominância dos grandes estabelecimentos agrícolas, com apenas 30,3% dos beneficiários declarando responsabilidade por estabelecimento rural, a estratégia de sobrevivência da pequena produção fundada na pontualidade do benefício previdenciário é evidente.⁵ Isto confirma a tese da conversão do seguro previdenciário em seguro agrícola. Mais ainda, "em principal instrumento de suporte da política agrária para apoiar a agricultura familiar e até mesmo o vasto segmento de agricultura de subsistência" (DELGADO; CARDOSO JÚNIOR, 1999, p. 9) – ver tabela 44.

4.4 SITUAÇÃO OCUPACIONAL DAS FAMÍLIAS DOS BENEFICIÁRIOS

A população residente nos domicílios entrevistados é de 9.593 habitantes, sendo 47,3% homens e 52,7% mulheres, com média de 3,2 habitantes por domicílio.

Em 20% dos domicílios existem pessoas residentes no domicílio com menos de 10 anos de idade, compondo 9,5% do total de pessoas residentes nos

⁵É importante relembrar, aqui, o peso significativo que o seguro previdenciário alcança na renda total dessa população (ver tabela 39).

domicílios entrevistados. Entre essas crianças, 50,9% são do gênero masculino e 49,1% do gênero feminino. A população residente com idade acima de 10 anos representa 90,5%, sendo 46,9% de homens e 53,1% de mulheres.

O número de pessoas residentes nos domicílios pesquisados que não têm rendimentos próprios é de 26,8%, sendo que 57,8% são mulheres e 42,2% são homens (tabelas 50, 51 e 52).

TABELA 50 - TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES NOS DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO O GÊNERO - REGIÃO SUL - 1998

GÊNERO	PESSOAS COM MENOS DE 10 ANOS		PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Masculino	462	4,82	4 076	42,49	4 538	47,31
Feminino	445	4,64	4 610	48,06	5 055	52,69
TOTAL	907	9,45	8 686	90,55	9 593	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 51 - PESSOAS SEM RENDIMENTOS RESIDENTES NOS DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO O GÊNERO - REGIÃO SUL - 1998

GÊNERO	FREQUÊNCIA	
	Abs.	%
Masculino	1 083	42,19
Feminino	1 484	57,81
TOTAL	2 567	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 52 - PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS RESIDENTES NOS DOMICÍLIOS PESQUISADOS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O GÊNERO - REGIÃO SUL - 1998

FAIXA ETÁRIA (Anos)	GÊNERO					
	Masculino		Feminino		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
De 10 a 15	316	3,64	336	3,87	652	7,50
De 16 a 25	695	8,00	525	6,04	1 220	14,04
De 26 a 35	548	6,30	491	5,65	1 039	11,95
De 36 a 45	440	5,06	371	4,27	811	9,33
De 46 a 55	222	2,55	374	4,30	596	6,86
De 56 a 65	641	7,37	1 099	12,64	1 740	20,02
De 66 a 75	827	9,51	938	10,79	1 765	20,31
De 76 a 85	331	3,81	390	4,49	721	8,29
86 e mais	59	0,68	89	1,02	148	1,70
TOTAL	4 079	46,93	4 613	53,07	8 692	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Quando se analisa a situação ocupacional das pessoas acima de 10 anos, residentes no domicílio do beneficiário, observa-se que 52% dessa população encontrava-se ocupada quando da realização da pesquisa de campo. Os 48% não ocupados distribuem-se, em termos de mesorregião, de forma desigual. A mesorregião Assalariamento Rural apresenta o maior número de desocupados (58,4%), enquanto que nas meso Agricultura Familiar de Subsistência (45,7%) e Agricultura Familiar Consolidada (40,5%) esses números decaem, principalmente devido à inserção dessa população em atividades para a manutenção dos estabelecimentos agrícolas em regime de mão-de-obra familiar.

Analisando-se em conjunto os dados relativos à atividade predominante nos estabelecimentos ativos sob a responsabilidade do chefe do domicílio e aqueles que dizem respeito ao ramo de ocupação das pessoas ocupadas residentes no domicílio do beneficiário, constata-se a importância da atividade rural entre essa população; 71,7% dos ocupados trabalham em atividades relacionadas com a agropecuária, sendo que 60,3% deles residem na zona rural. Nas mesorregiões de agricultura familiar a situação é similar. Já na mesorregião Assalariamento Rural, em que as características urbanas são mais marcantes, a mão-de-obra da agropecuária mantém residência no meio urbano, trabalhando na sua maioria como volante. Outra característica da mão-de-obra residente na meso Assalariamento Rural é sua ocupação em atividades relacionadas com os setores serviços, indústria e comércio (tabela 53).

TABELA 53 - PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS MAIORES DE 10 ANOS, RESIDENTES NO DOMICÍLIO DO BENEFICIÁRIO, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE E MESORREGIÃO - REGIÃO SUL -1998

RAMO DE ATIVIDADE	MESORREGIÃO									REGIÃO SUL		
	Agricultura Familiar de Subsistência			Agricultura Familiar Consolidada			Assalariamento Rural			Urbano	Rural	Total
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total			
Agropecuária	8,04	63,43	71,47	8,22	72,20	80,42	20,65	38,49	59,14	11,40	60,28	71,68
Serviços	7,48	2,94	10,42	7,01	2,26	9,27	18,35	2,38	20,73	10,14	2,53	12,66
Indústria	4,17	2,74	6,91	2,03	0,87	2,90	5,61	0,59	6,20	3,73	1,46	5,19
Comércio	3,61	1,18	4,79	2,95	0,75	3,70	6,88	0,51	7,39	4,21	0,84	5,06
Construção Civil	2,18	0,37	2,55	0,87	0,58	1,45	3,31	0,34	3,65	1,97	0,44	2,42
Outros	1,87	1,99	3,86	1,68	0,58	2,26	2,89	0,00	2,89	2,06	0,93	2,99
TOTAL	27,35	72,65	100,00	22,76	77,24	100,00	57,69	42,31	100,00	33,51	66,48	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

4.5 RELAÇÕES FAMILIARES DE COOPERAÇÃO E AJUDA MÚTUA

A reprodução da economia familiar circunscrita apenas às relações monetárias é insuficiente para explicar o conjunto de relações não mercantis de cooperação e ajuda mútua que se estabelece nos domicílios e entre eles, e que contribuem, de modo não desprezível, para a sustentação de parte das famílias.

Um dos impactos do seguro previdenciário junto às economias familiares foi o fortalecimento das redes de solidariedade estabelecidas entre as famílias rurais, a partir do advento do benefício. Apesar de apenas 10,1% dos beneficiários da Região Sul terem declarado “ajuda monetária a pessoas fora do domicílio”, é importante observar que os laços de solidariedade estabelecidos tradicionalmente na área rural passam pela ajuda mútua, dispensando o gasto monetário direto e estabelecendo a troca de favores ou a doação de produtos. O seguro social possibilita recriar a lógica da família ampliada, estabelecida através do compadrio, marca do rural tradicional, uma vez que possibilita a solidariedade mútua, razão da subsistência dessas famílias.

Entre os 50% que realizaram ajuda não monetária, tanto no total geral da Região Sul como em cada uma das mesorregiões, verifica-se a importância do item “ajuda em espécie”. Essa “ajuda”, presente em mais de 80% das famílias que responderam positivamente a essa questão, concretiza-se na doação de alimentos, material de higiene e limpeza e vestuário. Em todas as mesorregiões declarou-se a importância das doações desses itens, bem como de material escolar, direcionadas à manutenção das famílias dos filhos casados residentes fora do domicílio do beneficiário e dos netos em idade escolar, o que reforça a importância desse seguro na reprodução da família tradicional rural (tabelas 54, 55 e 56).

TABELA 54 - BENEFICIÁRIOS QUE PRATICARAM ALGUMA FORMA DE AJUDA A PESSOAS NÃO RESIDENTES NO DOMICÍLIO, SEGUNDO MESORREGIÃO - REGIÃO SUL - 1998

PRATICOU ALGUMA FORMA DE AJUDA	MESORREGIÃO						REGIÃO SUL	
	Agricultura Familiar de Subsistência		Agricultura Familiar Consolidada		Assalariamento Rural			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	473	47,35	523	52,40	502	50,45	1 498	50,07
Não	526	52,65	475	47,60	493	49,55	1 494	49,93
Total	999	100,00	998	100,00	995	100,00	2 992	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 55 - BENEFICIÁRIOS QUE PRATICARAM ALGUMA FORMA DE AJUDA, SEGUNDO AS FORMAS DE AJUDA PRATICADAS E A MESORREGIÃO - REGIÃO SUL - 1998

FORMAS DE AJUDA PRATICADAS	MESORREGIÃO						REGIÃO SUL	
	Agricultura Familiar de Subsistência		Agricultura Familiar Consolidada		Assalariamento Rural			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ajuda em Espécie	402	84,99	417	79,73	435	86,65	1 254	83,71
Atendimento a Pessoa Doente ou Carente	123	26,00	184	35,18	162	32,27	469	31,31
Prestação de Serviços Gratuitos	84	17,76	171	32,70	74	14,74	329	21,96
Mutirão de Trabalho	46	9,73	62	11,85	19	3,78	127	8,48
Cessão de Equip. Material de Trabalho	14	2,96	39	7,46	9	1,79	62	4,14
Cessão de Terra para Trabalho	1	0,21	1	0,19	-	-	2	0,13
Outros	-	-	2	0,38	1	0,20	3	0,20

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

NOTA: Os percentuais foram calculados em relação ao número de beneficiários que afirmaram praticar alguma ajuda a pessoas não residentes no domicílio.

TABELA 56 - BENEFICIÁRIOS QUE PRATICARAM AJUDA EM ESPÉCIE, SEGUNDO OS PRODUTOS E A MESORREGIÃO - REGIÃO SUL - 1998

PRODUTOS DOADOS NOS DOZE MESES ANTERIORES À PESQUISA	MESORREGIÃO						REGIÃO SUL	
	Agricultura Familiar de Subsistência		Agricultura Familiar Consolidada		Assalariamento Rural			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alimentos e Material de Higiene e Limpeza	291	72,39	314	75,30	388	89,20	993	79,19
Vestuário	238	59,20	293	70,26	208	47,82	739	58,93
Remédios	39	9,70	67	16,07	59	13,56	165	13,16
Material Escolar	15	3,73	26	6,24	21	4,83	62	4,94
Utensílios Domésticos	6	1,49	16	3,84	6	1,38	28	2,23
Outros	11	2,74	10	2,40	9	2,07	30	2,39

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Entre os produtos doados nos últimos doze meses pelos beneficiários que ajudaram em espécie, 79,2% referem-se a alimentos e material de higiene e limpeza, 58,9% vestuário, 13,2% remédios, 4,9% material escolar, 2,2% utensílios domésticos, e os restantes 2,4% somam insumos, material de construção e outros produtos (ver tabela 56).

O atendimento a pessoa doente ou carente corresponde a 31,3%. A prestação de serviços gratuitos soma aproximadamente 22% das ajudas, o mutirão de trabalho 8,5% e a cessão de equipamento ou material de trabalho 4,1%, sendo este último mais representativo entre os beneficiários residentes no meio rural (ver tabela 55).

As relações de cooperação e ajuda mútua são um fator adicional importante na viabilização das condições de reprodução econômica e social do universo pesquisado, indicando uma forma de solidariedade e participação comunitária, manifesta a partir do âmbito domiciliar.

Analisando-se, ainda, as relações estabelecidas pelas famílias dos beneficiários fora do domicílio, cabe trabalhar os dados relativos à capacidade associativista dessa população como um indicador de sociabilidade e extensão das relações familiares tradicionais.

A participação do beneficiário ou de algum membro da família em grupos formais ou informais representa, na Região Sul, um percentual de 56,3%. Destes, 38% residem na zona urbana e 62% na zona rural. Esse último dado pode justificar o elevado número de participação em sindicatos rurais, associações de produtores rurais e cooperativas de produtores rurais, que somam 85% dos domicílios com alguma participação associativa. Em relação ao total de beneficiários esse número permanece em 48%.

É evidente a importância que os beneficiários e seus familiares residentes nas áreas de predominância da agricultura familiar dão à participação em grupos formais e/ou informais, representando 57,7% na Agricultura Familiar de Subsistência e 71% na Agricultura Familiar Consolidada. Nessas áreas, colonizadas na sua maioria por uma imigração européia recente, estabeleceram-se condições relativamente igualitárias de acesso à terra em moldes que permitiram o florescimento de uma tradição de policultura e uma propensão para o associativismo capitalizada pelo sistema de integração agroindustrial, quando da sua implantação nos anos 70 (WILKINSON, 1996).

A articulação do movimento sindical rural no sul do país, nas últimas décadas, buscando mobilizar os trabalhadores rurais na discussão e encaminhamento de questões relevantes, como acesso à terra, política agrícola, cumprimento dos direitos trabalhistas e obtenção de benefícios previdenciários e dos serviços de saúde, pode explicar o número significativo de domicílios associados aos sindicatos de trabalhadores rurais, independentemente da mesorregião.

Com associados em 33% dos domicílios em que há alguma participação associativa, os “grupos informais de idosos e de mulheres” possibilitam, além de formação para a busca de uma renda alternativa, a integração com a comunidade e, talvez, para a população idosa, a única forma de convívio social fora do ambiente familiar (tabelas 57 e 58).

TABELA 57 - DOMICÍLIOS ONDE ALGUM DOS MORADORES PARTICIPA DE GRUPOS OU ASSOCIAÇÕES, SEGUNDO MESORREGIÃO - REGIÃO SUL - 1998

PARTICIPA DE GRUPOS E/OU ASSOCIAÇÕES	MESORREGIÃO						REGIÃO SUL	
	Agricultura Familiar de Subsistência		Agricultura Familiar Consolidada		Assalariamento Rural			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	576	57,66	709	71,04	400	40,20	1 685	56,32
Não	423	42,34	289	28,96	595	59,80	1 307	43,68
TOTAL	999	100,00	998	100,00	995	100,00	2 992	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

TABELA 58 - DOMICÍLIOS ONDE ALGUM MORADOR PARTICIPA EM GRUPOS E/OU ASSOCIAÇÕES, SEGUNDO OS GRUPOS E/OU ASSOCIAÇÕES DE QUE PARTICIPAM E A MESORREGIÃO - REGIÃO SUL -1998

GRUPOS E/OU ASSOCIAÇÕES	MESORREGIÃO						TOTAL	
	Agricultura Familiar de Subsistência		Agricultura Familiar Consolidada		Assalariamento Rural			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sindicatos de Trabalhadores Rurais	449	77,95	479	67,56	274	68,50	1 202	71,34
Grupos Informais (mulheres, idosos, etc.)	167	28,99	320	45,13	69	17,25	556	33,00
Cooperativas de Produtores Rurais	34	5,90	94	13,26	31	7,75	159	9,44
Movimentos Sociais Organizados	33	5,73	41	5,78	21	5,25	95	5,64
Igreja Católica (pastorais e grupos de reflexão)	26	4,51	36	5,08	26	6,50	88	5,22
Associações de Produtores Rurais	26	4,51	29	4,09	17	4,25	72	4,27
Outros	18	3,13	22	3,10	31	7,75	71	4,21

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/DESER

NOTA: Os percentuais foram calculados em relação ao total de beneficiários que responderam participar de grupos e/ou associações.

4.6 IMPORTÂNCIA DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO NO FLUXO MIGRATÓRIO DAS FAMÍLIAS DOS BENEFICIÁRIOS

A partir das informações da pesquisa de campo é possível estabelecer algumas hipóteses secundárias induzidas pela extensão da Previdência Social à população rural. Essas hipóteses decorrem da associação feita entre o início do recebimento regular do seguro previdenciário rural e o fluxo migratório da população-alvo, bem como das transformações que ocorreram nas moradias dos migrantes, comparativamente às dos não migrantes. Em termos gerais, é possível perceber dois tipos de informação complementares: a composição das populações migrantes, antes e depois de efetuadas as respectivas migrações, e as direções assumidas pelos fluxos migratórios propriamente ditos.

Os dados da pesquisa de campo mostram que 43,2% dos beneficiários residem há mais de 20 anos no mesmo domicílio, 16,7% aí residem há um período de quinze a vinte anos, 5,6% de cinco a dez anos, e 19,1% têm menos do que cinco anos de residência no domicílio onde foi realizada a entrevista. Assim, observa-se que aproximadamente 60,0% dos beneficiários residem há mais de quinze anos no mesmo domicílio, o que se por um lado indica que o recebimento do benefício não resultou em mudança de residência para uma parcela significativa dos beneficiários entrevistados, por outro mostra uma certa estabilidade da população beneficiária do seguro social previdenciário rural. Contudo, verifica-se, também, que 27,4% dos beneficiários afirmaram ter se mudado de domicílio após o recebimento do seguro previdenciário e que 40,2% desses beneficiários passaram a receber o benefício a partir de 1993, após a regulamentação da lei da Previdência Social Rural.

Dentre os beneficiários que se mudaram de domicílio (excluindo-se os oito beneficiários residentes em asilo), 79,5% residem na zona urbana e 20,3% na zona rural. Entre aqueles que moram na zona urbana, 48,5% eram provenientes da zona rural, e daqueles que residem na zona rural, parcela significativa (82,6%) já morava no meio rural e apenas 16,8% moravam, anteriormente, na zona urbana (tabela 59).

TABELA 59 - BENEFICIÁRIOS QUE MUDARAM DE DOMICÍLIO, SEGUNDO A ZONA DO DOMICÍLIO ANTERIOR E DO DOMICÍLIO ATUAL - REGIÃO SUL - 1998

ZONA DE RESIDÊNCIA DO DOMICÍLIO ANTERIOR	ZONA DE RESIDÊNCIA DO DOMICÍLIO ATUAL							
	Urbano			Rural			TOTAL	
	Abs.	%	%	Abs.	%	%	Abs.	%
Urbano	321	49,08	39,10	27	16,17	3,29	348	42,39
Rural	317	48,47	38,61	138	82,63	16,81	455	55,42
Não declarado	16	2,45	1,95	2	1,20	0,24	18	2,19
TOTAL	654	100,00	79,66	167	100,00	20,34	821	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

Para o conjunto da população migrante,⁶ observa-se uma situação na qual 55,4% das famílias residiam em zonas rurais antes da mudança de domicílio, portanto antes do recebimento do seguro previdenciário. Após as migrações, apenas 20,3% dos domicílios migrantes permaneceram situados na zona rural, contra 79,7% em áreas consideradas urbanas. Ademais, verifica-se, no fluxo migratório entre áreas urbanas e rurais que, dos domicílios situados originalmente em zonas rurais, 69,7% migraram para as áreas urbanas e 92,2% dos domicílios que eram originários de áreas urbanas permaneceram no meio urbano. Desse modo, observa-se que esse movimento se deu, de modo geral, do campo para as pequenas cidades, o que, por sua vez, explica a atual distribuição do local de residência da população beneficiária, com 51% de domicílios urbanos e 49% de domicílios rurais.

Considerando o conjunto da população migrante, entre os motivos que levaram à mudança de domicílio destacam-se “problemas com a moradia” e “compra ou construção de casa própria”, que juntos somam 36,1%. Em seguida vem a causa “residir próximo ou com os familiares”, que representa 16,1%, a “proximidade aos serviços de saúde”, com 15,5%, e o “falecimento ou separação de membros da família”, que corresponde a 6,8% (tabela 60).

⁶ Considerou-se população migrante, nesta pesquisa, os beneficiários e suas famílias que mudaram de residência, seja dentro do mesmo município seja entre municípios, após o recebimento do benefício previdenciário.

TABELA 60 - BENEFICIÁRIOS QUE MUDARAM DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO A ZONA DE RESIDÊNCIA DA MORADIA ANTERIOR E A CAUSA DA ÚLTIMA MUDANÇA - REGIÃO SUL - 1998

CAUSA DA ÚLTIMA MUDANÇA	ZONA DE RESIDÊNCIA DA MORADIA ANTERIOR							
	Urbana		Rural		Não Declarado		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Proximidade aos serviços de saúde	26	3,17	100	12,18	1	0,12	127	15,47
Proximidade aos serviços de educação	2	0,24	12	1,46	-	-	14	1,71
Facilidade de acesso ao emprego	5	0,61	21	2,56	-	-	26	3,17
Residência próximo a familiares ou com familiares	60	7,31	72	8,77	-	-	132	16,08
Falecimento ou separação	17	2,07	39	4,75	-	-	56	6,82
Herança	-	-	1	0,12	-	-	1	0,12
Divergências ou conflitos familiares	11	1,34	14	1,71	-	-	25	3,05
Problemas com a moradia	85	10,35	63	7,67	-	-	148	18,03
Fenômenos climáticos (seca, enchente, vendaval, etc.)	3	0,37	6	0,73	-	-	9	1,10
Compra ou construção de casa própria	102	12,42	46	5,60	-	-	148	18,03
Impossibilidade de administrar o estabelecimento	3	0,37	20	2,44	-	-	23	2,80
Retorno ao campo para plantar e criar animais	4	0,49	1	0,12	-	-	5	0,61
Desejo de morar na cidade/Não queria morar no sítio	-	-	24	2,92	-	-	24	2,92
Outras	22	2,68	29	3,53	-	-	51	6,21
Não declarada	8	0,97	7	0,85	17	2,07	32	3,90
TOTAL	348	42,39	455	55,42	18	2,19	821	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

A maioria dos beneficiários da Previdência Social Rural não se mudou de domicílio após o recebimento do benefício previdenciário, representando 72,5%. Entre eles, 40,3% continuam residindo na zona urbana e 59,7% na zona rural. Em contrapartida, dentre os beneficiários que se mudaram de domicílio após o recebimento do benefício previdenciário, 79,7% residem no meio urbano e 20,3% no meio rural, como foi citado. Note-se que 76,9% dos beneficiários mudaram de domicílio dentro do mesmo município domicílio, provavelmente saindo de áreas rurais em direção à cidade (tabela 61). Mesmo representando 27,5% do total de beneficiários, a população migrante, quando analisada, revela a existência de um conjunto de melhorias, seja nas condições da moradia seja no acesso aos bens de consumo e infra-estrutura.

TABELA 61 - BENEFICIÁRIOS QUE MUDARAM DE RESIDÊNCIA SEGUNDO A CONDIÇÃO ANTERIOR DE MORADIA - REGIÃO SUL - 1998

CONDIÇÃO ANTERIOR DE MORADIA	BENEFICIÁRIOS	
	Abs.	%
Mesmo Município	631	76,86
Outro Município do mesmo Estado	108	13,15
Outro Estado	26	3,17
Sem Declaração	56	6,82
TOTAL	821	100,00

Pesquisa de Campo - IPARDES/DESER

4.7 ACESSO AOS BENS DE CONSUMO E INFRA-ESTRUTURA

A investigação sobre as condições de moradia e bem-estar no domicílio, também inseridas no conjunto de temas correlatos às hipóteses principais da pesquisa, sugere algumas relações de causalidade, ainda que de maneira indireta, entre uma suposta melhoria das condições materiais de vida dessas famílias e seu ingresso no sistema de cobertura previdenciário. As informações referentes às características das moradias dos beneficiários, à condição de propriedade e ao acesso à infra-estrutura e bens de consumo duráveis revelam mudanças significativas que indicam uma melhoria nas condições de vida da população beneficiária que mudou de domicílio. Essas mudanças, de certa forma, elevam o padrão de vida da população migrante a níveis comparáveis aos da população beneficiária que não se mudou de domicílio. Nesse sentido, é possível afirmar que o seguro previdenciário rural alterou de forma positiva o padrão de vida da população beneficiária mais pobre.

4.7.1 Características das Moradias

As características físicas das moradias dos beneficiários foram avaliadas a partir do tipo de material utilizado na construção das paredes e do número de cômodos da moradia. Os dados da pesquisa indicam um aumento na construção de casas de alvenaria quando se compara a moradia anterior com a atual, tanto para os residentes no meio rural, que de 12,0% sobem para 25,7%, quanto para aqueles que residem no meio urbano, de 21,9% para 46,8%. Observa-se, também, que entre os

beneficiários residentes no meio urbano a proporção de moradias de alvenaria dos que se mudaram de domicílio é superior à dos que permaneceram no mesmo domicílio após o recebimento do benefício previdenciário, representando 46,8% e 42,6%, respectivamente. Nessa mesma direção, percebe-se que entre os beneficiários residentes no meio urbano, a proporção daqueles que não se mudaram de domicílio e que residem em casas de madeira é superior àqueles que se mudaram de domicílio, com 42,1% e 37,9%, respectivamente (tabela 62).

Por outro lado, há uma elevação significativa no número de construções de casas mistas, tanto no meio rural quanto no meio urbano. Na zona rural esse número se eleva de 6,6% para 15,6%, enquanto que na zona urbana tem-se uma elevação de 4,5% para 13,3%.

Ocorre, também, uma redução no número de moradias construídas com outros materiais, considerados não apropriados, tanto no meio rural como no meio urbano, entre os beneficiários que se mudaram de domicílio. Entretanto, nas duas zonas o número de moradias construídas com material não apropriado mantém-se em patamares superiores na população que se mudou de domicílio, comparativamente à população que não se mudou.

Ressalte-se que 84,7% dos beneficiários residem atualmente em casas de alvenaria ou madeira, consideradas, usualmente, como materiais próprios para a construção de moradias. Contudo, vale lembrar que a utilização da madeira na construção de casas na Região Sul faz parte, também, de uma cultura proveniente do tipo de imigração, composta por uma parcela significativa de italianos, alemães e poloneses, estes últimos ocupando, principalmente, o Estado do Paraná, bem como de uma economia extrativista madeireira que caracterizou essa região até meados dos anos 50.

Assim, somando-se os beneficiários que moram em casa mista (13,7%), verifica-se que a proporção dos que residem atualmente em moradias construídas com material apropriado eleva-se para 98,4%.

TABELA 62 - PERCENTUAL DE MORADIAS DAS FAMÍLIAS DOS BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL QUE MUDARAM-SE E DOS BENEFICIÁRIOS QUE NÃO MUDARAM-SE DE RESIDÊNCIA APÓS O RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS DA MORADIA, ACESSO À INFRA-ESTRUTURA, ACESSO A BENS DE CONSUMO E ZONA DE RESIDÊNCIA - REGIÃO SUL - 1998

ESPECIFICAÇÃO	ZONA RURAL			ZONA URBANA		
	Mudou-se de Moradia		Não Mudou de Moradia	Mudou-se de Moradia		Não Mudou de Moradia
	Moradia Anterior	Moradia Atual		Moradia Anterior	Moradia Atual	
Características da moradia						
Material das Paredes						
Alvenaria	11,98	25,75	30,15	21,95	46,83	42,58
Madeira	77,25	56,29	54,85	66,92	37,87	42,12
Mista	6,59	15,57	13,54	4,48	13,29	13,81
Outros	2,99	1,80	1,46	3,86	1,70	1,48
Condição de propriedade das moradias						
Própria	64,67	70,66	92,85	52,70	68,78	87,90
Cedida	26,35	27,54	6,92	25,04	18,55	10,16
Alugada	6,59	1,20	0,23	19,01	12,52	1,83
Acesso à Infra-estrutura						
Abastecimento de Água						
Rede Geral	23,35	19,16	12,85	48,53	94,74	94,06
Poço/Nascente	70,06	69,46	84,15	42,97	3,86	5,13
Outros	5,39	11,38	3,00	5,56	1,39	0,80
Fonte de Iluminação						
Rede Geral	71,26	88,02	88,69	73,11	98,14	98,63
Querosene/Gás	22,75	8,38	9,15	20,25	1,24	1,03
Outros	4,79	3,60	2,15	3,71	0,62	0,34
Esgoto						
Rede Geral	7,18	5,99	1,46	12,21	33,85	35,16
Fossa Séptica	18,56	31,14	32,23	25,19	38,02	38,47
Fossa Comum	53,69	55,69	58,62	49,77	26,58	24,43
Não Possui	17,37	7,18	7,62	9,89	1,55	1,94
Telefone						
Sim	1,20	4,79	11,69	6,34	16,69	21,68
Não	97,60	95,21	88,31	90,88	83,31	78,31
Acesso a Bens de Consumo Duráveis						
Fogão a gás	70,06	86,83	88,62	72,80	96,14	96,12
Fogão a lenha	80,84	82,04	91,23	67,23	47,60	53,54
Geladeira	59,28	74,85	82,92	57,03	82,38	87,78
Televisor	52,69	69,46	80,62	55,18	81,45	84,70
Rádio	81,44	85,03	91,23	72,95	84,85	87,10
Freezer	21,56	36,53	59,00	13,60	21,95	25,68
Antena parabólica	4,79	21,56	35,69	6,18	18,70	21,69
Máquinas de lavar roupas	2,99	8,98	8,61	3,55	8,96	7,76
Outros	1,80	4,79	6,62	1,39	5,72	6,96

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES - DESER

NOTAS: A diferença percentual encontrada refere-se aos beneficiários residentes em asilo e a resposta não declarada.

Do total de 2.990 domicílios (excluindo os beneficiários residentes em asilo e resposta não declarada), 2.176 beneficiários não se mudaram de domicílio e 814 se mudaram. Entre os beneficiários que não mudaram de domicílio, 876 estão no meio urbano e 1.300 no rural e, entre os que mudaram, 647 estão no meio urbano e 167 no rural.

Uma outra informação registrada no banco de dados provenientes da pesquisa de campo permite medir o nível de vida da população beneficiária e de seus

familiares no que diz respeito ao número de cômodos por domicílio. Os domicílios com até quatro cômodos representam 25,2%, o que provavelmente indica que são compostos por, no máximo, cozinha, banheiro, sala e quarto. Os beneficiários que residem em casas de cinco a seis cômodos somam 44,1%, e aqueles que moram em residências com sete a oito cômodos representam 22,7%. Portanto, em 66,8% das moradias há no mínimo dois quartos, além da sala, cozinha e banheiro. Apenas 11,5% dos beneficiários moram em casas compostas por três cômodos no máximo e 8,0% residem em casas com no mínimo nove e no máximo quinze cômodos.

Considerando o número médio de pessoas residentes por domicílio, que é de 3,2, nota-se que, em termos do número médio de cômodos por domicílio, pode-se considerar que a população referida tem um adequado nível de vida, em termos de número de pessoas por espaço ocupado, comparativamente com os padrões nacionais.

4.7.2 Condição de Propriedade das Moradias

Os dados da pesquisa de campo referentes à condição de propriedade das moradias dos beneficiários indicam que a proporção de moradias próprias é superior no meio rural, tanto em relação aos beneficiários que se mudaram de residência quanto àqueles que permaneceram, os quais representam 92,8%. Entretanto, observa-se, entre os beneficiários que se mudaram de domicílio, um aumento de 16,1% de moradias próprias no meio urbano, comparativamente ao meio rural, que representou um aumento de 6,0%.

Em contrapartida, as moradias cedidas tiveram uma redução de 6,5% entre os beneficiários residentes no meio urbano e que se mudaram de domicílio, caindo de 25,0% para 18,5%. Já, no meio rural, as moradias cedidas apresentaram um pequeno aumento de 1,2%, para os beneficiários que se mudaram de domicílio, passando de 26,3% para 27,5%. Contudo, para aqueles que não se mudaram de domicílio, a proporção de moradias cedidas é superior no meio urbano, com 10,2%, comparativamente com o meio rural, que é de 6,9%.

Os dados acima justificam, de certa forma, a permanência dessa população no meio rural, possibilitando-lhes maior alcance em termos de qualidade de vida, uma vez que a sua inclusão no meio urbano dificultaria a reprodução de seus meios de subsistência, principalmente em decorrência de sua precária inserção no mercado de trabalho urbano, dadas as especificidades e exigências que ali se configuram.

As moradias alugadas são em maior número entre os beneficiários que não se mudaram de domicílio, residentes no meio urbano, com 1,8%, comparativamente aos do meio rural, que é de 0,2%. Já entre os beneficiários que se mudaram de domicílio, há uma redução no número de moradias alugadas, tanto no meio urbano como no rural. Esses dados complementam a análise feita acima sobre a manutenção e melhoria da qualidade de vida das populações residentes no meio rural, comparativamente ao urbano.

4.7.3 Infra-Estrutura e Serviços

Neste item, procura-se avaliar a possibilidade de melhoria em termos de bem-estar da unidade familiar, medida pelas características de acesso à infraestrutura e serviços da moradia dos beneficiários. Essas características foram obtidas, na pesquisa de campo, por meio de quatro variáveis: principal forma de abastecimento de água; tipo de instalação sanitária; principal fonte de abastecimento de luz; e existência ou não de telefone particular de uso exclusivo dos moradores.

As informações relativas ao abastecimento de água indicam uma maior proporção de moradias abastecidas pela rede geral no meio urbano, tanto para os beneficiários que se mudaram de domicílio quanto para os que permaneceram nele. Entre os beneficiários que se mudaram houve um acréscimo significativo de moradias abastecidas pela rede geral, de 48,5% para 94,7%, alcançando o patamar encontrado para os beneficiários do meio urbano que não se mudaram de domicílio, 94,1%. No sentido oposto, há uma redução no acesso à rede geral de água no meio rural entre os beneficiários que se mudaram de domicílio, caindo de 23,3% para

19,2%. Contudo, esse número ainda supera a proporção de beneficiários com acesso à rede geral que não se mudaram de domicílio, que é de 12,8%.

Os domicílios abastecidos por água de poço ou nascente pertencem, majoritariamente, aos beneficiários residentes no meio rural, com 69,5% para aqueles que se mudaram de domicílio e 84,1% para os que não se mudaram, e, no meio urbano, essa relação é de 3,9% para os que se mudaram de domicílio e 5,1% entre aqueles que permaneceram no domicílio. É interessante notar a drástica redução na utilização de poços ou nascentes ocorrida nos domicílios dos beneficiários que moram na zona urbana e que se mudaram de domicílio, com 43,0% na moradia anterior, caindo para 3,9% na moradia atual, demonstrando, com isso, uma mudança qualitativa no acesso à infra-estrutura básica, ocorrida, neste caso, fundamentalmente no meio urbano. Agregando essa análise a uma outra, que se refere a outras formas de acesso ao abastecimento de água, verifica-se um acréscimo significativo entre os beneficiários do meio rural que utilizam o rio, o açude, entre outros, com 5,4% na moradia anterior e 11,4% na moradia atual. Entre os beneficiários do meio rural que não se mudaram de domicílio essa proporção é de 3,0%. No sentido oposto, há uma redução no abastecimento de água proveniente de outras fontes entre os beneficiários residentes no meio urbano, que cai de 5,6% na moradia anterior para 1,4%, na atual moradia. Vale dizer que, contrariamente à análise anterior, mostra-se aqui uma precariedade no acesso à rede geral de abastecimento de água no meio rural, o que, por sua vez, reafirma a manutenção no uso de formas tradicionais de abastecimento de água nas áreas rurais do país.

A maioria dos domicílios dos beneficiários é servida por rede geral de energia elétrica, com 88,0% na zona rural e 98,0% na urbana. A mudança de domicílio também resultou em ganho em termos de acesso à rede geral de energia, que entre os residentes da zona rural passou de 71,3% para 88,0%, e, entre os moradores da zona urbana, de 73,1% para 98,1%. A segunda maior fonte de iluminação é o querosene e/ou gás, utilizados por 8,4% a 9,2% dos moradores da zona rural. A queda no uso desse tipo de fonte nos domicílios dos beneficiários após

a mudança de domicílio é significativa, tanto no meio urbano quanto no rural. Na área urbana cai de 20,3% para 1,2%, e no rural de 22,7% para 8,4%, o que indica a ampliação desse serviço público, notadamente para a população urbana.

Quanto às condições de saneamento básico no meio rural verifica-se que houve uma redução no acesso à rede geral de esgoto entre os beneficiários que se mudaram de domicílio, caindo de 7,2% para 6,0%. Entre aqueles que não se mudaram, essa proporção é de 1,5%. A utilização de fossa séptica pelos beneficiários que se mudaram de domicílio subiu consideravelmente, passando de 18,6%, na moradia anterior, para 31,1%, na moradia atual, quase alcançando o patamar estabelecido pelos beneficiários que não se mudaram de domicílio, que é de 32,2%. Em contrapartida, a utilização de fossa comum entre os beneficiários do meio rural subiu de 53,7% para 55,7% quando se compara a moradia anterior com a atual. A proporção de beneficiários que não se mudaram de domicílio e que utilizam fossa comum é de 58,6%.

No meio urbano, ocorreu uma redução de 8,3% no número de domicílios que não tinham nenhum tipo de instalação sanitária, bem como a redução de 23,2% no número de domicílios que utilizam fossa comum, decrescendo de 49,8%, na moradia anterior, para 26,6%, na moradia atual. Mesmo assim, ainda é elevada a utilização de fossa comum, tanto entre os beneficiários que se mudaram de domicílio como para os beneficiários que não se mudaram, que correspondem a 24,4%. Essas quedas ainda não foram suficientes para alterar a situação de precariedade das condições de saneamento básico no meio urbano. A taxa de expansão da rede geral representou uma elevação de 13,2% para 33,8%, fazendo mais que dobrar o número de domicílios com acesso à rede, havendo também acréscimo no número de domicílios com fossa séptica, cujo percentual passou de 25,2% para 38%. Essas formas de instalação sanitária, qualitativamente superiores às demais, apresentaram elevação impulsionadas pela redução das formas mais rudimentares.

Por fim, ainda quanto à descrição das características da moradia e do bem-estar domiciliar, um último atributo levantado na pesquisa de campo refere-se à existência ou não de telefone particular, de uso exclusivo dos moradores do

domicílio. Os resultados da pesquisa indicaram um aumento no acesso a telefone tanto entre os beneficiários do meio rural quanto entre os do meio urbano. Entretanto, em nenhuma das zonas os beneficiários que se mudaram de domicílio conseguiram alcançar os que não se mudaram. No meio rural, 4,8% dos beneficiários que se mudaram de domicílio têm telefone e 11,7% dos que não se mudaram de domicílio também.

No meio urbano, 6,3% dos beneficiários que se mudaram de domicílio tinham telefone na moradia anterior, aumentando para 16,7% na atual moradia, e 21,7% daqueles que não se mudaram possuem telefone. Conclui-se, com isso, que houve um ganho relativo na aquisição de telefones no conjunto dos beneficiários da Previdência Social Rural, mas não a ponto de transformá-la. Ainda é grande o número de beneficiários que não têm telefone: em média 96,4% no meio rural e 80,8% no meio urbano.

De modo geral, as informações sobre o acesso das moradias aos atributos de infra-estrutura sugerem uma melhora nas características do domicílio. Contudo, ainda não se pode avaliar as transformações ocorridas como representando um alcance qualitativo de bem-estar por parte dessas famílias.

4.7.4 Acesso aos Bens de Consumo Durável

O bem-estar domiciliar dos beneficiários também pode ser dimensionado a partir das características de acesso aos bens de consumo durável, obtidas por meio da relação de utensílios domésticos existentes nas residências dos entrevistados. Os itens levantados para essa avaliação foram: fogão (a lenha e a gás), geladeira, televisor, rádio, *freezer*, máquina de lavar e antena parabólica.

No levantamento sobre a existência desse conjunto de bens duráveis em cada domicílio pesquisado, verifica-se um aumento significativo na aquisição de quase todos os produtos. A exceção fica com o item fogão a lenha entre os beneficiários residentes no meio urbano, que cai de 67,2% para 47,6%. No entanto, observa-se que 53,5% dos beneficiários que não se mudaram de domicílio e que residem no meio urbano ainda fazem uso desse bem, o qual possivelmente está

sendo utilizado no aquecimento das residências em função das baixas temperaturas que atingem a Região Sul e, também, pelo baixo custo da lenha, comparativamente a um aquecedor elétrico ou a gás.

A aquisição de geladeiras entre os beneficiários do meio rural que se mudaram de domicílio sobe de 59,3% para 74,8%, e entre aqueles que não se mudaram é de 82,9%. Entre os beneficiários do meio urbano a aquisição de geladeiras é um pouco maior, passando, da moradia anterior para a atual, de 57,0% para 82,4%. Entre aqueles que não se mudaram essa proporção é de 87,8%.

Do mesmo modo, verifica-se um aumento no número de televisores: 52,7% dos beneficiários do meio rural possuíam televisão na moradia anterior, enquanto na moradia atual são 69,5% os que a possuem. Já, entre os beneficiários que não se mudaram de domicílio, 80,6% têm televisão. Nesse mesmo sentido, verifica-se que 55,2% dos beneficiários do meio urbano tinham televisão na moradia anterior e 81,4% a possuem na moradia atual, numa proporção relativamente superior à encontrada no meio rural. Entre aqueles que não se mudaram de domicílio essa proporção é de 84,7%.

O mesmo ocorre com relação à aquisição de antenas parabólicas, que se dá em maior número entre os beneficiários do meio rural, comparativamente com os que residem no meio urbano. Na zona rural, apenas 4,8% dos beneficiários possuíam antena parabólica na moradia anterior, enquanto na zona urbana esse percentual era de 6,2%. Na moradia atual, têm antena 21,6% dos beneficiários da zona rural e 18,7% da zona urbana. Entre os beneficiários que não se mudaram de domicílio, 35,7% dos que vivem no meio rural têm antena parabólica, contra 21,7% daqueles que residem no meio urbano. A aquisição desse bem de consumo na zona rural deve-se, principalmente, a uma melhor captação de redes e canais de TV e rádio, tornando-se prioridade para a população residente no meio rural. A cultura do rádio ainda é vivenciada entre toda a população pesquisada, com o número de domicílios que possuem esse aparelho superando o daqueles que possuem aparelho de televisão.

A compra de *freezer* no meio rural é bastante superior ao que se verifica no meio urbano, principalmente entre os beneficiários que não se mudaram de domicílio, com 59,0% no meio rural e 25,7% no meio urbano. Entre os beneficiários que se mudaram de domicílio, 36,5% daqueles que residem no meio rural têm *freezer* na moradia atual, bem como 21,9% dos que residem no meio urbano. O número significativamente superior de *freezers* registrado no meio rural está relacionado à importância que esse utensílio assume em face de uma produção para auto-consumo, que necessita de conservação, dado o caráter de sazonalidade da atividade agropecuária.

Verifica-se, também, que houve um acréscimo de 6% entre os beneficiários do meio rural que utilizam máquina de lavar roupa e de 5,4% entre aqueles residentes no meio urbano. Contudo, esse crescimento ocorre em proporção bastante pequena se relacionado ao total de beneficiários, representando, em média, apenas 8,6% que possuem esse eletrodoméstico.

É possível concluir, em linhas gerais, que houve um incremento no bem-estar domiciliar associado a uma expansão dos domicílios portadores dos itens considerados mínimos à satisfação das necessidades familiares básicas, o que, por sua vez, é determinante para uma sociedade de consumidores, prevalecendo como condição intrínseca para o desenvolvimento de um capitalismo moderno.

Analisando os dados referentes às condições de acesso aos bens de consumo duráveis e à infra-estrutura, e as características da construção das moradias e sua condição de propriedade, observa-se que há uma diferença entre os beneficiários que se mudaram de domicílio e aqueles que não se mudaram no que se refere ao poder de compra desses beneficiários, sendo guardadas as particularidades pertinentes ao local de moradia em termos das especificidades regionais e culturais. É possível que os beneficiários que não se mudaram de domicílio, tanto aqueles que residem no meio rural quanto os residentes no meio urbano, tenham tido, em algum momento, um padrão de vida superior ao daqueles que se mudaram de domicílio, na medida em que se verifica, para a maioria deles, um padrão de vida melhor (ver tabela 62).

CONCLUSÃO

A partir da análise sobre os resultados obtidos na pesquisa de campo, percebeu-se a eficácia do seguro social para a população beneficiária da Previdência Social Rural, sobretudo no que se refere aos efeitos do benefício sobre a renda familiar e, conseqüentemente, sobre as condições de segurança e proteção social na manutenção da sobrevivência e reprodução, particularmente para as unidades familiares mais pobres, os idosos e as mulheres, estabelecidos em economias rurais mais débeis, redefinindo, inclusive, a renda familiar, o padrão de residência e a ocupação.

Esse sistema prima por promover uma redistribuição de renda muito importante junto a um segmento da população originária do campo e historicamente excluída das conquistas sociais do país. Os resultados da Região Sul mostram que a renda domiciliar das famílias contempladas com o seguro previdenciário estava, em média, 13,1% acima da renda domiciliar de famílias sem acesso aos benefícios pagos pelo INSS. Esta situação reforça uma avaliação positiva do programa previdenciário rural, que tem no idoso (homens de 60 anos ou mais e mulheres de 55 anos ou mais) o centro de um processo de revitalização da economia rural.

A elaboração da tipologia baseada na caracterização dos distintos sistemas de produção possibilitou a confirmação da importância do seguro universal da Previdência Social Rural nas unidades familiares inseridas nas áreas de predominância da Agricultura Familiar. A análise dos dados relativos em nível mesorregional confirma a presença significativa da população beneficiária em domicílios localizados na área rural e com inserção da mão-de-obra familiar em atividades agropecuárias, principalmente nas mesorregiões de Agricultura Familiar, assegurando, dessa forma, a manutenção da unidade familiar de produção na economia rural e a permanência dessas famílias no meio rural. Essa última afirmação, contudo, não é válida para a mesorregião Assalariamento Rural, onde se verifica que parcela significativa da população residente nos domicílios dos beneficiários encontra-se no meio urbano, com aproximadamente

40% das pessoas acima de 10 anos ocupadas em atividades essencialmente urbanas (serviços, indústria, comércio e construção civil).

Contudo, constatou-se, de modo geral, a importância do benefício previdenciário rural na sobrevivência e reprodução das famílias dos beneficiários dos domicílios pesquisados, uma vez que o peso da renda do benefício previdenciário representa, aproximadamente, 50% da renda domiciliar total em mais de 90% dos domicílios pesquisados, no conjunto das três mesorregiões. Este pode ser considerado o maior indicador de verificação da efetividade de uma política pública social, promovendo um impacto nas condições de vida da população-alvo e assegurando sua eficácia política.

A análise aqui desenvolvida teve por finalidade mostrar o alcance de uma política de resultados, no sentido de constatar a importância dessa política previdenciária rural tanto na sua dimensão de política social como na de política agrícola, assegurando os benefícios rurais para a melhoria da qualidade de vida dessa população. Contudo, para atingir esta finalidade integralmente, isto é, para atingir a eficácia da política, é fundamental assegurar a continuidade desse seguro social, que, no caso, envolve o estabelecimento de uma fonte de recursos destinados para os benefícios previdenciários rurais.

Entende-se que uma avaliação de impacto se dá a partir de processos políticos determinados que permitem avaliar os seus resultados (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986). Nesse sentido, constatou-se que a evolução do sistema de previdência rural derivou do dispositivo constitucional de 1992, que legisla sobre os benefícios da previdência social (Lei 8.213), permitindo o crescimento da população beneficiária, principalmente no período entre 1992 e 1994 (DESER, 1998), em consequência da redução do limite de idade, da relativa melhora das condições de pagamento dos benefícios, do aumento do valor do benefício rural, que de meio salário mínimo passou para 1 salário mínimo, da inclusão das mulheres trabalhadoras rurais e da extensão do benefício para os viúvos na forma de pensão. A avaliação desses impactos sobre a população-alvo leva a se considerar a política previdenciária na área rural como uma política de resultados.

Uma política de resultados remete a questões relacionadas aos princípios de justiça que norteiam a formulação e decisão de políticas e suas possíveis conseqüências nas condições de vida da população, sendo denominadas, também, como “auditoria social” (ABRANCHES, 1985), em razão do estabelecimento de ordem da moralidade pública. Em última instância, esta é a perspectiva da análise de impacto que diz respeito aos efeitos de uma política sobre a população-alvo, no sentido de estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações nas condições sociais. Por isso, a manutenção e possível ampliação da Previdência Social Rural torna-se fundamental no sentido da implementação de uma política de processo que viabilize o seu custeio.

A determinação da origem dos recursos para esse fim é uma tomada de decisão política, uma questão de *accountability*, que, à luz da teoria de governo democrático, é determinada pela responsabilidade dos governos ante todo o Estado, tornando-os responsáveis em face das necessidades dos cidadãos, garantindo, com isso, as condições políticas necessárias para o alcance dos fins almejados (RIBEIRO, 1998).

Essas condições somente podem ser estabelecidas no espaço de uma “política de processos” (nesse caso, com a implementação da lei de custeio da previdência rural) através da criação dos instrumentos necessários para que a política se efetive, pois é este o meio necessário para garantir uma “política de resultados”. O meio que resulta nas ações provenientes da política de processos é a esfera do Poder Legislativo, tanto no que compete ao corpo coletivo quanto à ação individual de cada legislador, para garantir a *accountability* democrática (NOGUEIRA, 1998).

Assim, em uma administração pública a execução detalhada e sistemática da lei é fundamental na determinação de suas metas específicas e da sua continuidade. É por essa razão que os planos e programas de ação governamental constituem políticas, e a execução detalhada de tais planos e programas é de ordem administrativa. No que diz respeito à previdência social na área rural, a política refere-se à lei dos benefícios rurais e à lei de custeio desses benefícios e sua

execução é realizada pelo órgão gestor do sistema (INSS), buscando atender às exigências de uma política social universalizada. Verifica-se, portanto, que a legislação previdenciária representa um avanço significativo em termos de política social, ampliando os benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais. No entanto, a continuidade dessa política dependerá da legislação sobre o custeio da Previdência Rural, no sentido de garantir os resultados de uma ação política com fins sociais.

Ao compartilhar da idéia de que a solução para os problemas é tanto de ordem técnica quanto de natureza política, compreende-se, neste caso, que a técnica é um recurso e que a questão central para as mudanças ocorre na esfera política. Ainda que a ênfase nas políticas sociais desenvolvidas pelo Estado se dê, num primeiro olhar, no sentido administrativo, sua natureza é, de fato, uma decisão política que envolve a idéia de responsabilização, ou seja, a capacidade de o Estado responder e ser devidamente responsabilizado pela sua ação pública. Em última instância, o princípio de governabilidade impõe uma capacidade governamental de criar regras universais e explícitas nas transações sociais, políticas e econômicas, representando, assim, a capacidade institucional que deve ter o Estado no sentido de regular interesses diversos e não ser capturado por grupos de interesses específicos que, por meio de regras formais, mostram um distanciamento entre a natureza da norma, que é um instrumento de proteção, e o império da norma, que engessa o alcance dos resultados desejáveis pela maioria da população em questão.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Relatório da reunião sobre metodologias de avaliação de programas sociais**. Brasília: IPEA/CENDEC, 1985.
- BREMAEKER, François. Brasil – um país em processo de desruralização. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro: IBAM, v.41, n.210, p.82-91, jan./mar.1994.
- DELGADO, Guilherme C. **Previdência rural**: relatório de avaliação socioeconômica. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para discussão, 477).
- DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. **O idoso e a previdência rural no Brasil**: a experiência recente da universalização. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 688).
- DESER. **Para entender a Previdência Social na área rural**. Curitiba: DESER, 1998.
- DESER. **Rumos do desenvolvimento rural brasileiro**: mapa do desenvolvimento rural na Região Sul. Curitiba: DESER, 1997.
- FIGUEIREDO, A. M. C.; FIGUEIREDO, M. F. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórico. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.1, n.3, p.107-127, set./dez.1986.
- GEHLEN, Ivaldo. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p.51-70.
- IBGE. **Censo agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- IBGE. **Censo demográfico 1970; 1980; 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973, 1983 e 1994.
- IBGE. **Contagem da população 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiês estatísticos. Brasília: INCRA: FAO, 1996.
- IPEA. **Relatório metodológico da pesquisa Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II**. Brasília: IPEA, 1999.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- RIBEIRO, Darcy Marzulo. Descentralização e políticas sociais: um novo modelo das políticas públicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.93, p.61-71, jan./abr.1998.

SILVA NETO, B. da. **As potencialidades da agricultura familiar em uma região de grandes estabelecimentos de pecuária extensiva**: uma contribuição à reflexão sobre a reforma agrária no Rio Grande do Sul. Grignon, 1994. Tese (Doutorado) - Institut National Agronomique de Paris.

VEIGA, José Eli da. Diretrizes para uma nova política agrária. In: REFORMA agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. p.19-35.

WILKINSON, John. Agroindústria e perspectiva para a produção familiar no Brasil. **Políticas Agrícolas**, México, v.2, n.1, p.101-135, 1996.

APÊNDICE 1 - FICHA DE CONTROLE DE CAMPO DO SUPERVISOR

**APÊNDICE 2 - MANUAL DA PESQUISA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
RURAL**

**APÊNDICE 3 - FICHA DE CONTROLE DE CAMPO DO
ENTREVISTADOR**

MUNICÍPIO: _____ N.º FICHA _____
 NOME DO ENTREVISTADOR: _____ NÚCLEO: _____

N.º	N.º DO FORMULÁRIO	DATA DA VISITA		N.º DE VISITAS	CONDIÇÃO DA ENTREVISTA		RAZÃO DA NÃO REALIZAÇÃO				SUBSTITUÍDO PELO FORMULÁRIO N.º	
		1.ª	2.ª		Realizada	Não Realizada	BF	ENL	DF	REC		
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												
11												
12												
13												
14												
15												
16												
17												
18												
19												
20												
21												
22												
23												
24												
25												
26												
27												
28												
29												
30												
31												
32												
33												
34												
35												
36												
37												
38												
39												
40												
41												
42												
43												

Legenda:

BF: Beneficiário Falecido

DF: Domicílio Fechado

REC: Recusa

**APÊNDICE 4 - MANUAL DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE
CAMPO**

APRESENTAÇÃO

A pesquisa sobre Previdência Rural que o IPEA vem conduzindo internamente desde 1996 evolui no Projeto Avaliação Sócio-econômica e Regional da Previdência Rural - Fase II, para o trabalho de campo. Tal trabalho consistirá de 6 mil entrevistas úteis, nas Regiões Nordeste e Sul, sobre as condições de subsistência, residência, trabalho e rendimentos dos beneficiários da Previdência Rural e de suas famílias, avaliando-se destacadamente o papel desses benefícios previdenciários sobre as condições econômicas e sociais de reprodução dessas unidades familiares.

Os objetivos do trabalho em verdade bifurcam-se em dois grandes eixos propositivos. Em primeiro lugar, deseja-se conhecer a própria eficácia do seguro social para idosos e inválidos do meio rural na forma universal "restrita" que este seguro assumiu a partir da regulamentação da Constituição de 1988. Em segundo lugar, deseja-se por à prova algumas hipóteses sobre as condições de vida, de trabalho e de produção das unidades familiares afetadas por este seguro social, indagando-se especificamente sobre suas condições de segurança social e inserção na economia rural, induzidas pelos benefícios previdenciários.

Outras determinações relevantes, quer seja a estrutura regional da economia familiar rural das Regiões Nordeste e Sul do país, com suas diferenças sociais, econômicas e edafo-climáticas, quer sejam as formas de organização e cooperação interfamiliares, são também incorporadas ao questionário de pesquisa e igualmente testadas em seus significados explicativos.

O Manual de Instrução ao Entrevistador que ora se oferece ao público usuário é uma peça imprescindível ao bom exercício do procedimento da entrevista. Como parte de um conjunto de outras etapas de pesquisa, serve de subsídio ao entrevistador. Deve-se atentar para o núcleo do questionário e as explicações de cada uma de suas seções, e dentro destas, para cada pergunta, a fim de melhor aferir o sentido dos objetivos gerais e específicos do Projeto.

1 ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO PADRÃO

A estrutura formal do questionário de pesquisa está construída em nove blocos, buscando cumprir as seguintes funções:

Bloco 1

Contém a etiqueta de identificação do formulário de pesquisa, com todas as anotações de identificação do domicílio e do beneficiário, além das informações de controle do entrevistador, supervisor e digitador.

O nome do entrevistador é aqui identificado e se pergunta diretamente sobre sua relação com o beneficiário da previdência (o entrevistado e o beneficiário podem não ser a mesma pessoa).

Bloco 2 - Identificação do Beneficiário

Neste bloco, identifica-se explicitamente o beneficiário da previdência, sobre quem versarão todas as questões subseqüentes: endereço, residência, sexo, idade, estado civil e grau de instrução. Também nos demais blocos, sempre que não se explicita anotações em contrário, as questões versarão sobre o beneficiário e sua situação. Indaga-se também neste bloco sobre o Ramo de Atividade e a Relação de Trabalho imediatamente anterior à aposentadoria ou pensão.

Bloco 3 - Seguro Previdenciário

Este bloco de 18 questões contém o núcleo central da pesquisa sobre previdência. As idéias subjacentes às questões propostas, susceptíveis de corroboração ou rejeição, podem ser assim descritas:

- a) tipos e número de benefícios recebidos - questão 14;
- b) condição de efetividade de seguro previdenciário rural:
 - grau de dificuldade no acesso - questões 16, 17 e 18;
 - demora, dificuldades e distância na percepção - questões 15, 20, 21, 24, 25 e 26;
 - grau de desfrute do benefício (regularidade, pontualidade e antigüidade) - questões 15, 19, 20, 21, 22 e 23.

- c) condições de universalidade do seguro (idosos e inválidos rurais de ambos os sexos, independentemente da capacidade contributiva) questões 26, 27, 28, 29 , 30 e 31.

Bloco 4 - Domicílio

Neste bloco, tenta-se captar as informações do domicílio sob vários aspectos: demográficos, habitacionais, migratórios, etc. Mas dentro do contexto das hipóteses de pesquisa, há algumas poucas relações que são claramente prioritárias:

- a) houve mudança de domicílio induzida pela situação de aposentadoria ou pensão - questões 34, 35, 36 e 37 (checagem do tempo de benefício da questão 15 e tempo de residência da questão 33);
- b) mudança de domicílio implica em migração - questões 36, 03, 04, 05 e 06;
- c) a migração se dá de qual origem para qual destino - questões 36, 04, 05 e 06;
- d) a mudança de domicílio implica melhoria das características da habitação - questões 38 a até 38s (constrói-se o índice de Melhoria Comparativa).

Bloco 5 - Relações Familiares e Organização Social

As questões deste bloco buscam captar as relações de gratuidade, cooperação intra e interfamiliares e o grau de organização associativa de que partilham ou participam as famílias pesquisadas. Este conjunto de questões qualifica as condições de reprodução da economia familiar, permitindo associar algumas variáveis que contribuem positiva ou negativamente para a geração do excedente de renda sobre o consumo básico. Nesse sentido, a questão 40 permite aferir o peso dos dependentes (pessoas sem rendimentos monetários residentes no domicílio). As questões 41, 42 e 43 e 44 aferem o grau de ajuda mútua prestada pelo beneficiário e finalmente as formas de associação, cooperação e/ou organização grupal de que participa (45 e 46).

O subconjunto de questões sobre ajudas concedidas (questões 41, 42, 43 e 44) deve estar associado no Plano Tabular às várias ajudas recebidas (fontes 4 e

5 da questão 52 sobre rendimentos e questões 56 e 57 sobre produtos obtidos para o autoconsumo). Esses cruzamentos evidenciariam estratégias cooperativas dos familiares que, conquanto não se originem de motivação econômica (mercantil), ajudam a explicar as condições de reprodução econômica da família.

Bloco 6 - Relações do Beneficiário com a Atividade Econômica

As questões deste bloco indagam sobre a ligação atual do beneficiário ou da família da qual ele é membro, com as atividades nominadas exercidas em estabelecimentos rurais controlados pela família (questões 47 e 48).

Essa ligação é explicitamente inquerida na questão 50, sobre a utilização da renda da aposentadoria ou pensão nas atividades produtivas das famílias.

Por outro lado, as questões relativas ao autoconsumo (questões 56 e 57), deslocadas para o bloco 9 (Rendimentos e Autoconsumo), complementam este tópico 6, uma vez que dizem respeito direta ou indiretamente à relação do beneficiário com as atividades produtivas ou de autoconsumo no meio rural.

Finalmente no bloco ocupacional (bloco 7) e nas questões relativas aos rendimentos, ficariam evidenciadas todas as relações de trabalho, produção e remuneração dos membros da família (e não apenas do beneficiário).

Observe-se que o confronto do bloco 3 com as questões do bloco 6 e complementos mencionados permite testar com abundante informação as hipóteses independentes do seguro de renda e de transferência de renda exercidos pelos benefícios previdenciários sobre a economia familiar rural.

Blocos 7 e 8 - Ocupação e Rendimentos

O conjunto das questões desses dois blocos apresenta importante informação sobre a situação ocupacional e as formas e fontes dos rendimentos da população pesquisada: familiares de aposentados e pensionistas rurais.

A base de dados é passível de ser utilizada para inúmeras finalidades de pesquisa, uma vez que as perguntas principais do bloco de rendimentos são mais detalhadas e abrangentes que as perguntas correlatas da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD). Contudo, para os propósitos específicos desta pesquisa,

os blocos 7 e 8 permitem quantificar e qualificar as fontes de ocupação e renda que se agregam aos rendimentos oriundos da inatividade.

Observe-se que somente a partir desses blocos irão surgir as formas de inserção econômica dos, demais membros da família: ocupação, relações de trabalho, ramo de atividade, remuneração, etc. Todas essas informações, confrontadas com as informações relativas a gastos familiares (bloco 9), irão permitir quantificar um conceito-chave da pesquisa, que é o excedente (ou déficit) de todas as fontes de renda sobre o nível de consumo corrente básico daquela família.

A pesquisa persegue as hipóteses de que a reprodução simples ou a reprodução ampliada da economia familiar (medidas pelo não-déficit ou excedente) são determinadas por variáveis independentes claramente identificáveis na estrutura do questionário:

1. acesso a benefícios rurais;
2. acesso a benefícios "universalizados";
3. diferenças regionais caracterizadas;
4. grau de cooperação e organização familiar.

É possível isolar no bloco 7 as fontes de renda dos inativos relativamente às demais fontes. É possível ainda identificar outras fontes de renda e o autoconsumo alimentar que de certa forma são reforçados ou fomentados pela presença desse seguro de renda dos inativos.

Isso posto, o Plano Tabular procederá a todos os cruzamentos dos diversos blocos de questões precedentes com as questões enunciadas nos blocos 7 e 8, de forma a testar as hipóteses em consideração.

Ressalte-se, contudo, que a quantificação do excedente, a distinção e caracterização das unidades familiares enquanto Unidades de Consumo, Unidades de Trabalho Externo e Unidades de Produção somente se concretizam com a incorporação das informações levantadas no último bloco.

Bloco 9 - Utilização dos Rendimentos e Autoconsumo

Conceitos-Chave: Autoconsumo (questões 56 e 57)

Gastos ou perdas extraordinárias (questões 58, 59, 60 e 61)

Gastos normais correntes de: consumo, produção e outros (questão 62)

Bens adquiridos (questão 63)

Bens vendidos (questão 64)

Dívidas da família (questão 65)

Os blocos 8 e 9 relativos a Rendimentos e Utilização de Rendimentos e Autoconsumo, respectivamente, permitem a quantificação de toda a remuneração dos membros da unidade domiciliar no primeiro caso; e em seguida a utilização desses rendimentos em gastos correntes (de consumo, de produção e outros), em condições normais e em situações extraordinárias.

Observe-se que a partir desses dados pode ser utilizado o conceito de excedente (ou déficit) da renda familiar com relação aos gastos de consumo corrente caracterizados como normais. Esse excedente, quando existe, é identificado como gastos em itens de produção, "ajuda a parentes e amigos", "equipamento doméstico" e "outros"; mas poderá também ser um gasto ou perda extraordinária em bens de consumo identificados nas questões anteriores. A variada série de situações de utilização do excedente não permite *a priori* reconhecer o estilo de reprodução social e econômica da unidade familiar, sem antes analisar suas relações sociais.

Por outro lado, a situação de déficit dos rendimentos relativamente às despesas de consumo normais (itens 1 a 8) evidencia uma situação de insuficiência das fontes de renda em face das necessidades mínimas da família, caracterizando exemplo daquilo que se denomina "não reprodução simples" da unidade familiar em quaisquer das situações caracterizadas: Unidade de Consumo (inativa), Unidade de Trabalho Externo e Unidade de Produção e Autoconsumo.

Por último, as informações sintéticas sobre compra e venda de bens pela família nos últimos 12 meses e a situação de endividamento familiar esclarecem sobre mudanças de situação patrimonial, explicando os resultados de orçamento de despesas e rendas. Contradições muito fortes, porventura constatadas na crítica aos questionários aplicados, devem suscitar esclarecimentos dos supervisores de campo ou eventual retomo ao domicílio.

2 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS

2.1 DELIMITAÇÃO DO MELHOR INFORMANTE

O êxito de uma pesquisa depende fundamentalmente da etapa em que as informações são coletadas. Um erro básico cometido nesta etapa dificilmente pode ser corrigido a contento nas fases subseqüentes. Ademais, em uma pesquisa com abordagem amostral, um dado errôneo se multiplica pelo número de elementos da população que representa. Este fato exige uma atenção redobrada por parte do entrevistador.

O primeiro passo para assegurar a qualidade da pesquisa na etapa de entrevista é localizar corretamente as unidades domiciliares da amostra. A realização de entrevistas em domicílios que não são aqueles selecionados para a amostra acarreta sérias tendenciosidades nos resultados da pesquisa. Nesse sentido, deve o entrevistador obedecer Q todos os procedimentos recomendados para a localização do domicílio selecionado, conforme descrito neste manual.

Nas questões relacionadas nos blocos I a 6, o beneficiário é o melhor informante a respeito de suas próprias características, exceto em casos especiais: invalidez com comprometimento na fala, audição e/ou no raciocínio, ou quando tratar-se de crianças (pensionistas), com idade inferior a 10 anos. Nesses casos, o entrevistador deve, criteriosamente, verificar qual, dentre os moradores presentes, é a pessoa mais capacitada a prestar, com segurança, as informações referentes ao beneficiário.

Para as questões contidas nos blocos 7 e 8, que devem ser respondidas por todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade, também deve ser observado o princípio de que "cada pessoa é o melhor informante a respeito de suas próprias características". Entretanto, quando certas circunstâncias impedirem ou dificultarem a realização da entrevista com todos os moradores, o entrevistador deve buscar entrevistar o chefe do domicílio ou pessoa indicada pelos moradores como conhecedora da realidade de todos os residentes.

Quanto às questões do bloco 9, que são endereçadas ao "chefe do domicílio", o entrevistador deve identificá-lo a partir de pergunta formulada para as pessoas que residem no domicílio. Não esquecer que o chefe do domicílio é o morador (homem ou mulher) responsável pelo domicílio, ou pela família, e que seja assim considerado pelas demais pessoas que ali residem. Será comum a ocorrência de que o chefe do domicílio e o beneficiário sejam as mesmas pessoas. Na impossibilidade de obter as respostas do próprio chefe do domicílio, o entrevistador deve solicitar que o mesmo indique uma pessoa que por ele possa responder. Caso o chefe do domicílio não estiver presente, deve-se buscar saber quando o mesmo encontrar-se-á em casa e retomar para complementar as informações.

O retorno para completar informações é um aspecto rotineiro do trabalho do entrevistador, consciente de que aceitar respostas imprecisas para evitar voltar ao domicílio traz conseqüências negativas para os resultados da pesquisa.

2.2 SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS A SEREM ENTREVISTADOS

As entrevistas deverão ser realizadas a partir dos 20 formulários recebidos com as folhas de rosto grampeadas. Os beneficiários ali identificados foram sorteados a partir do Cadastro do Ministério da Previdência Social, segundo critérios estatísticos.

Cada formulário contém uma etiqueta de identificação onde consta:

- a) NDF (Número do Formulário) - composto de seis casas onde: o primeiro dígito é alfabético "**S**" e identifica a região da pesquisa, ou seja, Sul; os quatro dígitos seguintes vão de 0001 a 4500, numeração dos formulários; o último dígito identifica a amostra, ou seja, se principal (1) ou secundária (2);
- b) Estado: representado pela sigla do mesmo;
- c) MR: representa as microrregiões definidas para a determinação dos estratos onde: 01 - agricultura familiar de subsistência, 02 - agricultura familiar consolidada e 03 - assalariamento rural;

- d) Município: nome do município onde serão realizadas as entrevistas;
- e) Código do município do IBGE;
- f) Nome do beneficiário;
- g) Endereço do beneficiário;
- h) Data do início do benefício;
- i) Espécie de benefício recebido.

Eventuais substituições, quando necessárias, só poderão ser realizadas se obedecidos os seguintes critérios:

- 1) caso o beneficiário da previdência social rural, principal sujeito da pesquisa, estiver viajando, hospitalizado ou ausente da cidade durante o período de vigência da pesquisa no município;
- 2) caso o beneficiário se recuse, terminantemente, a responder o formulário, mesmo após o entrevistador haver explicado os objetivos do trabalho;
- 3) em caso de não-identificação do endereço e do beneficiário, primeiramente, contatar o Sindicato, a Agência do Correio e a Companhia de Energia Elétrica para, somente então, efetuar a substituição;
- 4) em caso de morte do beneficiário;
- 5) caso o domicílio esteja fechado sem previsão dos moradores voltarem.

Todos os casos de substituição deverão ser checados pelos supervisares.

Os procedimentos para a realização da substituição de entrevistados deverão ser os seguintes:

- 1) somente efetuar substituições a partir da listagem de dez beneficiários suplementares entregues no treinamentos;
- 2) deve ser observado o caráter aleatório da amostra, ou seja, deve-se seguir a ordem numérica seqüencial dos formulários para efetuar a substituição, e não priorizar as visitas em domicílios de mais fácil acesso em detrimento de outros mais afastados da sede.

3 ATUAÇÃO DO ENTREVISTADOR⁷

3.1 FUNÇÃO E QUALIDADES DO ENTREVISTADOR

A função do entrevistador consiste na execução da coleta de informações, na área para a qual foi designado. De sua atuação correta e diligente depende, em grande parte, o êxito da pesquisa, porque a qualidade da informação obtida não é suscetível de aperfeiçoamento nas fases subseqüentes de apuração e divulgação dos resultados.

São qualidades essenciais ao entrevistador: bom senso, cordialidade, rapidez de raciocínio e alta responsabilidade.

Constituem motivo de demissão sumária, sem prejuízo da aplicação de outras sanções legais, a quebra de sigilo das informações, a aplicação de formulários junto a pessoas não selecionadas na amostra, o registro de pessoas inexistentes, a omissão proposital de informações, a conciliação de atividades de venda, a angariação de assinaturas para "causas especiais" e outros não relacionadas diretamente com a pesquisa, durante o período de coleta.

3.2 PRINCIPAIS TAREFAS

As principais tarefas do entrevistador são:

- a) preparar o material para a coleta de entrevista;
- b) localizar corretamente as unidades domiciliares selecionadas para a amostra;
- c) realizar as entrevistas seguindo rigorosamente as instruções;

⁷As informações contidas nesta seção basearam-se em IBGE, Rio de Janeiro - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD 1996: Manual de Entrevista e de IBGE, Rio de Janeiro - X Recenseamento Geral do Brasil, 1990, Manual do Recenseador. Vale ressaltar que os textos em referência sofreram adaptações para o propósito desta pesquisa, em que pese a estrutura e parte do conteúdo terem sido mantidos.

- d) entregar ao supervisor os questionários corretamente preenchidos;
- e) fazer verificações de entrevistas, sempre que necessário; e
- f) comunicar ao supervisor os problemas encontrados na realização do trabalho;
- g) preencher a "Ficha de Controle de Campo do Entrevistador".

3.3 DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ENTREVISTADOR

O entrevistador é o representante de sua instituição contratante junto às pessoas pesquisadas. Os principais deveres e responsabilidades que o entrevistador assume nesta qualidade são descritos em seguida.

3.3.1 Guardar o Sigilo das Informações

É essencial que o entrevistador conscientize-se de que o seu trabalho exige sigilo das informações que pesquisa.

Para garantir a inviolabilidade das informações, o entrevistador não deve permitir que outra pessoa não autorizada o acompanhe quando estiver realizando o seu trabalho.

O entrevistador também não pode mencionar fatos sobre as pessoas pesquisadas, nem permitir que os questionários e anotações referentes aos domicílios investigados sejam vistos por pessoas estranhas ao serviço que realiza, inclusive parentes, amigos e moradores em outras unidades levantadas.

3.3.2 Criar um Clima de Cordialidade

O entrevistador deve despertar a confiança e o interesse dos informantes, tratando-os com cortesia e respeito em relação às suas crenças. Ser discreto na aparência e cordato no relacionamento com as pessoas entrevistadas cria um ambiente favorável ao trabalho que desenvolve.

A conversa deve ser cordial e direcionada para a pesquisa, evitando assuntos alheios ao levantamento que possam causar constrangimento às pessoas pesquisadas.

O entrevistador deve estar consciente da importância do trabalho que realiza para transmiti-lo nos contatos com os informantes.

Cabe ao entrevistador sempre tentar convencer o informante com cortesia, mostrando-lhe a importância de sua participação para o conhecimento do segmento pesquisado e destacando a garantia do sigilo em relação às informações.

É vedado ao entrevistador conciliar atividades de cunho político, de vendas ou quaisquer outras que não sejam específicas da função que está desempenhando. O desrespeito a essas normas implicará afastamento do entrevistador da pesquisa.

3.3.3 Roteiro para o Trabalho de Entrevista

Os conceitos, critérios, procedimentos e definições estabelecidos devem ser rigorosamente obedecidos no momento em que o entrevistador investigar e efetuar os registros.

Em nenhum momento, o entrevistador deve deixar-se levar por seus conceitos pessoais ou oriundos de outros levantamentos.

Em caso de dificuldade no entendimento das perguntas, o entrevistador deve esclarecê-las aos informantes, tendo todo o cuidado para não influenciar as respostas.

A comparabilidade dos resultados entre as duas macrorregiões pesquisadas depende do rigor com que esses preceitos sejam seguidos.

Nesse sentido, o roteiro indicado a seguir visa auxiliar o entrevistador no desenvolvimento de suas tarefas de localização dos domicílios a serem visitados e de preparação para a realização da coleta de dados.

- a) Antes de sair para realizar as entrevistas:

- confirme se já possui a localização de todos os domicílios que serão visitados;
 - lembre-se que para o sucesso da pesquisa os beneficiários pesquisados deverão ser, prioritariamente, os 20 primeiros nomes;
 - planeje o roteiro de visitas aos domicílios que irá pesquisar.
 - programe-se para eventuais necessidades de substituição, incluindo em seu roteiro nomes e endereços de beneficiários que residam próximos daqueles que foram selecionados para à tarefa diária; e
 - verifique se está de posse de todos os instrumentos e documentos necessários para a realização das tarefas do dia.
- b) No primeiro contato com os moradores, logo após os cumprimentos, devem ser passadas as seguintes informações:
- diga o seu nome, apresente o seu cartão de identificação e esclareça para qual instituição trabalha;
 - explique os objetivos da pesquisa e fale da garantia do sigilo das informações para convencer os moradores da importância de responder a todas as perguntas corretamente.
- c) Durante as entrevistas mantenha a seguinte conduta:
- formule as perguntas com cordialidade, mas de modo objetivo. Não discuta política ou qualquer outro assunto polêmico. Dê toda a atenção ao seu trabalho;
 - procure obter a cooperação de todos os moradores;
 - não prolongue a entrevista com conversas não pertinentes à pesquisa para não cansar os informantes;
 - não influencie a resposta do informante formulando uma pergunta que já sugira uma resposta. Exemplo: "É claro que o Senhor necessitou de ajuda para receber o benefício, não é?". Este tipo de abordagem pode levar o informante a dar uma resposta afirmativa, sem se preocupar em responder corretamente.

- nunca demonstre que já sabe a resposta. Faça a pergunta e só ajude o informante se for necessário. Nesta situação, esclareça sem induzir ou, se for o caso, dê as alternativas sem enfatizar nenhuma delas;
 - não demonstre, pelo seu tom de voz ou expressão facial, surpresa ou desaprovação;
 - ouça o informante com atenção;
 - evite que o informante fique constrangido em prestar informações diante de terceiros. Se alguma visita chegar durante a entrevista, coloque o informante à vontade para interrompê-la, prontificando-se a retomar ao domicílio, em outra hora, para prosseguir com a entrevista;
 - lembre a garantia do sigilo das informações ao perceber relutância do informante em responder alguma pergunta; e
 - registre todas as respostas no momento da entrevista, para não esquecê-las.
- d) No encerramento da visita, observe os seguintes pontos:
- verifique se algum quesito deixou de ser preenchido nos questionários;
 - se for retomar para completar a pesquisa combine com o(s) informante(s) o dia e a hora da próxima visita. Recapitule, se for o caso, as informações que estão faltando para concluir a entrevista;
 - ainda que tenha concluído a entrevista, avise que, eventualmente, poderá retomar ao domicílio para sanar alguma dúvida;
 - agradeça aos moradores a colaboração recebida.

APÊNDICE 5 - PESQUISA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL



PESQUISA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

Etiqueta

Ndf – estado — mr – município – endereço – nome beneficiário – dib - espécie

01 Nome do Entrevistado

.....

02 Grau de Parentesco do entrevistado com o beneficiário da Previdência

- 01 Próprio
 02 Cônjuge
 03 Filho(a)
 04 Parente/afim
 05 Agregado
 98 Outros (especificar)

	Nome	Rubrica
Entrevistador		
Supervisor		
Crítico		
Digitador		

	Data	Rubrica
1ª visita		
2ª visita		
Devolução		
Checagem		

BLOCO 2 – IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

03 Endereço Atual

01 O mesmo do cadastro

98 Outro (especificar):

04 A residência encontra-se

01 Zona Urbana

02 Zona Rural → Pule para a questão 6

05 Zona Urbana

01 Cidade

02 Sede Distrital

03 Áreas Urbanizadas Isoladas

06 Zona Rural

01 Povoado ou Aglomerado

02 Núcleo

03 Moradia Isolada

98 Outros (especificar)

07 Sexo

01 Masculino

02 Feminino

08 Idade

..... anos

09 Estado Civil ou Conjugal

01 Casado

02 Solteiro

03 Viúvo

04 Divorciado/Desquitado

05 Separado

06 Juntos

98 Outros (especificar)

10 O Sr.(a) frequenta/frequentou alguma escola?

01 Sim, e sabe ler e escrever

02 Sim, mas não sabe ler nem escrever

03 Não, mas sabe ler e escrever → Pule para a questão 12

04 Não, e não sabe ler nem escrever → Pule para a questão 12

05 Não, mas sabe assinar o nome → Pule para a questão 12

11 Nível de Escolaridade do Beneficiário

- 01 1ª a 4ª Série Incompleto (antigo primário)
- 02 1ª a 4ª Série Completo (antigo primário)
- 03 5ª a 8ª Série Incompleto (antigo ginásio)
- 04 5ª a 8ª Série Completo (antigo ginásio)
- 05 2º Grau Incompleto
- 06 2º Grau Completo
- 07 Nível Técnico
- 08 Nível Superior
- 09 Mobral
- 98 Outros (especificar)

12 Qual o Ramo de Atividade da última ocupação exercida nos 12 meses anteriores ao recebimento do Benefício?

- 01 Agropecuária
- 02 Extrativismo e Floresta
- 03 Pesca
- 04 Mineração
- 05 Indústria
- 06 Comércio
- 07 Serviços
- 08 Transporte
- 09 Construção Civil
- 10 Produção Doméstica (artes ou indústria caseira)
- 11 Domicílio (serviços domésticos)
- 98 Outros (especificar)

13 Qual a Relação de Trabalho na última ocupação exercida nos 12 meses anteriores ao recebimento do Benefício?

- 01 Conta Própria
- 02 Assalariado
- 03 Meeiro/Parceiro
- 04 Arrendatário
- 05 Diarista
- 06 Ganho por Produção
- 07 Ganho por Empreitada
- 08 Membro não remunerado da família
- 09 Empregador
- 98 Outros (especificar)

BLOCO 3 – SEGURO PREVIDENCIÁRIO

Atenção: nas **questões de 15 a 22**, em caso de duplicidade no recebimento de benefícios, considerar apenas o **Benefício Principal**, ou seja, aquele relacionado à **Aposentadoria** (por idade ou invalidez).

14 Que tipo de benefício mensal recebe atualmente da Previdência Social ou do antigo FUNRURAL? (marque até 3 respostas se necessário)

- 01 Aposentadoria por Idade
- 02 Aposentadoria por Invalidez
- 03 Pensão por Morte
- 04 Renda Mensal Vitalícia
- 98 Outros (especificar)

15 Desde que data recebe este benefício? (o Benefício Principal).

.....
 mês ano

16 Quanto tempo demorou da solicitação do benefício principal até sua concessão pelo INSS ou antigo FUNRURAL?

.....
 anos meses dias

17 Enfrentou algum problema para ter acesso ao benefício? (marque até 3 respostas se necessário)

- 01 Desconhecimento dos direitos do trabalhador
- 02 Desatenção ou desinformação dos funcionários do INSS ou do Correio
- 03 Dificuldade para comprovar idade
- 04 Dificuldade para comprovar atividade rural (documentação ou entrevista)
- 05 Dificuldade para comprovar invalidez
- 06 Dificuldade para juntar os documentos exigidos pelo INSS
- 07 Não enfrentou problemas
- 98 Outros (especificar):

18 Informe se o Sr.(a) recebeu ajuda de alguma pessoa, autoridade ou órgão para encaminhar o pedido do benefício (marque até 3 respostas se necessário).

- 01 Associação
- 02 Sindicato de trabalhadores rurais
- 03 Liderança política ou local
- 04 Prefeito
- 05 Igreja
- 06 ONG
- 07 Autoridade local (juiz, promotor ou delegado de polícia)
- 08 Proprietário rural (empregador)
- 09 Não recebeu colaboração
- 98 Outros (especificar):

19 Nos últimos dois anos recebeu em todos os meses o Benefício Principal?

01 Sim 02 Não**20 O Benefício Principal tem sido pago em data certa?** 01 Sim 02 Não**21 Quando acontece algum atraso de pagamento do Benefício Principal, qual a sua duração?** 01 Nunca atrasa 02 Menos de 7 dias 03 De 7 a 14 dias 04 De 15 a 30 dias 05 De 30 a 60 dias 06 Mais de 60 dias**22 Quem retira o pagamento do benefício?** 01 O próprio Beneficiário 02 Outra Pessoa por procuração 03 Parentes ou Amigos sem procuração**23 Como o benefício é retirado?** 01 Com cartão do banco 02 Com carnê do banco 03 No correio (carnê) 98 Outro
(especificar):**24 Recebe o benefício na mesma localidade onde reside?** 01 Sim 02 Não**25 Qual a distância aproximada entre sua residência e o local onde recebe o benefício?**

..... km

26 Quantas pessoas no domicílio (além do beneficiário identificado) recebem mensalmente algum tipo de benefício pago pela previdência social?

..... pessoas

 00 Nenhuma

→ Pule para questão 28

38e Qual o número de cômodos da moradia atual?

38f Qual o número de cômodos da última moradia?

38g A atual moradia é:

38h A última moradia era:

- 01 Própria
- 02 Alugada
- 03 Cedida
- 98 Outro (especificar):

- 01 Própria
- 02 Alugada
- 03 Cedida
- 98 Outro (especificar):

38i A principal forma de abastecimento de água da moradia atual é:

38j A principal forma de abastecimento de água da última moradia era:

- 01 Rede Geral
- 02 Torneira pública ou chafariz
- 03 Carro-pipa
- 04 Cisterna
- 05 Poço ou Nascente
- 06 Rio, Açude ou Barreiro
- 07 Água do vizinho
- 98 Outro (especificar):

- 01 Rede Geral
- 02 Torneira pública ou chafariz
- 03 Carro-pipa
- 04 Cisterna
- 05 Poço ou Nascente
- 06 Rio, Açude ou Barreiro
- 07 Água do vizinho
- 98 Outro (especificar):

38l O principal tipo de instalação sanitária da moradia atual é:

38m O principal tipo de instalação sanitária da última moradia era:

- 01 Rede geral
- 02 Fossa séptica
- 03 Fossa comum (rudimentar)
- 04 Não tem
- 98 Outro (especificar):

- 01 Rede geral
- 02 Fossa séptica
- 03 Fossa comum (rudimentar)
- 04 Não tem
- 98 Outro (especificar):

38n O principal tipo de abastecimento de luz da moradia atual é:

38o O principal tipo de abastecimento de luz da última moradia era:

- 01 Com acesso a rede geral
- 02 Com acesso a motor
- 03 A querosene
- 04 Não tem
- 98 Outro (especificar):

- 01 Com acesso a rede geral
- 02 Com acesso a motor
- 03 A querosene
- 04 Não tem
- 98 Outro (especificar):

38p A moradia atual tem telefone:

38q A última moradia tinha telefone:

- 01 Sim
- 02 Não

- 01 Sim
- 02 Não

38r A moradia atual possui quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta se necessário):

- 01 Fogão a lenha
- 02 Fogão a gás
- 03 Geladeira
- 04 Televisor
- 05 Rádio
- 06 Freezer
- 07 Antena Parabólica
- 98 Outro (especificar):

38s A última moradia possuía quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta se necessário):

- 01 Fogão a lenha
- 02 Fogão a gás
- 03 Geladeira
- 04 Televisor
- 05 Rádio
- 06 Freezer
- 07 Antena Parabólica
- 98 Outro (especificar):

-

-

-

-

-

-

-

-

BLOCO 5 – RELAÇÕES FAMILIARES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

39 Quem é o chefe do domicílio onde reside o Beneficiário:

- 01 O próprio
- 02 Cônjuge
- 03 Filho
- 04 Filha
- 05 Pai
- 06 Mãe
- 07 Parentes/afins
- 98 Outro (especificar):

40 Qual o número de pessoas sem rendimentos monetários residentes no domicílio?

- 01 Total
- 02 Homens
- 03 Mulheres

41 O Beneficiário ajudou alguém economicamente fora do domicílio nos últimos 12 meses?

- 01 Sim
- 02 Não  Pule para a questão 43

42 Quantas pessoas?

..... pessoas

43 Qual das formas de ajuda descritas abaixo praticou nos últimos 12 meses (marque até 3 respostas, se necessário):

- 01 Prestação de serviços gratuitos
- 02 Mutirão de trabalho
- 03 Atendimento a pessoa doente ou carente
- 04 Cessão de equipamento ou material de trabalho
- 05 Ajuda em espécie
- 06 Nenhuma
- 98 Outro (especificar):

44 Indique as principais categorias de produtos doados nos últimos 12 meses (marque até 3 respostas, se necessário): 01 Alimentos e Material de Higiene e Limpeza 02 Vestuário e Calçado 03 Remédios 04 Material Escolar 05 Insumos 06 Utensílios Domésticos 98 Outro (especificar):

.....
.....
.....

45 O Beneficiário participa de algum grupo ou associação dentre as citadas abaixo? (marque até 3 respostas, se necessário): 01 Associação de Produtores Rurais 02 Cooperativas de Produtores Rurais 03 Sindicato de Trabalhadores Rurais 04 Conselhos Municipais de Programas Governamentais 05 Movimentos Sociais Organizados 06 Grupos informais (grupo de mulheres, grupo de jovens, grupo de idosos - etc.) 07 Não participa → Pule para a questão 47 98 Outro
(especificar):

.....
.....
.....

46 Quais as principais atividades oferecidas pelas entidades que participa? (marque até 3 respostas, se necessário) 01 Assistencial 02 Social e Recreativo 03 Prestação de Serviços ou Apoio à Produção 04 Defesa de Direitos 98 Outro
(especificar):

.....
.....
.....

BLOCO 6 – RELAÇÃO DO BENEFICIÁRIO COM A ATIVIDADE ECONÔMICA

47 O beneficiário ou alguém residente no mesmo domicílio é responsável atualmente por estabelecimento rural?

01 Sim

02 Não

—————▶ Pule para o bloco 7

48 Indique a atividade rural predominante ou se o estabelecimento está inativo.

01 Agricultura

—————▶ Pule para a questão 50

02 Pecuária

—————▶ Pule para a questão 50

03 Horticultura

—————▶ Pule para a questão 50

04 Agropecuária

—————▶ Pule para a questão 50

05 Agroindústria

—————▶ Pule para a questão 50

06 Coleta ou extração vegetal

—————▶ Pule para a questão 50

07 Pesca

—————▶ Pule para a questão 50

08 Turismo

—————▶ Pule para a questão 50

09 Inatividade Completa

—————▶ Passe para a questão 49

98 Outro
(especificar):

—————▶ Pule para a questão 50

49 Indique a causa do abandono deste estabelecimento.

.....

.....

.....

.....

.....

50 O beneficiário utiliza de alguma maneira a renda da aposentadoria ou pensão para manutenção da atividade rural citada?

01 Sim

02 Não

—————▶ Pule para a questão 52

51 Em quais das formas abaixo o Beneficiário utiliza a renda do seu Benefício Principal?

01 Custeio da atividade produtiva da família

02 Compra de máquinas e/ou equipamentos

98 Outro
(especificar):

.....

.....

BLOCO 7 – QUADRO OCUPACIONAL

As questões deste bloco devem ser respondidas pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade ou por alguém que por elas possa responder, inclusive pelas que não exerceram nenhum tipo de trabalho nos últimos 12 meses.

52 Quadro ocupacional para as pessoas de 10 anos ou mais relativo aos últimos 12 meses (inclusive beneficiário)

- d. Quantos meses trabalhou nos últimos 12 meses?
 e. Qual a sua ocupação principal?
 f. Qual a relação de trabalho ou posição na ocupação, no estabelecimento, negócio ou função declarada?
 g. Qual o ramo de atividade em que exerceu a ocupação declarada?
 h. Qual o local de ocupação da atividade declarada?
 i. Qual o rendimento da ocupação principal na atividade declarada?
 j. Qual a periodicidade com a qual recebe este rendimento principal?

	a.Grau de Parentesco com Beneficiário TC1	b.Sexo TC2	c.Idade (Anos)	d. Nº de Meses Trab. no período considerado TC3	e. Ocupação principal	f. Rel. de Trab. ou Posição na Ocupação TC4	g. Ramo de Atividade TC5	h. Local de Ocupação TC6	i. Rendimento da Ocupação Principal	j. Periodicidade do Recebimento TC7
1	Beneficiário									
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										

TC1 – Grau de Parentesco

01 Beneficiário
 02 Cônjuge
 03 Filho(a)
 04 Parentes ou Afins
 05 Pai/mãe
 06 Agregados
 98 Outros (especificar)

TC2 – Sexo

01 Masculino
 02 Feminino

TC3 – Meses Trabalhados

99 Não trabalhou

TC4 – Relação de Trabalho na Ocupação

01 Conta própria
 02 Assalariado
 03 Meeiro/Parceiro
 04 Arrendatário
 05 Diarista
 06 Ganha por Produção
 07 Ganha por Empreitada
 08 Ajudante da Família
 09 Empregador
 97 Não se aplica
 98 Outros (especificar)

TC5 – Ramo de Atividade

01 Agropecuária
 02 Extrativismo e Floresta
 03 Pesca
 04 Mineração
 05 Indústria
 06 Comércio
 07 Serviços
 08 Transporte
 09 Construção Civil
 10 Produção Doméstica (artes ou indústria caseira)
 11 Domicílio (serviços domésticos)
 97 Não se aplica
 98 Outros (especificar)

TC6 – Local de Ocupação

01 No domicílio sem local exclusivo
 02 No domicílio com local exclusivo
 03 Na via pública com equipamento pesado
 04 Na via pública com equipamento leve ou sem
 05 Empresa ou firma
 06 No Estabelecimento Rural
 07 Em casa do cliente ou patrão
 97 Não se aplica
 98 Outros (especificar)

TC7 – Periodicidade do Recebimento

01 Mensal
 02 Anual
 97 Não se aplica
 98 Outros (especificar)

BLOCO 9 – UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS E AUTOCONSUMO

As respostas a seguir devem ser obtidas do chefe do domicílio ou pessoa por ele autorizada.

57 Este Domicílio obteve nos últimos 12 meses produtos agropecuários, originários de estabelecimento rural próprio ou de terceiros, para autoconsumo?

01 Sim

02 Não

→ Pule para a questão 59

58 Especifique, em até 10, os principais produtos, originários de estabelecimento rural próprio ou de terceiros, consumidos ou armazenados para autoconsumo e as suas respectivas quantidades

	Espécie	Quantidade	Unidade	Observações
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

59 Nos últimos doze meses, teve alguma despesa ou perda material, não previstas, para as quais teve de gastar parte importante de sua renda familiar?

01 Sim

02 Não

→ Pule para a questão 63

60 Que tipo de gastos ou perdas extraordinárias o Sr.(a) teve nos últimos doze meses e quais os valores correspondentes?

Item	Despesa em R\$ dos últimos 12 meses
01 Despesas de Consumo	
02 Despesas de Produção	
98 Outras Despesas (especificar):	

61 Algum dos gastos ou perdas extraordinárias citados na questão anterior ocorreu no último mês?

01 Sim

02 Não

→ Pule para a questão 63

62 Qual o tipo e o valor do gasto citado no último mês?

Item	Despesa em R\$ no mês anterior
01 Despesas de Consumo	
02 Despesas de Produção	
98 Outras Despesas (especificar):	

63 Dos seus gastos normais e previsíveis realizados no último mês ou nos últimos 12 meses (exceto despesas extraordinárias que declarou nas questões anteriores), estime o valor para os seguintes itens.

Despesas de Consumo	Despesa em R\$	Periodicidade dos Gastos TC1
1. Alimentos e Material de Higiene e Limpeza		
2. Transporte		
3. Saúde		
4. Educação		
5. Vestuário e calçado		
6. Habitação (Água, Energia, Aluguel)		
7. Serviços Pessoais		
8. Recreação (Lazer)		
Despesas de Produção	Despesa em R\$	Periodicidade dos Gastos TC1
9. Custeio de atividades produtivas da família		
10. Arrendamento da terra		
Outras Despesas	Despesa em R\$	Periodicidade dos Gastos TC1
11. Ajuda a amigos ou parentes		
12. Utensílios domésticos		
98. Outros (especificar):		

TC1
Periodicidade dos gastos
 01 Mensal
 02 Anual

64 Especificar os Bens Patrimoniais comprados nos últimos 12 meses (por exemplo, máquinas, equipamentos, animais, etc.):

Item	Valor de Compra em R\$

65 Especificar os Bens Patrimoniais vendidos nos últimos 12 meses (por exemplo, máquinas, equipamentos, animais, etc.):

Item	Valor de Venda em R\$

66 Especifique as dívidas da família no momento da entrevista

01 Bancos – Crédito pessoal	R\$	_____
02 Bancos – Crédito rural	R\$	_____
03 Familiares e Terceiros	R\$	_____
04 Farmácia, Mercado e Açougue	R\$	_____
05 Armazém de Construção	R\$	_____
06 Lojas de Eletrodoméstico ou Móveis	R\$	_____
98 Outro (especificar): _____	R\$	_____
	R\$	_____

